



ELEIÇÕES



Dia 14, abertura da assembleia e início da votação, que se estende até o meio-dia do dia 15. À tarde, contagem dos votos, posse dos eleitos e encerramento da assembleia — 5 a 8

Os associados voltam às urnas nos dias 14 e 15 de março para elegerem nova diretoria da Cotrijuí

Ilgenfritz, Casagrande, Sperotto e Abu Bicca, os nomes indicados para a nova diretoria da Cotrijuí

SECA

Quebra da safra agrava endividamento dos produtores

A seca está quebrando metade de uma lavoura feita com venda antecipada da soja. Fetag e Fecotriço começam a encaminhar ao Governo Federal medidas que minimizem os prejuízos. Enquanto isso, pequenos produtores se preparam para expor a insatisfação com a atual política mantida ao homem do campo — Centrais



Quebra do milho é de 31 por cento

COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



Ijuí — Rua das Chácaras, 1513, Cx. Postal 11
Ijuí/RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199 - Fax: (055) 332-5161
CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA nº 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

Porto Alegre - Av. Júlio de Castilhos, 342
CEP 90030 - Fone (0512) 28-3155 -
Telex 511433 CTXT

Rio Grande - Terminal Granelheiro - 4ª Seção
da Barra - CEP 96200 - Fone (0432) 32-1122
Telex 532173 CRTS

Dom Pedrito - BR-293 - Km 237 - CEP 96450
Fone (0532) 43-1002 - Telex 532362 CRTS

SUBSIDIÁRIAS

— Cotriexport Cia. de Comércio Internacional
Av. Júlio de Castilhos, 342 - Porto Alegre - RS
- CEP 90030 - Fone (0512) 28-3155
Telex 511433 CTXT

— Cotriexport Corretora de Seguros Ltda.
Av. Júlio de Castilhos, 342 - Porto Alegre - RS
- CEP 90030 - Fone (0512) 21-0809
Telex 511433 CTXT

— Cotridata - Processamento de Dados Ltda.
Rua José Hickenbick, 66 - Ijuí - RS - CEP 98700
Fone (055) 332-1999 - Telex 553726 CRTS

— Transcooper - Serviços de Transportes Ltda.
Rua das Chácaras, 1513 - Ijuí - RS - CEP 98700
Fone (055) 332-3065 - Telex 552212 TSCO
Dourados - (MS) - BR-463 - Km 4 -
Fone (067) 421-3815 - Telex 674102 TSCO

— IRFA - Instituto Riograndense de
Febre Aftosa Ltda
Av. Júlio de Castilhos, 342 - Porto Alegre - RS
CEP 90030 - Fone (055) 332-2690 - Ijuí - RS

— SOPROSUL - Ind. e Comércio de
Plásticos Ltda.
Rua Padre Diogo Feijó, 37 - Bairro Navegantes
- Porto Alegre - RS - CEP 90240
Fone (0512) 43-71-19

ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:

Oswaldo Olmíro Meotti

Vice-presidente/Pioneira

Celso Bolívar Sperotto

Superintendente/Pioneira:

Walter Frantz

Vice-presidente/Dom Pedrito:

Oscar Vicente Silva

Conselho de Administração (Efetivos):

Egon Eickhoff, Jorge Alberto Sperotto, João Santos da Luz, Félix Gotardo, José Ataídes Conceição, José Jorge Rieth de Oliveira, Irani dos Santos Amaral, Deniz Espedito Serafini, Oscar Otto Hoerlle, Leonildo Anor Pötter, Luiz Forcin e Edgar Severo.

Suplentes:

Onorildo Zangirolami, Carlos Leodoni Andrighetto, Arlindo Valk, Enor Carniel, Jorge Cleiton Gonzales, Hélio Antônio Weber, Jair Castro Rinaldi, Jaime Braz Sperotto, Pedro Guiotto, Jorge Verardi Perez, Cândido de Godoy Dias e Florício Barreto.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Amário Becker e Otaliz de Vargas Montardo

Suplentes:

Ervino Egon Preissler e Alvorí Rosa

Diretor contratado:

Léo José Gó

LOJAS COTRIJUI

Regional Pioneira. 26

Dom Pedrito. 3

Total. 29

CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM

Regional Pioneira.....	585.800 t
Rio Grande.....	220.000 t
Dom Pedrito.....	91.000 t
Total.....	896.800 t

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

COTRIJORNAL

Associado da ABERJE

REDAÇÃO

Dária C. L. de Brum Lucchese, editora; Carmem Rejane Pereira; Raul Quevedo, Porto Alegre; e Lucilene Zafalon, Rio Grande

REVISOR

Sérgio Corrêa

— Impressão em Off-Set rotativa Solna, na "A Tribuna Regional", Santo Ângelo/RS.

Os associados da Cotrijuí estão se preparando para voltar às urnas. Desta vez é para escolher seus novos dirigentes em eleição que acontece nos dias 14 e 15 de março. É a renovação — ou alternância do poder — que acontece a cada três anos, mas sempre com a participação direta do quadro social, via voto secreto. As novidades desta eleição ficam por conta da ausência da Regional do Mato Grosso do Sul, hoje uma cooperativa independente e das reformas administrativas, aprovadas em assembléia extraordinária realizada em fins do ano passado, por ocasião da ratificação do desmembramento da Regional do Mato Grosso do Sul. Já válidas para este ano, as reformas vão determinar a eleição de um presidente e um vice-presidente geral para toda a cooperativa e dois superintendentes — um para a Pioneira e outro para Dom Pedrito. O Conselho de Administração também sofreu alterações, passando a contar, a partir desta eleição, com 11 membros efetivos e 11 suplentes — e não mais com 17 membros efetivos e 17 suplentes — como vinha ocorrendo. O Conselho Fiscal continua com três membros efetivos e três suplentes. Os candidatos — até a data de fechamento da edição apenas uma chapa, indicada pelo Conselho

de Representantes, estava inscrita para participar — e o roteiro das urnas estão nas páginas 4 e 7.

Se alguém se arriscar a fazer as contas para os prejuízos da seca, certamente vai ter um susto grande. Só para se ter uma idéia, na Pioneira, envolvendo somente a soja, o milho e o trigo, são mais de 11 bilhões de cruzeiros que deixam de ser valor esse calculado no dia 1º de março, quando a safra chegou, em média, aos 50 por cento. No Estado este número deve ser ainda mais alto, levando-se em conta a situação de mais uma dezena de municípios que já entraram em estado de emergência de calamidade pública. A baixa produtividade da região da Cotrijuí está sendo estimada em 1.000 quilos por hectare e abaixo de 1.450 quilos no Estado. Isso levaria o Rio Grande do Sul a registrar uma queda de 15 por cento. Os prejuízos da seca na região, até o início de março, e a mobilização dos produtores estão nas páginas centrais.

DO LEITOR

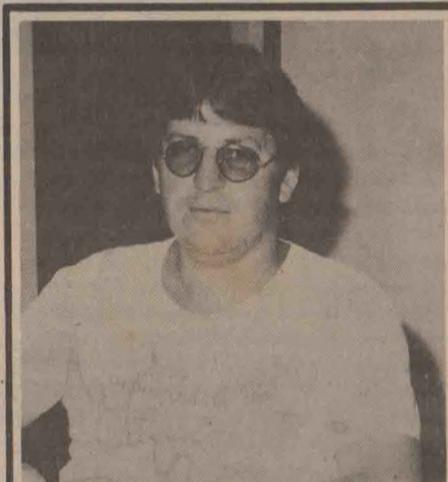
O Plano Collor 2 já nasceu morto

Roberto Macagnan

O Plano Collor 2, conhecido como PC 2 que representa a segunda "bala" do presidente, para combater a inflação só não conseguiu a unanimidade dos brasileiros em contrário, porque o presidente, a ministra e alguns assessores também são registrados como sendo brasileiros. Parece incrível, mas o PC 2 desagradou os monopólios, os grandes empresários brasileiros, os médios e pequenos empresários, os produtores rurais e os trabalhadores. Mesmo assim, alguns órgãos da grande imprensa tentam esconder o isolamento em que se encontra o governo Collor.

Para não ficar somente na simples constatação do antecipado fracasso do PC 2, é importante abordarmos alguns aspectos que o cercam. O primeiro deles é o real motivo que levou o governo Collor a jogar mais esta carga sobre os brasileiros. Em primeiro lugar, é sempre bom lembrar que o atual presidente, quando candidato "jurou" de pés juntos, que não faria nenhum tipo de pacote, sem antes discutir com a sociedade. Acabou ditando o PC 1, em nome do "algo precisava ser feito para acabar com a inflação". No final de janeiro, quando foi editado o PC 2 a inflação, que deveria estar abaixo dos 5 por cento ao mês, segundo promessa do presidente aos brasileiros e ao FMI, estava acima dos 20 por cento e em franco crescimento. Ora, nunca é demais lembrar que no dia 04 de março de 1991, uma missão do FMI deve estar em Brasília para voltar a vasculhar as contas brasileiras e "cobrar" os resultados do primeiro ano do governo Collor. Sendo assim, a equipe de governo teve que apresentar um plano de última hora, contendo especialmente o congelamento de preços e de salários.

Como resultado da necessidade de apresentar algo ao FMI, o PC



A recessão, ao contrário do que se colocava por ocasião do PC 1, não foi provocada pelo "enxugamento" do dinheiro existente no mercado. Ocorreu pelo aprofundamento da concentração de renda

2 está sendo um desastre. O congelamento de preços só existe para o presidente, a ministra, uns 5 assessores e para o delegado Tuma. O mais incrível é que quando o governo foi recorrer à SUNAB para fiscalização se deu conta de que havia acabado com o órgão na edição do PC 1. Os salários foram congelados pela média da inflação, trazendo um fortíssimo arrocho salarial aos trabalhadores que, por consequência não podem comprar, aprofundando a recessão. A tal de desindexação não passa de retórica. Quem não sabe que o que indexa é a inflação e não a indexação que gera inflação. Ou seja, para acabar com a indexação é preciso antes acabar com a inflação, pois o fim da BTN não desindexa nada. Os agentes econômicos buscarão outros indexadores, como o dólar.

A recessão, ao contrário do que muitos colocavam por ocasião da edição do PC 1, não foi provocada pelo famoso "enxugamento" do dinheiro

existente no mercado. A recessão ocorre pelo aprofundamento da concentração da renda. Quando se congelam salários e permite a livre concorrência, está se concentrando a renda, ou seja, os trabalhadores estão ganhando menos e os grandes monopólios estão ganhando mais. Quando os preços dos produtos agrícolas estão em baixa e os preços dos produtos em alta, está havendo transferência de renda dos produtores para as indústrias. É assim que ocorre a concentração de renda, o que faz com que cada vez mais, um número cada vez menor de pessoas possam consumir os bens e serviços produzidos pela sociedade. Com o número menor de consumidores ocorre também a diminuição da produção, por sua vez diminui o número de empregos que por sua vez diminui o número de salários que por sua vez alimenta a recessão.

E a inflação continua!

Para fevereiro de 1991, sendo esperado um índice inflacionário superior a 20 por cento, mais do que janeiro antes de 1991. Não é possível esperar que a inflação baixe, após o famoso tarifário reajustou os combustíveis em 10 por cento, os correios em mais de 10 por cento, a luz, a água, os telefones. Todos estes aumentos serão repassados aos preços dos produtos, com um atraso.

Por fim, entendo que não adianta insistir em combater a inflação utilizando o velho receituário de recessão. Considero fundamental uma ação direta sobre os monopólios, em última análise os que determinam os preços, bem como uma política de redistribuição de renda. De contrário, a crise se aprofundará e os brasileiros, é que pagaremos a conta.

Roberto Macagnan é professor Departamento de Economia da UFRGS

urtas

Debate nervoso

Antes de passar a palavra à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, na reunião-almoço do dia 19, o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli, foi enfático ao atribuir como a causa maior da inflação brasileira o déficit do setor estadual da economia.

Disse Mandelli que "o círculo vicioso que permite a continuidade desse verdadeiro absurdo que alimenta o processo inflacionário, reside no poder de pressão política que os estados têm de refinar seus déficits via Banco Central. Não é em vão que em todos os países onde a inflação é controlada com sucesso, os Bancos Centrais são órgãos independentes do poder público e, por isto mesmo, contrários a pressões políticas".

A ministra compreendeu a mensagem do presidente da Fiergs, pois em seguida, ao falar para mais de 700 empresários que lotaram o salão da entidade, disse que essa é uma das preocupações da equipe econômica do governo. Até porque, conforme enfatizou em um trecho da palestra, "estava ali para ouvir queixas".

Mas, o que menor apreço demonstrou para as afirmações da ministra, na parte em que se referiu às medidas governamentais para com o setor agrícola, foi o presidente da Federação da Agricultura gaúcha, Ari Faria Marimon. O dirigente da Farsul reagiu à declaração da ministra de que o se-

tor agrícola havia sido bem atendido pelo governo, dizendo que "ela está muito mal informada se pensa que os recursos anunciados pelo governo que ela representa chegaram ao setor agrícola".

Marimon dirigiu-se à ministra, após o almoço, dizendo que o setor rural vive o momento mais difícil da vida brasileira no momento, e que precisa de mais atenção do governo. A ministra pediu que ele documentasse os problemas e os remetesse à Brasília, o que ele prometeu fazer o mais breve possível.

Apesar do alto nível em que a palestra e os questionamentos se desenvolveram, houve críticas contundentes aos planos do governo. Uma das mais ácidas foi feita por um empresário do setor petroquímico, que questionou a ministra sobre a autoridade do governo em impor tabelamentos ao setor privado, quando ele próprio não os cumpre.

No geral, foi produtivo o encontro da Fiergs. O diálogo foi franco, de ambas as partes, e parece ter servido para demonstrar a um governo que vinha se mantendo encastelado no reducto de seu próprio tecnicismo, que é preciso baixar à planície e dialogar com a sociedade civil. E a não ser assim, não haverá solução para os graves e antigos problemas brasileiros. Foi, sem dúvida, um debate nervoso, mas que deve ter produzido frutos. E assim o esperamos.



Todos os anos, nesta mesma época do ano...
... alunos do Instituto Rio Branco de Brasília, visitam a Cotrijuí

Os diplomatas na Cotrijuí

Conhecer a forma de organização agrícola moderna que a Cotrijuí desenvolve no Estado e um pouco da sua história e dos seus projetos. Este é o objetivo da visita de 30 alunos do segundo ano do Instituto Diplomático Rio Branco, de Brasília, a Ijuí. O grupo de visitantes conheceu a região acompanhado pelo diplomata Livieto Justino de Souza e pelo assessor da direção da Escola, Carlos Leopoldo Gonçalves de Oliveira. Além da sede da Cotrijuí, os futuros diplomatas ainda conheceram o Centro de Treinamento em Augusto Pestana, onde foram recepcionados com um almoço pela direção eleita.

"Além de conhecer a Cotrijuí, queríamos sentir in loco a realidade brasileira no que diz respeito a agricultura", disse o ministro Livieto de Souza. Depois da visita ao CTC, os diplomatas se deslocaram para São Miguel das Missões, numa visita de aspecto cultural e onde puderam assistir ao espetáculo Som e Luz. O rotei-

ro de viagem ao Estado prosseguiu em Porto Alegre, onde conheceram o Polo Petroquímico e cumpriram agenda marcada com o governador Sival Guazzelli. De Porto Alegre se deslocaram para Caxias do Sul, Foz do Iguaçu, Florianópolis, São Paulo, São José dos Campos - em visita ao Centro Tecnológico -. O roteiro encerrou com visita a Belo Horizonte e Ouro Preto, em Minas Gerais. A primeira parte do programa de viagens elaborado pelo Instituto Rio Branco para os alunos já havia sido cumprida no início do ano passado, quando conheceram o Norte do País.

A turma de alunos do Instituto Diplomático Rio Branco era formada por 23 brasileiros, entre os quais quatro gaúchos - um de Santo Ângelo e sete estrangeiros. Os alunos estrangeiros eram procedentes de Angola, Cabo Verde, Guiana, Suriname, Haiti, Congo e Colômbia. A Escola Rio Branco é a única do Brasil que forma e aperfeiçoa diplomatas brasileiros.

Nova diretoria

Prometendo mudar a estratégia de ação política da entidade em relação às necessidades e reivindicações da classe dos agropecuaristas, vai assumir a presidência da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, a 22 de março, o pecuarista Hugo Eduardo Giudice Paz, eleito em eleição tranqüila de chapa única, no dia 18 de fevereiro.

Encabeçando nominata de conhecidas lideranças empresariais nas diversas regiões do Estado, Giudice Paz pretende levar para a Farsul, segundo declarações feitas à imprensa logo após ter sido eleito, uma nova maneira de agir. Quer substituir o já tradicional elenco de reivindicações e pedidos por uma nova postura em relação aos problemas sociais, políticos e econômicos do Estado.

Sem meias palavras ao se pronunciar à imprensa da capital do Estado, disse que pretende apagar de vez com a imagem do produtor chorão. Entende que é preciso reconquistar para os agropecuaristas a posição de agentes econômicos, "como realmente somos".

Hugo Giudice Paz, que é pecuarista em Quaraí, sua terra natal, substituiu na presidência da Farsul Ari Faria Marimon, que vinha há vários anos presidindo a entidade.

Junto com o novo presidente assumem também Régis Lopes Salles, João Alberto Dutra Silveira, José Alfredo Marques da Rocha, Armando Carlos Roos, Antonio Martins Bastos Filho, Darcy Becker, Ilson José Pretto, Ivo Rodrigues Fernandes, José Roberto Pires Weber e Osvaldo Leitas Job. Na gestão de Ari Marimon, Hugo Giudice Paz desempenhava o cargo de diretor-secretário.

Completam a nominata mais os agropecuaristas Cláudio Dario Lopes de Almeida, João Carmine Laitano, Carlos Rivaci Sperotto, Gilberto Ernesto Bülau. Para delegados representantes junto a Confederação Nacional da Agricultura, foram eleitos Hugo Giudice Paz, na categoria de efetivo, e Ari Faria Marimon e João Alberto Dutra Silveira, suplentes.

Os suplentes da diretoria são, Antonio Carlos Chaves Barcellos, João Carlos Fagundes Machado, Francisco Lineu Schardong, José Ermani Oliveira, Carlos Adílio Maia do Nascimento, Humberto Otto Düvelius, Nairo Karpes Bittencourt, Waldir Pedro Sudati, Érico da Silva Ribeiro e Walter José Picolli.

O conselho fiscal é integrado por Júlio Elch Saldanha Silveira, Luiz Ernesto Buss e Henrique Orlandi Júnior, efetivos. Suplentes, Lorizon Cavada Pedra, Armando Chaves Garcia de Garcia e Rafael Antonio Saadi.

ENGENHEIROS AGRÔNOMOS/TURMA-81

10 anos de conclusão do curso

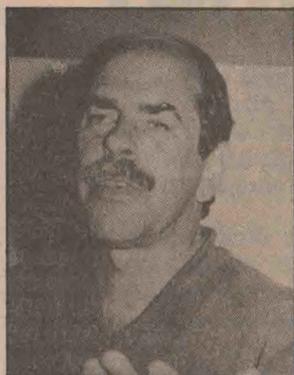
A turma de formandos de engenharia agrônoma da Universidade Federal de Santa Maria de 81 está se preparando para festejar, em julho próximo, os 10 anos de conclusão do curso. Alguns dos ex-alunos estão se mobilizando no sentido de organizar um encontro entre a turma, com a finalidade de assinalar a data. Os ex-alunos, formandos da turma/81 que tiverem interesse em participar do encontro, poderão entrar em contato com o João Miguel de Souza, em Ijuí, na Cotrijuí, pelo telefone (055) 332-2400 ou ainda com o Gilberto Simon, na Coamo, em Campo Mourão, pelo telefone (044) 823-2492.



Os candidatos

Ruben Ilgenfritz da Silva é o candidato à presidência da Cotrijornal. Seu nome foi sugerido pelos representantes - encarregados de coordenar o processo sucessório - com o apoio das suas bases. Euclides Casagrande é o candidato a vice-presidente da Cotrijornal e Celso Boltvar Sperotto, atual vice-presidente da Pioneira, concorre, na mesma chapa, ao cargo de superintendente da Regional. Abu Souto Bicca, candidato a superintendente pela Regional de Dom Pedrito, foi escolhido pelos associados em prévia realizada em fins do ano passado.

A partir desta eleição e segundo as mudanças introduzidas no Estatuto Social, a Cotrijornal passa a contar com um presidente e um vice-presidente e dois superintendentes - um para a Pioneira e outro para Dom Pedrito. Até a atual gestão, a cooperativa contava com um presidente geral e dois vices-presidentes e dois superintendentes para cada uma das regionais - isso depois do desmembramento da Regional do Mato Grosso do Sul. Ao presidente, segundo o Estatuto, cabe a função de coordenar todo o trabalho da cooperativa e representá-la politicamente. A parte operacional da cooperativa - tanto administrativa como financeiramente - e também a política de armazenagem das duas regionais e do



Ruben Ilgenfritz



Euclides Casagrande

Terminal de Rio Grande fica sob a responsabilidade do vice-presidente. Ao superintendente cabe a execução de um trabalho mais político dentro da sua regional, dando especial atenção para o desenvolvimento dos recursos humanos - associados e funcionários - e assistência técnica.

OS CANDIDATOS - O agropecuarista Ruben Ilgenfritz da Silva, 53 anos, volta a disputar a presidência da Cotrijornal, cargo que ocupou durante 14 anos e depois de ter ficado seis anos fora da cooperativa. Ruben presidiu a Cotrijornal pela primeira vez no início dos anos 70, quando assumiu o cargo no final do mandato de Luiz Fogliatto, do qual era vice-presidente. Foi eleito

em 73 e reeleito nos anos de 76, 79 e 82. Em 85, dias antes de disputar uma

nova reeleição, afastou-se da Cotrijornal para assumir o cargo de Secretário Geral do Ministério da Agricultura na gestão de Pedro Simon. Um ano mais tarde e ainda em Brasília, assumiu a presidência do Incra, chegando, inclusive, a ser cotado para assumir o Ministério da Agricultura. Engenheiro agrônomo, Ruben foi o fundador, na década de 60 da Associação Conservacionista de Solos de Ijuí. Nestes últi-



Celso Sperotto



Abu Souto Bicca

Ruben Ilgenfritz da Silva é o candidato à presidência da Cotrijornal na eleição que acontecerá nos dias 14 e 15 de março.

mos anos, afastados de suas atividades cotidianas, dedicou-se às suas atividades agrícolas, dividindo suas atividades com a propriedade em Dom Pedrito e com as lavouras em Jóia. Com Ruben Ilgenfritz chegou a Cotrijornal a preocupação com a diversificação de culturas.

Euclides Casagrande dedicou grande parte de sua vida - mais de 20 anos - à Cotrijornal responsável pela implantação de um sistema de armazenagem cooperativa. Foi diretor de Operações e Especialização da Cotrijornal. Ruben Ilgenfritz e Arnaldo Bicca são a primeira vez que ocupam um cargo eletivo na cooperativa. grande foi um dos fundadores da Associação de Amigos da Terra de Ijuí e o presidente.

O agropecuarista Celso Boltvar Sperotto atual vice-presidente da Regional de Santo Augusto, concorre a esta eleição, ao cargo de superintendente da Regional. É associado da Cotrijornal desde 1968. Na Cotrijornal, foi vice-presidente, Celso Sperotto participou do processo de saneamento da cooperativa.

Abu Souto Bicca é o candidato a superintendente da Regional de Dom Pedrito. É o atual presidente do Conselho de Representantes da Regional.

Chegou a hora de votar

Depois de muita reunião e debate entre os representantes e o quadro social para a escolha dos nomes a integram os Conselhos de Administração e Fiscal da Cotrijornal, está chegando a hora dos associados elegerem os novos dirigentes da cooperativa. A eleição fará parte da assembléia geral que anualmente se realiza para discussão e aprovação do balanço do exercício anterior, relatório da diretoria e demais assuntos incluídos na ordem do dia.

A assembléia deste ano acontece nos dias 14 e 15 de março, abrindo, em primeira chamada às 8 horas, em segunda às 9 horas e, em terceira e última chamada às 10 horas do primeiro dia de votação. Ao meio-dia do dia 14, a assembléia é suspensa para que, a partir das 13h30min inicie a escolha dos novos dirigentes. A votação encerra às 18 horas e reinicia às 8 horas do dia 15, encerrando ao meio-dia. A partir das 13h30min acontece a contagem dos votos. A assembléia reabre às 17 horas para promulgação dos resultados e posse dos eleitos. Até o dia 28 de fevereiro - data do encerramento da edição - apenas uma chapa, encabeçada pelo agropecuarista Ruben Ilgenfritz da Silva concorria a eleição da Cotrijornal.

NOVIDADES - Poucas são as novidades da eleição deste ano. Mas esta é a primeira eleição a ser realizada na Cotrijornal após o desmembramento da Regional do Mato Grosso do Sul. Com a separação - hoje a Cotrijornal atua apenas no Rio Grande do Sul - foram introduzidas algumas mudanças a nível de Estatuto Social, também aprovadas na assembléia extraordinária realizada em novembro do ano passado e que, ratificou, via plebiscito, a decisão da separação, tomada ainda em maio. Segundo as mudanças administrativas introduzidas a partir da separação da Regional do Mato Grosso, a Cotrijornal passa a contar, a partir desta eleição, com um vice-presidente e dois superintendentes - um para a Pioneira e outro

para a Regional Dom Pedrito. Então, além do presidente, os associados estarão elegendo um vice-presidente e dois superintendentes e renovando em 63,64 por cento o Conselho de Administração e em 72,73 por cento o Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração também foi igualmente reduzido. Ele vinha contando com 17 membros efetivos e 17 membros suplentes e, agora passa a ser integrado por 11 membros efetivos e 11 suplentes. Proporcionalmente ao número de associados, a Regional Pioneira terá nove conselheiros de Administração e Dom Pedrito dois. O Conselho Fiscal continuará com três membros efetivos e três suplentes, sendo dois representantes da Pioneira e um representante da Regional Dom Pedrito. Os integrantes da direção executiva - presidente, vice e superintendentes - continuam com mandatos de três anos, assim como os membros do Conselho de Administração. O Conselho Fiscal continua sendo renovado anualmente em dois terços, sempre por ocasião da realização da assembléia geral para apreciação dos resultados do balanço do exercício anterior.

BALANÇO - A assembléia terá no seu primeiro dia, a apreciação do balanço e do relatório da diretoria. A votação inicia, em todas as Unidades da Regional Pioneira e em Dom Pedrito, a partir das 13h30min do mesmo dia da abertura da assembléia - 14 de março. No dia seguinte - 15 de março - com a assembléia ainda em funcionamento, prossegue a votação contando com a participação de todos os associados que entregaram produção na cooperativa até o dia 31 de dezembro de 1990. Tanto na Unidade - interior e cidades sedes - as urnas vão obedecer a um roteiro elaborado pelos educadores com a participação dos representantes - confira o roteiro da sua Unidade ou localidade, nas páginas seguintes.

QUEM PODE E DEVE VOTAR - Até o dia 28 de fevereiro, apenas uma

chapa estava inscrita - confira abaixo -, considerando os nomes sugeridos pelos representantes, após consulta às suas bases. Mas para que seja eleita, esta chapa precisará da metade mais um do total dos votos depositados nas urnas. Segundo o Estatuto, se os votos nulos e em branco somarem mais da metade da votação, a eleição deve ser considerada nula. O Estatuto ainda prevê a inscrição de outras chapas até 5 dias antes da data da assembléia.

Mas quem pode - e deve votar - nesta eleição? Apenas aqueles associados que entregaram produção na cooperativa até o dia 31 de dezembro de 1990. Dos 13.688 associados da Cotrijornal, incluindo as duas regionais, 12.125 estão aptos a exercer o seu direito de voto, representando 88,58 por cento do total. Na Regional Pioneira, de um total de 12.493 associados, 11.356 estão aptos a votar, representando 90,89

por cento. Em Dom Pedrito, de um total de 1.195 associados, 1.000 comparecer às urnas nos dias 14 e 15 de março para eleger a nova direção da Cotrijornal.

Como prevê o Estatuto Social, só poderão votar associados que tenham o nome no livro de matrículas da Cotrijornal e nem a mulher votar pelo marido. Só têm direito aquelas mulheres que forem titulares de matrículas. Para votar, o associado deve apresentar a cartilha eleitoral que é, na verdade o seu nome como tal deve ser carimbado. O voto é o associado votar na chapa que em que entrega a sua produção se estiver em trânsito, pode votar em outra localidade, desde que possa provar o seu direito ao voto. A votação pode ser feita através da apresentação de uma nota fiscal do produtor.

ESTA É A CHAPA COMPLETA

PRESIDENTE
Ruben Ilgenfritz da Silva

VICE-PRESIDENTE
Euclides Casagrande

SUPERINTENDENTES DAS REGIONAIS

Pioneira
Celso Boltvar Sperotto

Dom Pedrito
Abu Souto Bicca

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade	Efetivos	Suplentes
Tenente Portela	João Santos da Luz	Enor Carniel e Arlindo
Coronel Bicaco	Irani dos Santos Amaral	Luiz Fernando Löw
Dois Irmãos	Rubens M. Bressan	Ézio Barzotto
Santo Augusto	Jorge Sperotto	João Pedro Lorenzon
Chiapetta	José Rieth de Oliveira	Hédio Weber
Ajuricaba	Florian Breitenbach	Dari Fischer
Ijuí	Waldir Domingos Zardin	Leocir Wadas
Augusto Pestana	Erno Schneider	José Moacir da Conceição
Jóia	Juarez Padilha	Ari Göergen
Dom Pedrito	José Dallisio Marchese	
	Antônio Carlos Nunes Campos	Florício Barreto

CONSELHO FISCAL

Unidade	Efetivos	Suplentes
Dom Pedrito	Otávio de Vargas Montardo	Elbio Gorostide Galarraga
Ijuí	Amário Becker	Rudi Bönnmann
Erval Seco	Ingbert Böwich	José Ataídes Conceição

Este é o roteiro das urnas

...ção inicia, em todas as unidades, no dia 14, a partir das 8h30min, interrompendo às 18 horas. As urnas reabrem no dia 15, às 8 horas e encerram em definitivo ao meio-dia. Às 13h30min acontece os escrutínios dos votos e reabertura da Assembléia às 17 horas para promulgação dos resultados da nova diretoria. Para descobrir onde votar — e no que caso, já que a maioria das urnas são itinerantes — é o associado consultar o roteiro de urnas publicado nas páginas seguintes

CORONEL BICACO

DIA 14 DE MARÇO DE 1991

Horário	Local	Mesários
13,30-17,30 hs	Escritório	Erich Breunig, Adair Zanella e Clarice Almeida Schimidt
13,30-17,30 hs	Sede	Paulo Rigodanzo, Elvio Souza dos Santos e Carlos Baroni
13,30-17,30 hs	Mercado	Adolfo Sallet, José Alberto Saquet e Clóvis Zorzan
13,30-14,00 hs	Escola	Aristides F. de Almeida, João Carlos F. Batista e Adair Hendges
14,00-14,30 hs	Escola	João Francisco M. Campos, Antônio Sadi Radaelli e Adair Hendges
14,30-15,00 hs	Escola	João Walter B. da Silva, Sebastião B. Germano e Adair Hendges
15,00-16,00 hs	Pavilhão da Comunidade	Arão Oliveira de Souza, Gomercindo Manhobosco e Adair Hendges
16,00-17,30 hs	Pavilhão da Comunidade	Osmildo Bielecki, João Scopel e Adair Hendges
13,30-14,00 hs	Escola	Alceu Antônio Hermel, Oreste Didoné e Jair Bazzan
14,00-14,30 hs	Escola	Clair Birkhann, Antônio de Moura Reis e Jair Bazzan
14,30-15,00 hs	Escola	Loir Soares de Oliveira, Dorvil Júlio Ribeiro e Jair Bazzan
15,00-16,00 hs	Pavilhão da Comunidade	Ademiro Fava, Ancelmo Gonzatto e Jair Bazzan
16,00-17,00 hs	Pavilhão da Comunidade	Verno lung, Irineu B. Giacomini e Jair Bazzan
17,00-17,30 hs	Escola	Carlos Martins Sallet, João Demiquelli e Jair Bazzan

DIA 15 DE MARÇO DE 1991

7,30-12,00 hs	Escritório	Clarice Schimidt, Constante Dela Flora e Elbio A. Gueterres
7,30-12,00 hs	Sede	Bráulio Martins da Rocha, José Nilton Selle e Carlos Baroni
7,30-12,00 hs	Mercado	Mário Scopel, Álvaro Rutilli e Clóvis Zorzan
7,30- 8,00 hs	Escola	Oldemar Lutz Barcelos, Oldelino Lutz Barcelos e Adair Hendges
8,00- 8,30 hs	Escola	Olbio J. Cossul, Jorge Amaral dos Santos e Adair Hendges
8,30- 9,00 hs	Escola	Elio Simionato, Milton M. Gueterres e Adair Hendges
9,00-10,00 hs	Escola	Oswaldo Domingos Cordenunzi, Hélio Berlesi e Adair Hendges
10,00-11,00 hs	Escola	Brasil Portela da Silva, Godocindo Ferreira e Adair Hendges
7,30- 8,00 hs	Escola	João Saquet Garcez, Nicolau Cortes Bueno e Jair Bazzan
8,00- 8,30 hs	Escola	Luiz Batista Depieri, Lurdes S. Kerpel e Jair Bazzan
8,30-10,30 hs	Sind. Trabalhadores Rurais	Ari Maffi, Eliseu José Schaw ab e Jair Bazzan
10,30-11,30 hs	Escola	Antônio Rodrigues de Moraes, Leoni Barriquello e Jair Bazzan

AUGUSTO PESTANA

DIA 14 DE MARÇO DE 1991

Núcleo	Horário	Local	Mesários
Unidade Cotrijuf	14,00-17,30 hs	Mercado	Bruno Van Der Sand, Valdenor Bernardi, Romeu Rohde e Paulo G. Stalchuss
Parafso	14,00-15,30 hs	Salão Comunidade	Hubert Drews, Ademar Peirot e Valdir Goergen
Cambará	16,00-17,30 hs	Escola	Wilson Fritz, Arno Ladwig e Valdir Goergen
São Miguel	14,00-15,30 hs	Salão Comunidade	Ricardo Guioetto, Aldair Marsaro e Jacinto Marsaro
Formigueiro	16,00-17,30 hs	Salão Comunidade	João Scarton, Vilmar Nogara e Jacinto Marsaro
Arroio Bonito	14,00-15,30 hs	Escola	Neri Menegol, Lufs Bauer e Jorge Schiffer
Rincão dos Klein	16,00-17,30 hs	Escola	Eugen Orlando Krombauer, Milton Krüger e Jorge Schiffer
Esquina Gaúcha	14,00-15,30 hs	Salão Comunidade	Mirto Drews, Hélio Helbich e Pércio Ladwig
Ponte Ijuizinho	14,00-15,30 hs	Salão Comunidade	Egon Pedro Heuser, Emo Schneider e Mário Fossati
Rincão dos Müller	16,00-17,30 hs	Salão Comunidade	Oldemar Schneider, Carlos Schunemann e Mário Fossati
Rincão Seco	14,00-15,30 hs	Salão Comunidade	Sighart Drews, Hertz Zolinger e Leonair Sost
Rosário	16,00-17,30 hs	Mercado Cotrijuf	Paulo Anesi, Alzenir Tissot e Leonair Sost
Marmeleiro	14,00-15,30 hs	Salão Comunidade	Elmar Steiernagel, Renato Berwig e Alberto Rosseto
Rincão Comprido	16,00-17,30 hs	Salão Comunidade	Santo Valdir Menegol, Cires Gubert e Gládis Beck
Linha Progresso	16,00-17,30 hs	Salão Comunidade	Romélio Marks, Nestor Bruinsma e Alberto Rosseto

DIA 15 DE MARÇO DE 1991

Unidade Cotrijuf	8,00-12,00 hs	Mercado	Alberto Bauer, Oswaldo Brem e Leonair Sost
Boca da Picada	8,00- 9,30 hs	Escola	Waldomiro Back, Ernesto Sulsbach e Mário Fossati
Ponte Branca	10,00-11,30 hs	Escola	Lúcio Linck, Milton Ruchert e Mário Fossati
Ijuizinho	8,00- 9,30 hs	Salão Comunidade	Illiceu Ruchert, José M. Conceição e Alberto Rosseto
Rincão dos Ferreira	10,00-11,30 hs	Escola	Edi Schmidt, Murilo C. Neto e Alberto Rosseto
Linha São João	8,00- 9,30 hs	Salão Comunidade	Ildo Mensch, Orlando Rhoden e Jacinto Marsaro
Bom Princípio	10,00-11,30 hs	Salão Comunidade	Amauri Scher, Antônio Wildner e Jacinto Marsaro
Esquina Renz	8,00- 9,30 hs	Escola	Waldir Walter, Harri Renz e Jorge Schiffer
Linha Santo André	10,00-11,30 hs	Escola	Enio Beck, Sigmar Yung e Jorge Schiffer
Fundo Grande	8,00- 9,30 hs	Escola	Eldoir Sost, Arno Goergen e Valdir Goergen
Fundo Alegre	10,00-11,30 hs	Escola	Emi Papke, Pedro Goergen e Valdir Goergen



COOPERATIVA REGIONAL TRÍTICOLA SERRANA LTDA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA Nº 72

O Presidente da Cooperativa Regional Tríticola Serrana Ltda., no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28 do Estatuto Social, convoca os representantes eleitos aptos a votarem para reunirem-se em

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

atendendo ao que preceitua o Art. 37, bem como todos os associados aptos a votarem para cumprirem o que determinam os Artigos 38 e 39 e as normas para votação inclusas no Regimento Interno, no dia 14 de março de 1991, na Sede da Associação dos Funcionários da Cotrijuf — Afucotri, sito na Linha 3 Oeste em Ijuí/RS, em primeira convocação às 8,00 (oito) horas, com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços); ou em segunda convocação às 9,00 (nove) horas, com a presença de no mínimo metade mais um; ou em terceira e última convocação às 10,00 (dez) horas, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos representantes eleitos, no mesmo dia e local para deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Apreciação, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstrativo de Sobras e Perdas, parecer do Conselho Fiscal e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1990;

2 — Destinação das sobras do exercício;

3 — Autorização da Assembléia Geral ao Conselho de Administração, com validade até a próxima Assembléia Geral Ordinária, para adquirir, alienar ou onerar bens, imóveis, nos termos da letra "i" do Art. 53 do Estatuto Social;

4 — Autorização da Assembléia Geral ao Conselho de Administração, com validade até a próxima Assembléia Geral Ordinária, para firmar com qualquer estabelecimento bancário oficial, particular ou de economia mista, contratos de financiamentos com garantia patrimonial.

5 — Ratificação da Assembléia Geral da decisão do Conselho de Administração quanto a compra e/ou venda de imóveis.

6 — Fixação dos honorários da diretoria e cédula de presença dos Conselheiros de Administração, Fiscais e Representantes;

7 — Assuntos de interesse social e;

8 — Eleição e posse do Conselho de Administração e Fiscal.

NOTAS: 1 — Para efeitos de "quorum" declara-se que o número de eleitos é de 83 (oitenta e três) e de associados aptos a votar de 12.125 (doze mil, cento e vinte e cinco).

2 — A Assembléia Geral permanecerá aberta durante o dia 14 e 15 de março, para atender ao que determina o Art. 39, encerrando às 17 horas do dia 15.03.91, no mesmo local com a promulgação dos resultados e posse dos eleitos.

Ijuí/RS, 21 de fevereiro de 1991
OSWALDO OLMIRO MEOTTI
Presidente

IJUÍ

DIA 14 DE MARÇO DE 1991

Núcleo	Horário	Local	Mesários
Linha 6 Oeste/ Esq. Heidmann	14,00-15,30 hs	Escola	Alécio F. Pascoal e Vilmar Treter
Linha 11 Oeste	16,00-17,00 hs	Escola	Orlando Schneider e Oldemar Brissow
Itaf	14,00-15,30 hs	Escola	Avelino José Duarte e Arno Berno
Linha 2 Oeste	16,00-17,00 hs	Afumisa	Israel Fernandes Rocha e Harry Carlos Wächter
Coronel Barros	14,00-17,00 hs	Mercado Cotrijuf	Sênio Kirst e Alceu Uecker
Linha 6 Leste	14,00-15,30 hs	Salão da Sociedade 12 de Outubro	Helmuth Guth e Erno A. Prauchner
Linha 4 Leste	15,45-17,00 hs	Escola Pedro Álvares Cabral	Mário D. Jacoboski e Dari Winkoski
Linha 7 Leste	14,00-15,30 hs	Salão Paroquial	Énio Sadi Tiecher e Selvino Wender
Posto Florestal	15,45-17,00 hs	Centro Comunitário	Alberto Andriollo Alarico D. Ceretta
Linha 4 Leste Aula Ijuicense	14,00-15,30 hs	Centro Comunitário	Reinoldo Dobler e Lufs Chaves Martins
Rincão do Trigre	14,00-15,30 hs	Centro Comunitário	Silvino J. Goi e Gilmar R. Didoné Goi
Linha Base Sul	14,00-15,00 hs	Escola	Orlando J. Thomas e Valdir José Dezordi
Barreiro	15,30-16,30 hs	Escola	Leocir Wadas e Antenor José Vione
Linha 6 Norte Esq. Irgang	14,00-15,00 hs	Pavilhão Comunitário	Arnildo Schreiber e Edgar Willig
Linha 6 Norte Piratini	15,30-17,00 hs	Escola	Guilherme Commandeur e Ilo Erno Buch
Mauá	14,00-17,00 hs	Mercado Cotrijuf	Egon Müller e Valmir G. Kettenhuber
Linha 6 Norte Tuiuti	14,00-17,00 hs	Mercado Cotrijuf	Arno Arlindo Beck e Rui Onofre Bonamigo
Sind. Trabalhadores Rurais de Ijuí	14,00-17,00 hs	Recepção	Valmor K. Krysczun e Júlio Gabbi
Sindicato Rural de Ijuí	14,00-17,00 hs	Recepção	Milton Brudna e João Olivio Montagner
Boa Esperança	14,00-16,00 hs	Centro Comunitário	Silvestre A. Netto e Evaldo Moraski
Linha 11 Leste	14,00-15,00	Escola	Cerilo Kromberg e Cezar A. Copetti
Rincão dos Letos	15,30-17,00 hs	Salão Kapke	Vanderlei Glitzenhirn e Naldir Ledermann
Linha 8 Leste Esq. Kapke	14,00-17,00 hs	Mercado Cotrijuf	Nilton Göettens e Anatalino dos Santos
Santa Lúcia	14,00-17,00 hs	Mercado Cotrijuf	Antoninho Vilani e Antônio Cerves Sobrinho
Salto	14,00-17,00 hs	Mercado Cotrijuf	Amadeu Stochero e Artur Sartori
São Valentim	14,00-14,45 hs	Salão Comunitário	Euclides Marino Gabbi e Jaime Gabbi
Rincão dos Pinheiros	15,00-15,30 hs	Escola	Alfredo Dal Forno Sobrinho e Archilio Gabbi
Vista Alegre	16,00-17,00 hs	Salão Comunitário	Jaime Wender e Eugênio Gewer
Cotrijuf/Sede	13,30-17,00 hs	Recepção	

DIA 15 DE MARÇO DE 1991

Linha 8 Oeste	8,00- 9,30 hs	Pavilhão Igreja Evangélica	Valdir Bonemann e Sardi Avelino Galert
Linha 6 Oeste Esq. Dutra	10,00-11,30 hs	Escola	Valdir José Pascoal e Olmiro Diana
Vila Santo Antônio	8,00-10,00 hs	Salão Comunitário	Valdir Ferrari e Pedro Dalla Rosa
Vila Santo Antônio	10,15-11,30 hs	Escola João Pessoa	Dante Antônio Boniatti e Ademar Antônio Agostini
Coronel Barros	8,00-12,00 hs	Mercado Cotrijuf	David Lorenzoni e Paulo Gutknecht
Povoado Santana	8,00-10,00 hs	Centro Comunitário	João Makoski e Lufs Karlinski
Linha 5 Leste	10,15-11,30 hs	Escola	Francisco Adão Kusiak e Nelson Piasecki
Alto da União	8,00- 9,30 hs	Clube Alto da União	Victório A. Muraro e Elmário Korb
Parador	10,00-11,30 hs	Centro Comunitário	Severino L. Goi e João Rosanelli
Rincão da Ponte	8,00- 9,00 hs	Escola João Danis	Alber Noronha e João C. N. Martins
Araci Serves	9,30-11,30 hs	Centro Comunitário	Orlando Becker e Ary A. Golle
Arroio das Antas	8,30- 9,30 hs	Escola	Waldemar Kryczum e Arlei Hermann
Rincão dos Fabrim	10,00-11,30 hs	Escola	Francisco Milani e Waldemar Kryczum
Chorão	8,00-10,00 hs	Escola	Egídio Bin e Reny Soquetta
Linha 2 Norte	10,30-11,30 hs	Salão Comunitário	Valdemar Freitag e Armino Seifert
Mauá	8,00-12,00 hs	Mercado Cotrijuf	Armino A. Decker e Vilson Brudna
Linha 6 Norte Tuiuti	8,00-12,00 hs	Mercado Cotrijuf	Flávio Martini e Balduino Ketzner
Sind. Trabalhadores Rurais de Ijuí	8,00-11,30 hs	Recepção	Valmor Kryczum e Júlio Gabbi
Sind. Rural de Ijuí	8,00-11,30 hs	Recepção	Egon Eickhoff e Rudi Bonemann
Dr. Bozano	8,00-10,00 hs	Centro Comunitário	Élio Fachin e Antenor de Lima Batista
Saltinho	10,15-11,30 hs	Salão Comunitário	Lourenço Francisconi e Nelson Casagrande
Linha 8 Leste Farroupilha	8,00- 9,00 hs	Salão Farroupilha	Airton da Rosa e Almir Bigolin
Linha 8 Leste Floresta	10,00-11,30 hs	Centro Comunitário	Luiz C. Buzanello e Augusto J. Denes
Santa Lúcia	8,00-12,00 hs	Mercado Cotrijuf	Severino Costa Beber e Amarildo Vieira
Salto	8,00-12,00 hs	Mercado Cotrijuf	Euclides Marino Gabbi e Marcílio Cossetin
Rincão da Lage	8,00- 9,30 hs	Centro Comunitário	Luiz da Rosa e Frederico Casali
São Miguel	10,00-11,30 hs	Centro Comunitário	Leonildo A. Gabbi e Renato Cossetin
Cotrijuf/Sede	8,00-12,00 hs	Recepção	Valdemar Michael e Ervino Egon Preissler

ERVAL SECO

DIA 14 DE MARÇO DE 1991

Núcleo	Horário	Local	Mesários
Cotrijuf/Vila	13,30-17,30 hs	Escritório	Pedro Giacobbo, Elbio Mar Moura e Aristides Arisoli
Dois Irmãos	13,30-17,30 hs	Sede	Gerald Dowich, Ernesto M e José Ciro Pires Rodrigues

DIA 15 DE MARÇO DE 1991

Cotrijuf/Vila	7,30-12,00 hs	Escritório	Denis Bridi, Rubens Bress e Ivan Dornelles
Dois Irmãos	7,30-12,00 hs	Sede	Ingberto Dowich, Ney C de Castro e José Ciro Pires Rodrigues

DOM PEDRITO

DIA 14 DE MARÇO DE 1991

Núcleo	Horário	Local	Mesários
Cidade	13,00-18,00 hs	Casa do Associado	Antônio Machado e Flávio Jorge Farias e Urbano Frey
Cotrijuf	14,00-18,00 hs	Mercado da Lã	Francisco Amaral Machado Luiz Michelena Martins
Cotrijuf	13,30-18,00 hs	Escritório Central	Marcelo Burin e Felipe Mar Marcelo Burin e Cenio Mach Cruz
Bolicho da Pedra	13,30-14,30 hs	Escola	Gerson Rodrigues Ferreira Leomar Silveira Leite
Sucessão dos Morais	16,00-17,30 hs	Escola	Énio Sosinski e Clodomiro
Campo Seco	15,00-16,00 hs	Bolicho do Leomar	
Vacaíquá	15,00-16,00 hs	Sede Sub-Prefeitura	

DIA 15 DE MARÇO DE 1991

Cidade	8,00-12,00 hs	Casa do Associado	Antônio Machado e Flávio
Cotrijuf	8,00-12,00 hs	Mercado da Lã	Jorge Farias e Urbano Frey
Cotrijuf	8,00-12,00 hs	Escritório Central	Francisco Amaral Machado Luiz Michelena Martins

AJURICABA

DIA 14 DE MARÇO DE 1991

Núcleo	Horário	Local	Mesários
Unidade da Cotrijuf	13,30-18,00 hs	Mercado	Valdomiro Pettenon, Cláudio Sperotto e Nelson Gelatti
Sind. Trabalhadores Ajuricaba	13,30-18,00 hs	Sede	Olinto Mattioni, Sérgio Piza e Ciro Bertollo
Linha 28	13,30-18,00 hs	Mercado Cotrijuf	Eugênio Blume, Theobaldo Neumann e Valdir Radheke
Pinhal	13,30-18,00 hs	Mercado Cotrijuf	Dionildo Bandeira, Neri Luf Bonna e Carlos R. Botura
Formigueiro	13,30-18,00 hs	Mercado Cotrijuf	João Carlos Steurer, João C Mass e Gilmar Patz
Linha 13	13,30-15,00 hs	Escola João Batista La Salle	Mauri Porazzi, José Luiz Bortolini e Renato Pilau
Linha 14	15,30-17,30 hs	Escola Marechal Rondon	Ediolar J. Prauchner, Egon Schwertner e Renato
Linha 29	13,30-15,30 hs	Capela São Jorge	Edenor C. Brigo, Inácio Sang e Cláudio Setowski
Linha 27	16,00-17,30 hs	Escola Souza Docca	Valderi Bandeira, Nelson G e Cláudio Setowski
Linha 18	13,30-14,30 hs	Capela Nossa Senhora da Paz	Ademar Eickhoff, Aldo Ma e Francisco Traessel
Linha 23	15,00-18,00 hs	Capela São José	Adilar Vinício Torquetti, Vilson Marquezim e Francis Traessel
Madeiraira	13,30-15,00 hs	Escola Lourival Barcelos de Souza	Augusto Dambros Filho, Valdemar Dambros e Eno
Pranchada	15,30-17,30 hs	Salão Comunidade	Silvio Bandeira, Alcides Bar e Eno Ruppel
Barro Preto	13,30-16,30 hs	Ambulatório	João Aldomar Koller, Valde Covari e Elvio Lufs Bandeira
Timbozal	17,00-18,00 hs	Clube Ouro Verde	Jacy Fernandes de Vargas, Aristides Antunes e Elvio Luf Bandeira

DIA 15 DE MARÇO DE 1991

Unidade Cotrijuf	8,00-12,00 hs	Mercado	Olivio Calgaro, Amauri Bortolini e Nelson Gelatti
Linha 28	8,00-12,00 hs	Mercado Cotrijuf	Francisco Bandeira, Romi Gering e Valdir Radheke
Pinhal	8,00-12,00 hs	Mercado Cotrijuf	Darci Elizeu Bandeira, Vít Rosa e Carlos R. Botura
Formigueiro	8,00-12,00 hs	Mercado Cotrijuf	Emílio Uhde, Edvino Egon Spitzer e Gilmar Patz
Linha 15	8,00- 9,00 hs	Escola Tuiuti	Luiz Antônio Porazzi, Ono Kristoschik e Francisco
Linha 15	9,30-12,00 hs	Clube Carovi	Traessel Dirceu Chagas de Moraes, Beno Dorn e Francisco
Linha 24	8,00- 9,30 hs	Capela Sagrado Coração de Jesus	Traessel Gentil Zangirolami, Ireno Nunes Cavalheiro e Elvio Luf Bandeira
Linha 21	10,00-12,00 hs	Escola Emílio de Menezes	Celvio Cezar Zangirolami Verfssimo Mass e Elvio Luf Bandeira
Linha 26	8,00-10,00 hs	Escola São	Airton Cossetin, Vilson Maron e Cláudio Setowski
Linha Seca	10,30-11,30 hs	Escola Henrique Dias	Miguel Sapiezinski, Aquiles Sangolo e Cláudio Setowski
Linha 30	8,00-10,00 hs	Capela São Sebastião	Doralino Rodrigues Barboza, Germano Senno Gerke e E Ruppel
Esquina Umbu	10,30-12,00 hs	Capela Santo Antônio	José dos Santos Ávila, Jorge dos Santos Prates e Eno Ruppel

ROQUE GONZALES

DIA 14 DE MARÇO DE 1991

Local	Horário	Local	Mesários
Unidade Cotrijuf	14,00-18,00 hs	Escritório	Ademar Rambo, Adão Valdi Alpi e Valdemar Horn Caye
Unidade Limeira	14,00-16,00 hs	Salão Comunitário	Teobaldo Edvino Machry, Cyro Roque Sausen e Valter Colombo
Unidade Helena e Emanuel	16,30-18,00 hs	Salão Comunitário	Alfredo Zarnoth Wolfardt, Armim Griep e Valter Colombo

DIA 15 DE MARÇO DE 1991

Local	Horário	Local	Mesários
Unidade Cotrijuf	8,00-12,00 s	Escritório	Bráulio José Nilles, Alfsio Guidõ Gring, Avelino Caye, Ilmar Egfdio Spohr e Edgar Sallet
Unidade Preto	8,00-12,00 hs	Escola Olavo Bilac	Renê Berwanger, Sérgio Antônio Poersch Scheeren, Miguel Lúcio Ledur e Valter Colombo
Unidade Fátima	10,30-12,00 hs	Salão Comunitário	Serilo Gerônimo Labger, Ivaldino João Rigodanzo e Valter Colombo

JÓIA

DIA 14 DE MARÇO DE 1991

Local	Horário	Local	Mesários
Unidade Cotrijuf	13,30-17,45 hs	Escritório	Jorge A. Conceição, Orivaldo Osni da Silva e Gilseu Pinheiro
Unidade José	14,00-18,00 hs	Mercado Andreatta	Ornelio J. Selle, Jânio Andreatta e Milton C. Andreatta

DIA 15 DE MARÇO DE 1991

Local	Horário	Local	Mesários
Unidade Cotrijuf	7,30-12,00 hs	Escritório	Jorge A. Conceição, Orivaldo Osni da Silva e Gilseu Pinheiro
Unidade Pedro	7,30-12,00 hs	Posto Cotrijuf	Valdir R. Sarturi, Valdir Lassen e Arthur Bazzan
Unidade São Jorge	7,30-12,00 hs	Clube São Jorge	Pedro S. Moura, Valdir Patias e João Carlos Teixeira
Unidade Santo Antônio	7,30-12,00 hs	Bolicho João Pedrosa	Antônio Conceição, Cláudio J. Paschoal e Dorval Teixeira
Unidade João Mirim	8,00-12,00 hs	Bolicho João F. da Silva	Francisco V. Siqueira, Elias Burgin e Soni Goulart
Unidade dos Machado	8,00-12,00 hs	Escola Padre Antônio Vieira	Olmiro Machado, Setembrino Silva e Lauro S. dos Reis
Unidade dos Machados	8,00-12,00 hs	Escola Fernando Ferrari	José Gabriel Machado, Eloi Schneider e Romir Maboni
Unidade Roque	8,00-12,00 hs	Salão Paroquial	Aquiles V. Della Flora, Gildo Menegazzi e Jorge Costa
Unidade João Bela Vista	8,00-12,00 hs	Escola José do Patrocínio	Ernesto Strada, João M. R. Padilha e Sebastião Siqueira
Unidade Grande	8,00-12,00 hs	Escola Angelo Hernandez	João D. Oliveira, José R. Viana e Luiz Roque

SANTO AUGUSTO

DIA 14 DE MARÇO DE 1991

Local	Horário	Local	Mesários
Unidade Valentim	13,00-16,00 hs	Salão Com.	Darci João Moresco, Nicanor J. Ceolin e Dari Nicoli
Unidade Pedro	16,15-17,30 hs	Salão Comunitário	Adão Ciotti, Carlos A. Paraginski e Marcos L. Tissot
Unidade José	13,30-16,00 hs	Salão Comunitário	Batista Chiusa, Osvino Bartsch, Pery da Rosa e Irineu Sagin
Unidade Beça	16,15-17,30 hs	Salão Comunitário	Valter Tontini, Leopoldo da S. Rocha e Ubirajara Nunes
Unidade Mangueirão	14,30-15,30 hs	Salão Comunitário	Vitalino Lambrech e Orlando Valk
Unidade Luiz	14,00-16,00 hs	Salão Comunitário	Angelo L. Saggin, Paulo B. Kolh, Genésio Bauzewein, Sadi E. Kahl e Abrelino Rigodanzo
Unidade São João	14,00-16,00 hs	Mercado Cotrijuf	Jorge Roncato, Luiz Schreiber, Silvio A. Machado, Luiz Tamiozzo e José Natalino Cardoso
Unidade Valério	13,30-18,00 hs	Mercado Cotrijuf	Otilo Werner, Ivo A. Talheimer, Armindo Bender e Pedro Rossi
Unidade Nossa Senhora Fátima	13,30-16,00 hs	Salão Comunitário	Arlindo Schneider e Valzumiro Calgaro
Unidade do Turvo	16,15-17,30 hs	Salão Comunitário	Heitor R. Antônio, Carlos Rotili e Jorge Nascimento
Unidade da Lage	13,30-16,00 hs	Salão Comunitário	Irineo P. Pettenon, Bernardo Radin e Aparício Mafalda
Unidade Palva	16,30-17,30 hs	Residência Idalino Speroni	Idalino Speroni, Dary Speroni e Elói Padilha
Unidade Brasil	13,30-16,00 hs	Salão Comunitário	Arcelino Beazi, Eldevir Bordignon e Dirceu P. Correa
Unidade Machado	16,30-17,30 hs	Salão Comunitário	Osvaldelino Rodrigues, Luiz A. Fischer e Osmar Menegon
Unidade Martinho/Sind. Trabalhadores Rurais	13,30-17,30 hs	Sede	Umberto Schmidt, Canfio J. Weiter, Adolfin Weiller e Wilton E. Treuherz
Unidade Trab. Rurais Santo Augusto	13,30-17,00 hs	Sede	João J. Possatto, Claucídio Bertolo, Devalci Lorenzon e Osvadir Andrighetto
Unidade São João	13,30-18,30 hs	Escritório	Antônio Nicoli, Itálvino Sperotto, Irani J. Gonzatto, Eurico Prauchner e Clóvis P. de Matos

DIA 15 DE MARÇO DE 1991

Local	Horário	Local	Mesários
Unidade Valério	8,00-12,00 hs	Mercado Cotrijuf	Jacques Delafloira, Mário Bussiol e Pedro Rossi
Unidade Trab. Rurais Santo Augusto	8,00-12,00 hs	Sede	João J. Possatto, Claucídio Bertolo, Devalci Lorenzon e Osvadir Andrighetto
Unidade São João	8,00-12,00 hs	Escritório	Antônio Nicoli, Itálvino Sperotto, Irani J. Gonzatto, Eurico Prauchner e Clóvis P. de Matos

CHIAPETTA

DIA 14 DE MARÇO DE 1991

Núcleo	Horário	Local	Mesários
Unidade Cotrijuf	13,30-18,00 hs	Mercado	Luizinho F. Eneas, José José J. R. de Oliveira e Osmar Widthauer
Sind. Trabalhadores Rurais	13,30-17,00 hs	Sede	Oromir Dietrich, Alfredo Blass e Lucas Sansonovicz
São Judas	13,30-15,30 hs	Salão Comunitário	Irineu M. Stopiglia, Joel Stopiglia e Josenei Rigon
São Luiz	14,30-18,00 hs	Salão Comunitário	Dirceu A. Ghem, Peri Rolim Machado e Josenei Rigon

DIA 15 DE MARÇO DE 1991

Núcleo	Horário	Local	Mesários
Unidade Cotrijuf	7,30-12,00 hs	Mercado	Luizinho F. Eneas, José José J. R. de Oliveira e Osmar Widthauer
Sind. Trabalhadores Rurais	8,00-12,00 hs	Sede	Oromir Dietrich, Alfredo Blass e Lucas Sansonovicz
Linha São José	8,00-10,00 hs	Salão Comunitário	Dari Schumacher, Valdoir Rosa e Josenei Rigon
Ponte Buricá	10,00-12,00 hs	Salão Comunitário	Clauzenir Strada, Ivo M. Foletto e Josenei Rigon

TENENTE PORTELA

DIA 14 DE MARÇO DE 1991

Núcleo	Horário	Local	Mesários
Esquina Pinhalzinho	13,30-14,00 hs	Salão Comunitário	Afonso A. Ritter e Carlos Bandeira
Esq. Colorada	14,30-15,00 hs	Salão Comunitário	Francisco D. Tuzzin e Daniel Heuser
Cedro Mercado Laj. Librino	15,30-16,00 hs	Salão Comunitário	Eugênio Reimann e Atalides Bidin
Santa Fé	16,30-17,00 hs	Salão Comunitário	Milton Calgaro e José Martinelli
Santa Fé	17,00-17,30 hs	Salão Comunitário	Félix Gotardo, Esquivio Sala
Cotovelo Parizinho	13,30-14,00 hs	Salão Comunitário	Zelindo Pilatti e Valdir P. Gabriel
Jaboticaba	14,30-15,00 hs	Salão Comunitário	Joceli A. Denes e Sérgio Didoné
Esq. Jaboticaba	15,30-16,00 hs	Salão Comunitário	João S. da Luz e Pedro J. Avrella
Capoeira Grande	16,30-17,00 hs	Clube Comercial	Mário Paier e Antônio Silvestre
Tiradentes	17,00-17,30 hs	Salão Comunitário	Claudino Verdi e Vilmar Verdi
Lagoa Bonita	14,00-15,00 hs	Salão Comunitário	Licério Micolino e José Comiotto
Capitel	15,00-15,30 hs	Escola	Amado C. Silvestre e Oldemar Weiller
Barreiro	16,00-17,00 hs	Salão Comunitário	Izalino Pavinatto e Enor Carniel
Perpétuo Socorro	13,30-14,00 hs	Salão Comunitário	Mário Paludo e Valmir Sofiatti
Braço Forte	14,30-15,30 hs	Salão Comunitário	Euclides Rossetti e Pedro Dallabrida
N. S. Saúde	16,00-17,00 hs	Salão Comunitário	Gabriel Vicenzi e Roque Furini
N. S. Medianeira	17,00-17,30 hs	Escola	Severino Boni e Gelson Corrêa
Coxilha Ouro	13,30-14,00 hs	Salão Comunitário	Bruno Arnemann e Nelson Donat
Esq. Ouro	14,00-14,30 hs	Salão Comunitário	Paulo Walczak e Valdir Leonhardt
Linha São Paulo	15,00-16,00 hs	Salão Comunitário	Evalth Borth e Lauro Petri
Irapuazinho	16,30-17,00 hs	Escola	Nelson Donat e Enio Ganascini
Derrubadas	13,30-17,30 hs	Mercado Cotrijuf	Waldemar Grutzmann, Natanael Rigo e Ubirajara de Mattos
Tronqueiras	13,30-17,30 hs	Mercado Cotrijuf	Ivo Figur, Fredolino Jager e Otacilio de Oliveira
Miraguaí	13,30-17,30 hs	Mercado Cotrijuf	Arnaldo Hermann, Alfredo Mower e Ademar Hanke
Sítio Gabriel	13,30-17,30 hs	Mercado Cotrijuf	Antônio Koller, Osmar Selle e Ademir Schneider
Unidade Cotrijuf	13,30-17,30 hs	Escritório	Anselmo G. da Rocha, José Velsi Monteiro e Jaime de Carli

DIA 15 DE MARÇO DE 1991

Núcleo	Horário	Local	Mesários
Barra Grande	8,00- 8,30 hs	Salão Comunitário	Celso Fontana e Algiro Bandeira
Centro Novo	8,30- 9,00 hs	Salão Comunitário	Benjamin Bandeira e Algiro Bandeira
Desmigrados	9,00- 9,30 hs	Salão Comunitário	Oldemar Ruff e Odilon Rigo
Dois Marcos	10,00-10,30 hs	Salão Comunitário	Neri Selle e Carlos Ortolan
Três Marcos	10,30-11,00 hs	Salão Comunitário	Antônio Rigo e Celso Bassani
Bom Plano	8,00- 9,00 hs	Salão Comunitário	Leonório Tomasi e Oldio Lorenzi
Vista Gaúcha	9,00-10,00 hs	Clube	Selenio Sandri e Afonso Pinno
São Sebastião	10,00-11,00 hs	Salão Comunitário	Deoclides Eloy e Orelia P. Crespão e Sérgio Didoné
São Pedro	8,00- 8,30 hs	Salão Comunitário	Olimpio Wolfard e Alessio Fontaniva
L. São Luiz	9,00- 9,30 hs	Salão Comunitário	Avelino Tamioso e Delarmando Portolan
Laj. Leão	9,30-10,30 hs	Salão Comunitário	Elo Müller e Luiz Zordan
KM 12	8,00- 8,30 hs	Salão Comunitário	Dorivaldo Nodari e Danilo Balestrim
Daltro Filho	9,00- 9,30 hs	Salão Comunitário	Achiles Balestrim e Danilo Balestrim
KM 5	9,30-10,00 hs	Salão Comunitário	Nilson Caron e Angelo Gali
Linha Glória	10,00-10,30 hs	Salão Comunitário	Ludovino Splendor, Augusto Botura e Enio Ganascini
Alto C. Farias	8,00- 8,30 hs	Salão Comunitário	Arlindo Albrecht e Anildo Holtz
Alto Alegre	8,30- 9,00 hs	Salão Comunitário	Delmar Fruiling e Anildo Holtz
Bela União	9,00- 9,30 hs	Salão Comunitário	Willi Walk e Arlindo Albrecht
Gamelinhas - Com. Lut. São Pedro	10,00-11,00 hs	Salão Comunitário	Sadi Breunig e Gelso Correa
Irapuã	8,00- 9,00 hs	Escola	Anelio Pelizan e Albano Hermann
Colônia Nova	9,00-10,00 hs	Salão Comunitário	Adolfo Bahr e Marisso Sass
Bela Vista	10,00-11,00 hs	Salão Comunitário	Irmo Linn e Edemar Siqueira
Derrubadas	8,00-11,30 hs	Mercado Cotrijuf	Elmo Elsenbach, Eugenio Bagega e Ubirajara de Mattos
Tronqueiras	8,00-11,30 hs	Mercado Cotrijuf	Anildo Schmidt, Bernardo Figur e Otacilio de Oliveira
Miraguaí	8,00-11,30 hs	Mercado Cotrijuf	Arlindo Valk, Mauro Gutierrez e Ademar Hanke
Sítio Gabriel	8,00-11,30 hs	Mercado Cotrijuf	Antenor Andreatta, Osmar Selle e Ademir Schneider
Unidade Cotrijuf	8,00-12,00 hs	Escritório	Nelson Coldebella, Dealmo Schneider e Jaime de Carli

Contas liquidadas

Meotti faz um balanço da sua gestão na presidência da Cotrijuí e diz que as contas problemas foram pagas

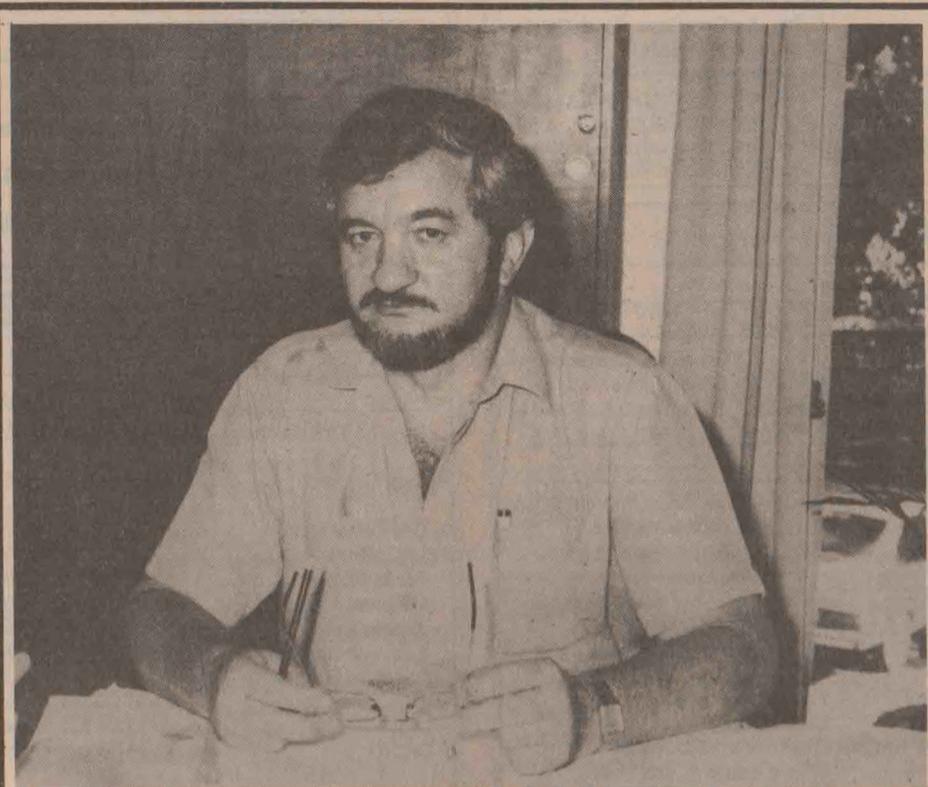
"As contas problemas estão liquidadas", avalia o diretor presidente da Cotrijuí num balanço de seu trabalho na presidência da cooperativa. Oswaldo Meotti, 51 anos, 27 dos quais dedicados à Cotrijuí, economista e agricultor, se prepara para deixar, depois de seis anos, a presidência da cooperativa, "um cargo ocupado, até certo ponto de forma inesperada e sem experiência política", conta.

Não foram seis anos de grandes obras ou de grandes investimentos, mas de muitas dificuldades, avalia hoje Meotti. Entre os momentos de dificuldades, aponta a seca de 85 e consequente quebra de safra e os planos econômicos dos dois últimos governos - o Cruzado, o Cruzado II, o Bresser, o Verão, o Collor I e o Collor II -. Diz que de todos os planos econômicos, o único que não deixou sequelas negativas para a cooperativa foi o Cruzado, editado em 86. Os demais começaram reduzindo até extinguir os recursos destinados a agropecuária brasileira, "a tal ponto que a Cotrijuí é hoje, na região onde atua, a principal fonte financiadora das lavouras via programas de troca-troca." A redução dos recursos a serem aplicados na agricultura não veio sozinho. Junto, lembra, veio uma excessiva elevação dos custos financeiros.

Meotti cita ainda a seca de 88, levando 60 por cento da soja e praticamente toda a produção de milho, e os reflexos destas na região de Dom Pedrito que, em 89, sem reserva d'água suficiente, não conseguiu fazer a lavoura de arroz. Lembra que 90 não foi menos pior. Além do Plano Collor I, o governo se retirou da comercialização do trigo em plena safra, "uma medida até certo ponto esperada e desejada, mas não para um ano tão difícil e de quebra na lavoura. Então, resume, foram seis anos de muitas mudanças na economia do País e de várias intempéries, todas elas pesando no bolso do produtor, na sua propriedade e refletindo diretamente na estrutura da cooperativa.

IMPAGÁVEL - Além das adversidades econômicas, somadas às climáticas, a atual diretoria teve ainda pela frente um outro grande desafio: o de buscar uma solução para uma dívida, "que na época era considerada impagável tanto pelo seu volume, como pelos seus vencimentos e custos financeiros". Segundo Meotti, a idéia que se tinha na época, visando o saneamento da cooperativa, passava por desmobilizações, desligamentos ou fechamentos de subsidiárias. Era o caso do Terminal de Rio Grande, com negociações se desenvolvendo desde 1982, e do Irfa, por exemplo, que só apresentava prejuízos.

Como a possibilidade de saneamento da cooperativa via venda do Terminal se tornou inviável "por falta de compradores", a atual diretoria saiu em busca de outra dinâmica operacional que pudesse reverter a situação. A nova dinâmica introduzida não só promoveu um enxugamento nas subsidiárias - com exceção de duas prestadoras de serviço, as demais eram deficitárias e apresentavam resultados negativos - como levou o Terminal a transformar-se num pagador de contas via resultados positivos. Na época,



Oswaldo Meotti, presidente da Cotrijuí:
Muitos planos econômicos e intempéries climáticas em seis anos de gestão

ca, mesmo movimentando 2 milhões de toneladas, ele não conseguia apresentar resultado. Hoje, destaca o diretor presidente da Cotrijuí, movimentamos apenas a metade desse volume, mas contribuímos para o saneamento financeiro da cooperativa. Situação semelhante aconteceu com o Irfa que, deficiente e até malvisto pelo quadro social, pela sua inoperância, foi transformado em lucrativo e demais subsidiárias. Todas elas estão operando satisfatoriamente e ajudando a Cotrijuí a equilibrar sua vida", ressalta Meotti.

"O Terminal está lá, e as contas estão pagas", insiste Meotti, para quem a manutenção do Terminal serviu para fortalecer ainda mais o patrimônio da Cotrijuí, hoje avaliado, em valores líquidos, em 142 milhões de dólares. Considera a Cotrijuí uma grande vitoriosa na sua política de saneamento de suas contas, já que para vencer este desafio não tocou no bolso do produtor e muito menos tirou recursos das regionais Pioneira e Dom Pedrito. "De 40 milhões de dólares, nós pagamos 28 e passamos 12 para o Mato Grosso, na negociação do desmembramento. Então, o saldo que ficou para pagar a CFP, foi transferido para o Mato Grosso do Sul", reforça o economista.

Outra preocupação da atual diretoria nos primeiros anos de gestão, segundo Meotti, esteve relacionada com a recuperação da credibilidade da cooperativa junto às instituições financeiras. "Passamos o ano de 85 a 86, sem operar com EGF - Empréstimo do Governo Federal - por causa do endividamento que tínhamos com o Banco do Brasil. Felizmente conseguimos recuperar esse crédito."

A AMAZÔNIA E AS CENTRAIS - A questão da Amazônia, das Cooperativas Centrais e até dos hospitais, "foram problemas que, mesmo sem experiência política necessária, conseguimos resolver", assinala. O problema da Amazônia foi resolvido com a devo-

lução da área, já que o projeto era totalmente inviável em termos de recursos econômicos para colonização. Os hospitais, "assunto em que éramos totalmente leigos, mas que foram importantes e até necessários em determinada ocasião", foram devolvidos às suas comunidades em regime de comodato.

As Centrais de Carnes e Hortigranjeiros, "considerando a política adotada internamente de que não podíamos pagar a conta sozinhos", foram extintas. Com a Central de Carnes fomos um pouco mais longe, através da administração de terceiros, mas também não obtivemos resultados, optando por assumirmos a Central, abatendo em risco próprio", relata.

A Cotrijuí também viveu, na gestão de Oswaldo Meotti, um momento histórico muito importante: o do desmembramento da Regional do Mato Grosso do Sul, ocorrido durante o ano passado, "mas um assunto que vinha sendo discutido pelo quadro social desde 1980. O desmembramento foi mais uma etapa vencida", assinala. **PAGADOR DE CONTAS** - Para Meotti, em seu balanço de final de gestão, se a atual diretoria merecesse um título, seria o de pagador de contas. "Não conseguimos ser investidores nem dar respostas a todos os anseios do corpo associativo", diz acreditando que, de qualquer forma, em determinado momento, a atual direção deve ter surpreendido. Lembra que mesmo enfrentando todo o tipo de adversidades - em seis anos de gestão a cooperativa não recebeu nenhuma safra normal em todas as suas regionais - conseguiu o feito de sanear financeiramente a cooperativa, deixando para a próxima diretoria os investimentos necessários.

Entre os investimentos que a cooperativa deixou de fazer, cita a Unidade de Vista Gaúcha, a ampliação do Posto de Dois Irmãos, em Erval Seco e a moega em Coronel Barros,

interior de Ijuí. "Com o fim do crédito da lavoura, tivemos que abandonar qualquer projeto de investimento, mesmo reivindicado pelo quadro social", diz, lembrando, por outro lado, que, muita coisa feita com recursos em maior custo para a cooperativa. As moeguinhas construídas em Erval Seco, por exemplo, pareciam boas, mas não foram. Elas custaram mais frete e isso também acabou por debilitar a cooperativa".

Segundo Meotti, a Cotrijuí conseguiu neste último ano, com o fim de dívidas e troca-troca, a recuperação de um terço da área de lavoura em Erval Seco, 100 mil hectares, área que foi impossível buscar recursos para investimentos, até porque não existia era a curto prazo, de longo prazo. Então, preferimos optar pelo financiamento da lavoura e aguardar o melhor momento para buscar recursos em dinheiro".

Quando fala em investimentos necessários, Meotti aponta para a questão de frigorífico de Erval Seco. Acredita que a Cotrijuí já possui experiência suficiente para saber o que tomar. "Certamente o quadro social deverá tomar na área de investimentos, não fica restrito ao que estamos fazendo hoje, locando uma planta de empresa falida, tendo de fazer investimentos num patrimônio que não é nosso". Entende que essa verificação que vem ocorrendo na região sulina, também deva ocorrer em outras áreas, "pois não podemos continuar apenas recebendo e não especializando soja e trigo". A decisão do projeto já aprovado, da construção do moinho de milho, aveia, cevada e farelo de arroz, também é apontada pelo presidente da Cotrijuí como importante e imediato. Cita ainda outros investimentos mais a médio e longo prazos, a construção de um estabulamento de aves, um moinho de madeira para uma indústria de citros.

CONTEXTO MAIOR - Meotti garante que, apesar de todos os problemas ocorridos nestes seis anos, tem motivos para sair frustrado, porque nenhum trabalho ficou realmente completo". Só lamenta as adversidades da área econômica, promovidas pelos dois governos não tenham sido bem entendidas pelo quadro social e funcional. "Não entendemos estes anseios, mas o quadro social como funcional precisa entender que a Cotrijuí não é a solução para todos os problemas. Também está inserida num contexto maior", diz garantindo que a atual diretoria buscou, sob todas as condições, cumprir a sua obrigação.

Dentro deste contexto, Meotti diz que vive a economia brasileira e convida o quadro social a refletir um pouco mais sobre a situação econômica do País. "De norte a sul do País há falta de recursos e os preços praticados no mercado são baixos. Estes são problemas restritos apenas a Cooperativas, culpando as adversidades econômicas e climáticas pelos tributos caros que a atual gestão teve de pagar. Portanto, nada melhor do que a alternância de poder, quer seja na área política ou quer seja na área empresarial," diz justificando a sua decisão de não se candidatar a reeleição.

RIO GRANDE

Na briga pelo Deprc

A transferência do Deprc de Porto Alegre para Rio Grande pode ser o último cartucho a ser usado para salvar a autarquia, alvo de muitas críticas nestes últimos tempos



Bolívar de Souza Lima
Mais eficiência e enxugamento
das despesas da autarquia

Defensor da autonomia e poder de decisão do Estado nas questões portuárias, Valdomiro Lima teme que os portos gaúchos caiam nas mãos de outros estados. "A perda do controle de nossos portos significa, por consequência, a perda do controle de nossa economia".

Confiante na recuperação da autarquia que, segundo ele, funcionou bem até a entrada do governo peemedebista, lembrou debate realizado na RBS - TV Rio Grande em fins do ano passado, quando o então ouvidor geral do Estado, Bachieri Duarte, reconheceu a retirada de verbas do Deprc para outros órgãos do Estado. Valdomiro Lima afirma ainda que a autarquia não é deficitária, mas precisa que seus recursos sejam empregados na sua própria estrutura.

AINDA IMPORTANTE - Hoje, os antigos defensores acham que a simples transferência do Deprc para Rio Grande não resolve o problema do porto local, mas a medida ainda é bem-vinda e considerada importante. Para o economista Bolívar de Souza Lima, gerente geral do Terminal da Cotrijuí em Rio Grande, e também representante da Câmara de Comércio do município e do Centro de Navegação Riograndense, as condicionantes são óbvias. "Rio Grande sedia o único porto marítimo do Estado, por onde passam 90 por cento das exportações gaúchas. Aqui está o maior universo administrativo, operacional e financeiro da autarquia", constata ele que presidiu ainda por dois anos consecutivos o Conselho de Usuários do Porto.

Os usuários também reclamam das decisões protelatórias, uma vez

que os contatos feitos na APRG - Administração do Porto Rio-Grandino - dependem da análise da direção geral situada na capital do Estado. Isto entrava decisões e, o que é pior, as transfere. Diante de tantos argumentos, Bolívar Lima diz não entender como as autoridades portuárias e políticas locais ainda não foram ouvidas, por exemplo, nas escolhas para a direção geral da autarquia. Acusa a inexistência de compromisso com o porto local.

Os problemas do porto, amplos e profundos, na opinião de Bolívar Lima, exigirão de toda a comunidade uma união de esforços para resolvê-los. Entende que uma série de medidas devem ser agilizadas, como o enxugamento das despesas da autarquia e a transferência dos aposentados - inativos - para a conta do Estado. "Também é importante o remanejamento do quadro funcional, exigindo mais eficiência no exercício de cada atividade.

Mas existe uma série de sonhos futuros. Entre eles, a autonomia do porto de Rio Grande, ficando separado junto com Pelotas em bloco diferente de Porto Alegre e as hidrovias, que gerenciariam suas próprias despesas. A transformação do Deprc em Companhia Docas seria outra alternativa. No entanto, Bolívar Lima adianta que esta ainda não seria a melhor opção, dizendo ter consciência dos sérios problemas que envolvem esta forma administrativa. Por isto, paralelamente, os representantes locais estão gerenciando e aguardando da União, mudanças profundas no sistema portuário nacional.

Uma luta de anos

O ano de 1989 conseguiu muito engajamento do empresariado riograndino em prol da transferência da direção geral do Deprc a Rio Grande, durante os trabalhos da Constituinte Estadual. Se fosse aprovado o artigo 50, de autoria do deputado pedetista Valdomiro Lima, o governo peemedebista seria obrigado a transferir a sede da autarquia para a cidade onde está localizado o único porto marítimo do Estado.

O deputado ainda hoje argumenta que o Deprc é a única autarquia do Estado com a peculiaridade de ter o maior faturamento fora da capital, Porto Alegre. Dados usados na ocasião, acreditando-se que ainda sejam os mesmos, mostram que 87 por cento do Deprc é originário do porto de Rio Grande.

Mas na época, o que mais agitava - e ainda agita - os representantes da comunidade riograndina, era o fato de que o porto local, apesar de ser o de maior importância para a economia do Estado, estava abandonado, sem a manutenção adequada dos seus equipamentos, à beira do total sucateamento. Os defensores da transferência alegavam que a direção geral localizada em Rio Grande traria a condicionante favorável de ter os problemas do porto vivenciados no seu dia-a-dia.

O lobby dos altos funcionários do Deprc, porém, como faz questão de ressaltar o deputado do PDT, conseguiu segurar a direção geral em Porto Alegre. Mesmo após ter sido aprovado em várias comissões de estudo da Constituinte Estadual, conseguindo até chegar ao texto final, a votação de plenária derrubou o artigo e deu a frustração aos riograndinos.

USUÁRIOS - Para o usuário do porto de Rio Grande, grande responsável pela exportação da safra agrícola do Estado, a presença da direção geral da autarquia ao seu lado, seria muito mais favorável. As indústrias do país que terão que arcar nos próximos anos, com uma abertura cada vez maior no comércio exterior, necessitam de portos eficientes.

A competição externa não seria tão drástica se os custos operacionais dos portos brasileiros não fossem os mais elevados do mundo. O de Rio Grande não fica nem um pouco atrás, pelo contrário. Precisa de um trabalho intenso para que tenha todos os seus problemas resolvidos. É isto que se espera, trazendo o Deprc para Rio Grande - visão mais ampla para uma estratégia rápida que reverta sua posição entre os portos mais problemáticos do Brasil.

COTRIJUI/TERMINAL LUIZ FOGLIATTO

Projeto de adequação para descargas de barcaças

Os fatores oferecem suporte à viabilidade técnica do projeto no qual a Cotrijuí pretende investir, já com o apoio dos governos estadual e federal, no superporto de Rio Grande. Trata-se da adequação do seu pier para a recepção de pequenas e médias embarcações, contribuindo para o reclame de modernização do sistema portuário, através da iniciativa privada.

O primeiro fator refere-se aos sérios entraves sofridos na navegação interior do Estado nos setores operacionais e técnico do porto de Rio Grande, devido a uma deficiência existente e um custo operacional elevado. A falta de partida, as únicas opções, fora o "dolphin" - pontão de transbordo -, instalado ao lado do terminal Cotrijuí, foram interditadas pela Capitania dos Portos de Rio Grande do Sul.

Ocorre que os navios não podem mais operar em águas rasas fora dos terminais, pois estas áreas, conformando o sistema dos Portos, ofereciam perigo à navegação. A consequência desta nova realidade é o próprio fechamento do porto, agravando-se a situação com o escoamento da safra gaúcha.

Embora hoje, a direção da cooperativa esteja realizando um estudo de viabilidade econômica, data o interesse da Cotrijuí em tornar realidade este projeto. "Mas a ex-Portobrás - que na verdade deve ter sido definitivamente extinta somente em abril - na época permitiu a concretização da iniciativa, embora os investimentos fossem com recursos privados", explica o

gerente geral do Terminal Graneleiro Luiz Fogliatto, economista Bolívar de Souza Lima.

A longo prazo, está até mesmo nos planos da Cotrijuí, a readequação da estrutura atual do pier para navios de longo curso. Conforme Bolívar Lima, quanto a descarga de barcaças, com o referido projeto ainda não será possível atingir os níveis recomendados pelo sistema moderno, justamente por esta necessidade de readequar o pier em sua totalidade.

Já existe uma estrutura antiga no pier da cooperativa, para a navegação interior, só operando na descarga de grãos em uma cadência de 200 toneladas por hora. No novo projeto, será possível, além de grãos, descarregar farelo a uma cadência superior, por volta das 500 toneladas por hora, através do sistema de caçambas.

Quando reflete sobre a importância deste projeto a nível global, Bolívar Lima lembra que o Rio Grande do Sul sempre será um estado importador de cereais - milho, trigo, cevada e soja pelo "draw-back" -. "Somente em 90/91, ilustra, o estado gaúcho importou 600 mil toneladas de milho para complemento da ração animal".

A obra deve iniciar em março, com um prazo de conclusão em oito meses. Bolívar Lima adianta que a mesma será administrada de tal forma que não atrapalhe o escoamento da safra agrícola que inicia também em meados de março. A construção será realizada no pier e as correias transportadoras levarão o produto aos armazéns ou direto ao navio.

Safra hipotecada

A safra que iniciou com um potencial de produtividade reduzido em 15 por cento, devido a dura política de crédito mantida pelo governo, acaba virando em correria por recursos emergenciais, por causa da seca. Para minimizar os prejuízos, entidades ligadas a agricultura estão encaminhando ao governo uma série de reivindicações como os subsídios às famílias atingidas pela estiagem. Além disso, os pequenos produtores vão levar esta e outras reivindicações, a uma grande manifestação marcada para os próximos dias 6, 7 e 8 em Panambi

No fundo do poço. A frase foi usada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, Júlio Gabbi, ainda em novembro do ano passado, para situar a agricultura da região, diante dos cortes de recursos oficiais para a lavoura de verão. Agora, quando todos começam a fazer as contas das dívidas assumidas no plantio e a calcular no pé da planta, a quebra provocada pela seca, a frase do sindicalista parece ganhar maior significação. Mesmo quem ainda não chegou ao fundo do poço, está vendo cair por terra as esperanças de colher uma safra compensadora, a descapitalização crescente dos últimos anos. Para dizer a verdade, na avaliação de muitos produtores, o grande lucro desta safra pode ser o empate.

Sem dinheiro oficial e sem capital próprio para fazer a lavoura, grande parte dos produtores se viram obrigados a buscar sementes e adubo através do sistema troca-troca com a Cotrijuí. Um total de mais de 43 mil toneladas em insumos foram repassados aos associados da Cooperativa, em troca de soja. Em todo o Estado foram muitos agricultores que até venderam soja verde, como se acostumou a chamar o comprometimento da entrega de sacos de soja por dinheiro tomado emprestado antes mesmo do plantio da lavoura.

DÍVIDAS PREOCUPANTES - Com

o agravamento da estiagem que começou a se desenhar lá no início de janeiro, o endividamento dos produtores começou a se tornar um fator preocupante, não somente para quem fez a lavoura, mas para quem bancou grandes volumes de insumos para o plantio de um produto hoje inexistente na lavoura. A Fecotrijo, já no final de fevereiro, disse que as perdas pela estiagem já alcançavam 20 por cento da produtividade em relação ao produto colhido na safra passada. "Se persistir a situação da ausência de chuvas, o Estado pode ter em média uma produtividade de apenas mil e 200 quilos por hectare", declarou o assessor econômico da Fecotrijo, Paulo Roberto Silva, comparando o número aos mil 796 quilos alcançados no verão de 90.

No Estado, a quebra provocada pela estiagem, deve, segundo Paulo Roberto representar uma perda que beira a casa de um milhão de toneladas. "Podendo aumentar, caso a estiagem se prolongue", reafirma o economista, que já anuncia, por parte da entidade, uma solicitação de créditos especiais aos produtores atingidos pela seca, junto ao Ministério da Agricultura e da Economia. Além disso, a Fecotrijo também está se empenhando junto ao Governo para viabilizar créditos emergenciais às cooperativas, que foram as grandes financiadoras da safra. Pede ainda uma agilização no processo do Proagro, mesmo para

quem não teve financiamento, mas comprovadamente teve sua lavoura altamente prejudicada pela seca.

SECA É AGRAVANTE - A Fetag, por sua vez, também iniciou uma rodada de discussões no mês passado, para avaliar juntamente ao agravamento da estiagem, o endividamento dos produtores e a ausência de uma política que assegure a viabilização da pequena propriedade, frente ao tratamento que o governo federal vem destinando a agricultura.

"A seca é apenas um agravante sério na situação da agricultura, e em especial, aquela mantida pelos pequenos produtores", afirma o Júlio Gabbi, lembrando que pela falta de crédito, na época certa, a planta foi jogada em cima da terra, sem, muitas vezes, receber o tratamento recomendado pelos técnicos. Por causa disso, recorda Gabbi, a quebra em todo País, deve ser de 15 milhões de toneladas de grãos. No Rio Grande do Sul, continua o sindicalista, a ausência de recursos aliada a seca, devem levar embora aproximadamente 35 por cento da produção.

"A questão mais preocupante desta situação é como está demonstrado nesta safra, a maioria dos produtores não terá condições de cobrir as dívidas de um plantio totalmente descoberto, sem seguro. Mais ainda, segundo Gabbi, estarão acumulando uma descapitalização capaz de inviabilizar

Milho Quebra provoca prejuízos a produção animal



lizar a estruturação das próximas safras. A continuar a atual situação do Governo para a agricultura, a economia interna pode ser altamente prejudicada", salienta o sindicalista, acrescentando que "sem recursos ningão pode ser eficiente. Para alcançar a eficiência é preciso investir e com a certeza de que esse investimento terá um retorno compatível com o investimento", frisa Gabbi, exemplificando o caso retorno recebido atualmente pelo produtor de leite.

Para amenizar a situação dos produtores atingidos pela estiagem, a Fetag está preparando um documento que deve ser enviado ao Governo onde será reivindicado prorrogação de dívidas por financiamentos agrícolas ou não e também um subsídio de salários mínimos por família que use sua propriedade com até três módulos rurais. Mesmo os produtores que não tiveram financiamento, a Fetag pede o seu enquadramento no seguro. Esta ainda da pauta de reivindicações a garantia de crédito especial para as próximas safras nas regiões atingidas pela seca, análise imediata dos preços do trigo da safra 90, a liberação do estoque regulador do milho e

Uma briga para plantar e colher

Se não vendesse não plantava. Se vendesse, arriscava tudo. O dilema vivido por muitos agricultores no início da safra já confirmou umas das suas alternativas, aquela em que muita gente a vender a soja verde ou fazer um troca-troca tenha que entregar tudo o que sobrar na lavoura. Em Tenente Portela, o produtor Jozilco Castro de Almeida, proprietário de uma colônia de terra em Cedro Marcado passa por esta experiência, fazendo um balanço da situação. "Já estou até querendo sair da colônia. Tá dando muito pouco, às vezes nem para sobreviver", diz Jozilco.

Listado pela agência do Banco do Brasil, por ter buscado na Justiça direito de não pagar a correção indevida de quase 80 por cento sobre financiamentos, no ano passado, o produtor conseguiu financiamento para fazer parte da lavoura no Banrisul, "mas com juros bem mais altos do que os do crédito". Com o dinheiro fez uma lavoura de 55 sacos de soja, dos quais esperava colher por volta de mil e oitenta sacos de soja, "já que a planta era do cedo e a semente estava bem tratada".

A seca, no entanto, que já vinha se prolongando lá no início de fevereiro, fez com que o produtor, naquela época, baixasse a estimativa, através de um cálculo de 25 por cento na produtividade. Agora, entrando o mês de março, fica difícil saber se o produtor poderá cobrir uma dívida que inclui ainda a venda de mais 200 sacos de soja verde, feita em dezembro último junto a Cooperativa de Crédito de Tenente Portela e que serviu para cobrir gastos domésticos. De uns tempos para cá a colônia é só frustração, conclui ele, dizendo que a única esperança é "estudar um pouco os gurizotes". Em Coronel Bicaco,

Jozilco de Almeida
"Na colônia é só frustração"



o produtor Anoldo Wottrich, que possui 130 hectares de soja plantados nas localidades de Turvinho e Sítio Olivério, é outro produtor que enfrentou os bancos e por isso não consegue financiamentos com facilidade. Para fazer a lavoura, o produtor pegou de saída calcário na Cotrijuí, assumindo, por isso, uma dívida de 15 sacos de soja, que mais tarde subiu para 200 sacos, devido a aquisição de semente e adubo necessários a um replantio de 50 hectares.

Estimando uma quebra de até 50 por cento na "terra fraca" e mais uns 30 por cento foi recuperado, o produtor já está achando que não colhe o suficiente para pagar as dívidas. "Vai ser difícil para muitos produtores pagar até o troca-troca", presume.

ESPERANDO O EMPATE - Helvin Matter, da localidade de Formigueiro, em Ajuricaba, espera a colheita para ter certeza se vai poder devolver os 350 sacos de soja que comprometeu na Cooperativa, em troca de seis toneladas de adubo. Proprietário de 49 hectares e contando com mais 80 arrendados, o produtor só não deve mais porque, sem recursos, se viu obrigado a reduzir a sua área de soja. "Reduzi quase a metade e botei milho, sorgo e arroz", conta o produtor que ainda teve mais uma pequena quebra na lavoura por causa do tombamento. Aguardando uma chuva que não veio até o final de fevereiro, o produtor chegou a manter uma expectativa de co-



Anoldo Wottrich
"Difícil pagar as contas"



Helvin Matter
Empatar é a esperança

lher pelo menos 23 sacos por hectare, de uma lavoura feita em grande parte com variedades de ciclo tardio. Hoje, este número pode ter caducado, levando embora o que restava de bom na safra. "A esperança de todo mundo, nesta safra, é de pelo menos empatar", afirmou.

"Se conseguir pagar as contas vai ser bom", diz um outro produtor, Valdir Krieger, de Santo Augusto, confirmando a avaliação de seu Helvin Matter. Ele tem 100 hectares de soja plantados, em São Pedro, os quais foram plantados um pouco por conta própria, mas a partir da venda de uma vaca leiteira utilizada na compra de sementes. "Estou devendo um pouco para cada santo, afirma o produtor, ao enumerar várias dívidas antigas que não puderam ser pagas nem mesmo com a safra do trigo, e que hoje estão na dependência de uma safra que já alcançou 50 por cento de quebra na produtividade.

Danos da seca provocam prejuízos à produção animal

A maioria dos produtores da região Pioneira da Cotrijuí viu o mês de fevereiro sem que a safra tão esperada nos últimos dias não pelo menos impedir o avanço da quebra da safra que já alcançou 20 por cento da produtividade da soja, dada até agora pelo Departamento técnico da Cooperativa. Somente a previsão traz um baque na produção total da cultura, que ao ser apresentada uma projeção de 279 mil 344 toneladas a menos, levar em conta os 5,5 por cento acrescentados pelos 17 mil e 500 hectares que deixaram de ser plantados esta safra, por falta de recursos oficiais. Na melhor das hipóteses, a produtividade da soja pode ser de 100 quilos por hectare, contra um previsto oficialmente de mil e 800 quilos.

Para o milho, cultura que tem um pouco o fôlego, a previsão também não deixa de ser otimista. Dos 80 mil hectares plantados, quais deveriam render algo em torno de 195 mil e 360 toneladas, deve render apenas 134 mil e 798 toneladas, o que representa um prejuízo à produção animal e a culturas como o sorgo e o feijão, apresentando quebras significativas. Os mil e 300 hectares de sorgo e

Dívidas sem cobertura

De Jóia a Tenente Portela é raro encontrar algum produtor que não tenha pelo menos boa parte de sua lavoura comprometida em calcário, adubo, sementes ou outros insumos. Variando a quantidade de sacos de soja, inclusive por causa do tamanho da lavoura, são praticamente inexistentes aqueles que poderão colher, aliviados, o que restou na lavoura.

Em Ijuí, na localidade de Rincão do Tigre, o produtor Leonir Becker, que é proprietário de 140 hectares de soja, está com quase toda a lavoura comprometida em troca-troca e com a venda de soja verde. A primeira dívida ele assumiu ainda antes de botar a primeira semente na terra, quando resolveu vender mil e 50 sacos de soja para comprar uma semeadeira. Depois disso, seu Leonir fez um troca-troca na Cooperativa para adquirir adubo e herbicida, pelo qual ficou devendo à Cotrijuí dois mil e 800 sacos de soja.

"Nem tentei financiamento porque sabia que não teria dinheiro e porque ando resabiado com os bancos", justifica o produtor dizendo que para ele, é menos arriscado comprometer em soja do que em dinheiro financiado. Até seria verdade caso a estiagem que vem se prolongando por toda a safra não baixasse tanto a produtividade da lavoura. Já na primeira quinzena de fevereiro, Leonir calculava uma quebra de aproximadamente 25 por cento na soja, além dos 50 por cento que já havia perdido o milho, uma quebra suficiente para esgotar o rendimento necessário de 100 hectares que serviriam para pagar os empréstimos.

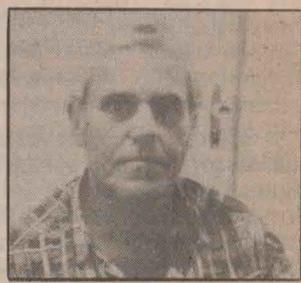
SEM COBERTURA - A exemplo do seu Leonir Becker, o produtor Adelar Prauchner, proprietário de 30 hectares e arrendatário de mais 50 hectares na Linha 21, em Ajuricaba, também está se lamentando das perdas que vai acumular nesta safra, comprometida pelo troca-troca e pela seca. Para fazer a lavoura, o produtor pegou na Cooperativa semente e adubo, que lhe custou 700 sacos de soja. Com essa aquisição foram hipotecados 20 hectares de planta, diz Adelar, caso o produtor colhesse uns 35 sacos por hectare.



Leonir Becker



Adelar Prauchner



Carlos Andrighetto

A seca, no entanto, levou embora a previsão inicial de Adelar. Acostumado a colher até 50 sacos por hectare em terra corrigida e com semente bem tratada, o produtor passou a achar que se tirasse 20 sacos por hectare, iria se dar por satisfeito. Essa estimativa, aos poucos, foi sendo deixada para trás, pois mal tinha começado fevereiro e o produtor observava partes da lavoura feita ainda em outubro, com uma quebra certa de 50 por cento.

"A seca vai baixar bastante a produtividade", diz Adelar admitindo que nem mesmo uma chuva de 100 milímetros recuperaria a maior parte da sua lavoura. O agravante nesta situação, segundo o produtor, é que a lavoura este ano, não tem cobertura nenhuma. "O troca-troca foi a nossa única alternativa", explica o produtor, "mas vai sair muito caro", reconhece, pensando numa possível valorização do produto.

Em Santo Augusto, o produtor Carlos Leodoni Andrighetto, que fez uma lavoura de 240 hectares de soja, comprometeu três mil e 200 sacos de soja pela aquisição de adubo, herbicida e calcário. Além disso já iniciou a safra com um financiamento para combustível e despesas de pessoal. A todas estas dívidas, o produtor, juntou ainda um replantio de 50 hectares e uma dívida anterior feita no Banco do Brasil, por conta da aquisição de um trator, que hoje se aproxima de dois milhões de cruzeiros.

Até a metade de fevereiro, o produtor mantinha uma certeza de que as contas estavam sob controle. Mesmo com a seca que andava levando cerca de 20 por cento da lavoura, Andrighetto achava que a soja iria pelo menos empatar. Sem a chuva aguardada, o produtor, hoje, fala de uma quebra de 40 por cento e diz: que "não vale nem a pena fazer as contas".



Paulo Roberto Silva

com acesso direto agricultores, para aliviar os danos, suínos e bovinos, os cruzados bloqueados por produtores atingidos pela seca e outras. As indicações referentes às retiradas em Seminário em Viamão, nos dias 6, 7 e 8 de março, no entroncamento da BR 158, com a participação Unica dos Trabalhadores Sem Terra e outros que participam das lavouras da área da previdência agrícola.

Prejuízos

quebra de 50 por cento da produtividade da soja e 31 por cento das mais atingidas pela estiagem

quebra de 30 por cento, enquanto com seus três mil e 50 hectares uma quebra de 36 por cento de quebra na safra, em alguns municípios. As pastagens também estão comprometidas, fazendo a produção de leite, em relação ao beiro de 10 por cento em fevereiro. A falta de alimento para o gado, no entanto, trará consequências ainda mais graves nos meses, quando esta quebra mínima, dobrar.

De acordo com o diretor técnico da Cotrijuí, Leo Goi, a estiagem a região desde os primeiros dias de janeiro está provocando uma lavoura de soja que esgotou cento da área em floração e cento em granação e mais cento em crescimento. "As lavouras prejudicadas pela estiagem precoces, explica o agrônomo, não conseguirão se desenvolver normalmente, a formação da lavoura é comprometida totalmente comprometida.

A formação da lavoura é preocupante o agrônomo, ao assinalar a ocorrência de doenças a partir de agora, as lavouras não poderiam ser recu-

peradas. Isso porque a chuva foi muito escassa. No mês de janeiro a precipitação foi apenas de 76,4 milímetros contra 141,5 em 1990. Em fevereiro a situação ficou mais drástica. Foram somente 14 milímetros de chuva, divididos em 11,5 milímetros nos dias 7 e 12, e mais 5 milímetros no dia 22.

"Chuva que cair agora, mesmo que seja de 50 milímetros a cada semana, apenas vai deter o avanço da quebra", destaca Leo Goi ao enfileirar junto com a soja, as quebras de outras culturas. "Com exceção do milho que foi plantado em agosto, e já está colhido, o restante da lavoura está praticamente perdido", afirma, enfatizando ainda que muitos produtores já estão apelando para a própria planta, como forma de alimentar os animais. Apenas uma pequena parte do milho que ainda se encontra em fase de florescimento poderia se recuperar caso ocorressem chuvas normais.

A MAIOR QUEBRA - Mas se a situação está ruim de uma maneira geral, na região de Jóia e Augusto Pestana, a estiagem é mais preocupante. Naquela região, em especial Jóia, a seca já quebrou 60 por cento da produtividade da soja, 70 por cento do milho, 90 por cento do feijão e ainda provoca uma redução de 30 por cento na produção leiteira, além de perdas grandes



José Sarturi
Perdas enormes na soja, no milho e no leite

em outras culturas. Uma quantidade de chuva praticamente nula em várias localidades, principalmente da região da colônia não tem deixado se desenvolver nem mesmo as hortas e pequenas lavouras de subsistência.

A falta total de chuva tem sido sentida de perto pelo produtor José Onésio Sarturi, da Esquina Coronel Lima, nos seus 10 hectares de terra, adquiridos há poucos anos. Plantando nesta área e mais uns poucos hectares arreadados, o produtor fica desolado ao ver os pés da soja, que ocupam seis hectares da propriedade, baterem no máximo até o joelho. O pior é que para fazer esta pequena lavoura, Sarturi teve de pagar semente e adubo na Cooperativa, pelos quais deve entregar 30 sacos. Esta dívida ainda foi acrescida por quatro sacos de soja que tiveram de ser replantados.

"Estou beirando os 70 por cento de quebra", avalia o produtor, lamentando que a seca castigue tanto uma área que foi corrigida segundo análise de solo, e que recebeu toda a adubação recomendada. Também não era para menos. "Não dá nem para dizer que choveu dois milímetros", diz José Onésio, comentando a situação na sua localidade, onde a soja apresenta cerca de quatro vagens por pé.

Como a soja, o milho plantado por José Onésio, que serve a um pequeno rebanho leiteiro e a criação de suínos, também está quase todo perdido.

"Só colhi um pouco do cedo", conta o produtor que já está amargando uma quebra de 50 por cento na produção de leite. "De 30 litros diários, só tiro 15 atualmente".

RECURSOS EMERGENCIAIS - A situação de produtores como José Onésio Sarturi levou o prefeito de Jóia, Jorge Leal, a decretar estado de calamidade pública, no dia 22 de fevereiro passado. "São mais de dois bilhões e meio de prejuízo para o município, declara o prefeito, que está angariando junto ao Banco do Brasil, um empréstimo de emergência equivalente a cinco sacos de soja, com pagamento a ser feito em produto e com prazo de resgate de dois anos, com um de carência. O prefeito pretende também conseguir a prorrogação de dívidas dos produtores com igual período de resgate solicitado no empréstimo.

Seguindo Jóia, o município de Augusto Pestana também entrou em estado de calamidade pública, no dia 27 de fevereiro, onde o prefeito Darci Salett calcula um prejuízo com a quebra da produção agrícola em torno de dois bilhões de cruzeiros. Além dos dois municípios, já estão em estado de calamidade pública, Ronda Alta, Três Palmeiras, Quaraí e Três de Maio. Em estado de emergência, Rondinha, Casca, São José do Ouro, David Canabarro, Santo Ângelo, Campina das Missões, Pedro Osório, Palmitinho, Piratini e Entre-Ijuís.

O tamanduá voltou com força

Considerado uma praga secundária até bem pouco tempo, o tamanduá-da-soja voltou nesta safra com força, generalizando o seu ataque por toda a região Pioneira da Cotrijuf. Os danos são variados em cada lavoura, mas agravam os prejuízos da safra esfolada pela estiagem

Há três anos um surto de tamanduá-da-soja causou sérios prejuízos a alguns produtores da localidade de Coronel Barros, em Ijuí, fazendo com que amargassem, além de uma quebra pela seca ocorrida naquele ano, uma outra por conta do inseto. Os danos foram grandes mas ainda eram isolados, o que fez com que muitos acreditassem que o cascudo, de nome científico *Sternechus subsignatus*, ainda permaneceria um bom tempo como praga secundária da lavoura.

Nesta safra de verão, em meio a uma estiagem que está devorando perto dos 40 por cento da produtividade das lavouras, o tamanduá voltou a atacar, e com força, roendo os talos de soja por quase toda a região da Cotrijuf. O ataque, embora não tenha a profundidade de outras regiões do Estado, se generalizou nesta safra, levando técnicos e pesquisadores a considerar o cascudo uma praga de danos expressivos a culturas de verão, como a soja, o feijão e outras oleaginosas.

ATAQUE RÁPIDO - De deslocamento rápido pelas lavouras, o tamanduá-da-soja encontra as melhores condições de sobrevivência para as suas larvas em terra com o sistema de plantio direto e com o de cultivo mínimo, onde o agricultor, de forma errada, tem utilizado apenas a grade para o preparo do solo. Terra com pouco revolvimento, boa umidade e pouca luz é ideal para a ocorrência do inseto. Ali, essas larvas permanecem hibernadas de abril até outubro, para numa fase adulta, emergir do solo no período de 15 de novembro a 15 de dezembro. É nesta época, já transformado em cascudo, que ele vai buscar alimento na soja, raspando o caule da planta até levá-la a morte.

Agrupados, os insetos permanecem fazendo danos na lavoura por mais 30 dias, período de maturação sexual e acasalamento. Em seguida, quando inicia a postura feita pelas fêmeas, os animais se dispersam pela



Soja
Ataque do tamanduá generalizou neste ano

área, voando a uma distância média de 300 metros, podendo atingir distâncias maiores, como de até 4 mil metros registrados pela pesquisa. A postura - que atinge uma média de 100 ovos por vida -. A postura, é feita no interior do caule da planta, em locais raspados ou perfurados pelo aparelho bucal sem que o animal aproveite a planta. No local onde a pequena larva se abriga, o caule engrossa com o surgimento de raízes adventícias que impedem a passagem de nutrientes para a parte superior da planta, provocando a morte lenta, ou uma redução gradual no seu desenvolvimento.

AS ORIGENS - Embora o ataque do tamanduá-da-soja não se restrinja a esta cultura, é a partir dela que aparecem as maiores preocupações. "O aparecimento do tamanduá-da-soja e a intensidade do seu ataque está muito ligado ao próprio contexto da monocultura", afirma o coordenador da unidade da Cotrijuf, em Ijuí, engenheiro agrônomo Fernando Rodrigues, assinalando, como exemplo, que a região de maior incidência da praga é a de Cruz Alta, onde a maioria dos produtores utiliza o sistema de plantio direto, porém muitas vezes, sem promover a rotação de culturas e contar com uma estrutura de diversificação".

O problema, segundo Fernando, reside no fato de que o agricultor, mesmo usando um dos sistemas de plantio mais recomendados pela pesquisa, ainda não realiza um planejam-

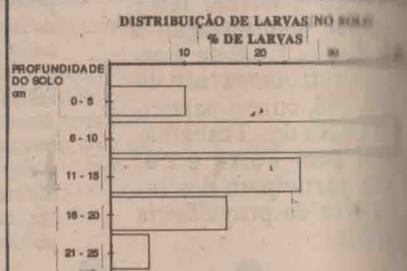
to agrícola para a sua propriedade. "Todo sistema pode responder bem economicamente, desde que seja adotado mediante uma análise correta das condições do solo", salienta o agrônomo, afirmando que também é indiscutível a adoção de rotação de cultura e um manejo adequado do solo. Ainda mais, o planejamento agrícola apontado por Fernando deveria ser realizado de forma regional, abrangendo várias propriedades vizinhas. "A maneira como o vizinho produz influi muito", diz, lembrando que a existência de uma praga como o tamanduá em uma safra, causa, certamente, o seu aparecimento numa propriedade próxima alguns tempos depois.

PREVENÇÕES - Para quem já pode observar os estragos do tamanduá-da-soja na sua própria lavoura, deve se prevenir para os anos seguintes, pois o controle, sem planejamento é muito caro, e por isso ineficiente. De acordo com o Fernando, todo o produtor que registrou a ocorrência do inseto neste ano deve fazer, após a colheita, uma espécie de teste para verificar o seu grau de incidência. Esse primeiro passo consiste em recolher quatro amostras de terra nas áreas onde o tamanduá esteve presente, obedecendo a seguinte medida: um metro de comprimento e 25 centímetros de largura e de profundidade. Da terra recolhida e colocada numa lona plástica, o produtor poderá coletar as larvas existentes. Se nestas amostras, que repre-

Controle natural

Embora o controle químico seja o mais eficaz, existe outro método que também pode dar resultados, que é feita levando-se em conta a distribuição das larvas do tamanduá-da-soja no solo. Com um campo dividido em seis fases, o produtor, depois de passar pela fase do teste, sa por mais cinco, as quais duram 35 dias. Depois disso, a larva emerge no solo, onde constrói a câmara pupal, algo semelhante a uma casa de joão-de-barro fechada, e permanece em repouso desde o início do mês de janeiro até os últimos dias de outubro.

Considerando esse comportamento do inseto, é indicado a adoção de uma lavração profunda para controlá-lo, porque a maior parte das larvas se encontra numa faixa de solo compreendida entre 10 e 20 centímetros. Destruidas as câmaras pupais pelo inseto, elas tentarão fazer novas, gastando o restante das reservas e, por isso, acabam morrendo. Para se ter uma idéia da distribuição das larvas, basta observar a correlação do inseto e a profundidade do solo.



sentam um metro quadrado, ele contém três larvas significa que ele é suficiente para a próxima safra, pelo menos um tamanduá adulto, capaz de produzir a queda de 400 quilos de soja por hectare.

Com uma idéia sobre os aspectos econômicos futuros, o produtor deve então, na safra seguinte, preparar para um controle mais eficaz e econômico. O mais indicado, segundo o agrônomo, é fazer a rotação com outras gramíneas, acompanhando a formação de áreas iscas de soja, que são os alimentos favoritos do inseto. Estas áreas vão atuar permitindo ao produtor fazer o controle químico através da pulverização com inseticida a cada três ou quatro dias. Um outro cuidado, válido mesmo para quem ainda não viu o tamanduá por perto, pode ser feito com a semeadura da soja sendo feita somente a partir da segunda quinzena de dezembro, época posterior à saída do inseto adulto da terra.

Lavoura roída pela metade

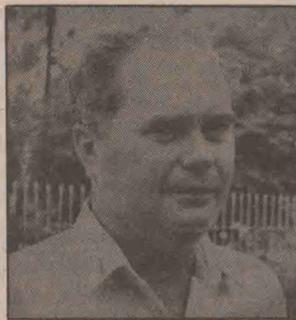
Além de reclamarem da falta de chuva que já levou boa parte da soja, os produtores que tiveram o azar de ver o tamanduá agarrado no talo da soja, estão contabilizando uma quebra ainda maior. O seu Vilson Bilibio, no interior de Cruz Alta, até a semana passada ainda esperava uma chuva que amenizasse os prejuízos da seca ocorrida até agora, e principalmente os 50 por cento de quebra trazidos pelo tamanduá. Proprietário de 850 hectares, Bilibio plantou 700 hectares de soja, dos quais 500 foram visitados pelo inseto.

Como a maioria dos produtores que tem lavoura em Cruz Alta, o seu Bilibio, vem cultivando soja há três anos com o sistema de plantio direto, mas nunca tinha percebido a ocorrência do cascudo. O seu vizinho, porém, vinha somando perdas cada vez maiores, chegando ao ponto, de no ano passado sofrer uma quebra de 60 por cento na lavoura. Este ano o tamanduá chegou à lavoura de Bilibio, tão logo

ele semeou a soja. Tentando controlar, o produtor teve um gasto enorme por conta do Azodrin e Nuvarcon colocados a cada dez dias em toda área atingida. O resultado foi tão pequeno que o produtor já resolveu fazer quase toda a área com milho, na próxima safra de verão, mesmo sabendo da inexistência de uma política segura para a cultura.

Com toda a lavoura comprometida em dívidas assumidas em troca-troca por adubo, calcário, financiamento particular e até mesmo venda de soja verde, o seu Bilibio, que ainda tem dívidas de safras anteriores, já está achando que esta lavoura não vai pagar as contas. "Se chovesse ajudaria um pouco", diz o produtor que em anos normais tem tirado 40 sacos de soja por hectare. Neste, "se chegar a 20 vai ser muito", afirma.

NOVIDADE - Ao contrário do seu Vilson Bilibio, o produtor Valdír Dobrachinski de Rincão do Tigre, em Ijuí, ainda não tinha sentido os efeitos do



Vilson Bilibio
Tamanduá causou quebra de 50 por cento

tamanduá tão de perto. Mas os estragos que ele fez na sua lavoura este ano, já serviram para preocupar o produtor, em relação as safras seguintes. "Pela quantia, o dano foi grande", diz Dobrachinski, que calcula ter perdido perto de uns mil sacos de soja na área atacada pelo cascudo.

Com uma lavoura de 400 hectares feita junto com o irmão, Valmir, o produtor, quando percebeu a presença do inseto tentou até alguns métodos caseiros para combatê-lo, mas não chegou a dar resultados. Do veneno também desistiu, por causa do custo e por já saber que ele somente seria eficiente na época certa. "Dez hectares foram perdidos", lamenta Dobrachinski, já estimando os prejuízos futuros com o tamanduá.



Valdír Dobrachinski
Preocupado com a próxima safra

Alternativa para somar

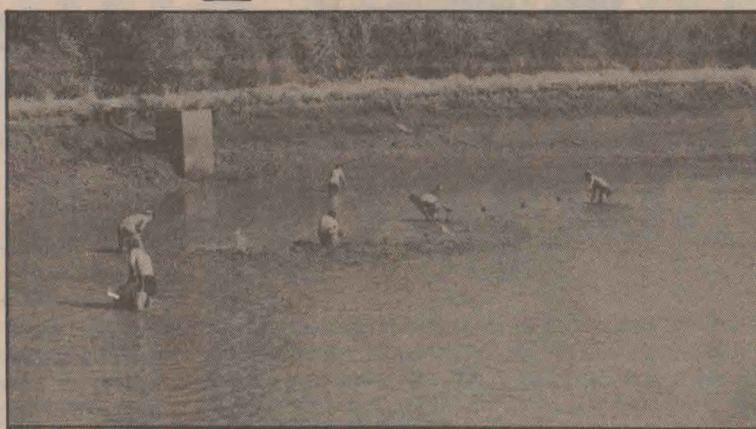
o açude é como uma...
 Ou melhor ainda:
 devem receber o
 tratamento dispensa-
 da planta. Esta é uma
 o Altamir Antoni-
 agrícola responsá-
 Programa de Piscicul-
 Cotrijuí vem pregan-
 algum tempo e que,
 casos tem mereci-
 máxima. Embora ain-
 na região como
 economicamente
 a piscicultura vive
 perfeita integração
 atividades, propor-
 aos produtores en-
 na lida do peixe, ex-
 resultados.

peixe não é a salva-
 "segura", costuma aler-
 a cada um dos
 que, vez que ou-
 na piscicultura
 para as mazelas en-
 pela lavoura. Ela é
 uma atividade a
 demais praticadas
 processo de diversi-
 culturas "e que, se
 produzida, pode oferecer
 retornos economi-
 propriedade", insiste.

DE REFERÊNCIA
 postura do
 da região em rela-
 piscicultura, passando

a encará-la como mais uma
 opção econômica dentro da
 propriedade, tem pouco mais
 de 10 anos. Antes dessa época,
 os açudes serviam de "enfeites"
 nas propriedades e os
 peixes, algumas poucas tra-
 ras, cresciam e engordavam
 como bem entendiam, "sem
 qualquer cuidado". A disposi-
 ção dos produtores, de dar
 um novo rumo a atividade já
 proporcionou algumas mudan-
 ças na paisagem da região
 que já conta com mais de 400
 açudes em plena produção.
 Mas não foi só a paisagem
 de algumas propriedades que
 tomou novos ares. A própria
 Cotrijuí, depois que começou
 a receber peixes de seus asso-
 ciados, transformou-se em
 ponto de referência não só
 em termos de produção de
 alevinos - a Estação de Piscicul-
 tura do CTC tem capacidade
 para produzir até 500 mil
 alevinos por ano - como tam-
 bém em comercialização de
 peixes durante a Semana San-
 ta, embora não seja bem esta
 a proposta da cooperativa.

A produção de peixes
 na Semana Santa - época em
 que ocorre a maior concentra-
 ção de abertura dos açudes -
 é um assunto que tem dado
 muito o que falar entre o pes-



Na despesca, muito cuidado com a abertura dos açudes...
 ... e o tratamento dado aos peixes retirados d'água

soal técnico da cooperativa e
 os próprios produtores da re-
 gião e que também tem ain-
 da muito a ver com os hábi-
 tos alimentares do consumi-
 dor. "Nós não queremos pro-
 duzir peixes apenas na Sema-
 na Santa. Precisamos nos ha-
 bilitar e nos organizar mel-
 hor para produzir peixe du-
 rante todo o ano", insiste o
 Altamir. Em 1990, por exem-
 plo, 30 toneladas de peixe de
 açude, de um total de 38 pro-
 duzidas durante todo o ano,
 foram entregues e comerciali-
 zadas pela Cotrijuí na sema-
 na que antecede a Páscoa.

QUALIDADE - As perspecti-
 vas de novos mercados consu-
 midores para a região e o pró-
 prio avanço da atividade es-
 tá a exigir um redimensiona-
 mento da produção e dos pro-
 dutores envolvidos com a pis-
 culultura. Essa nova postura
 - que também envolve a ques-
 tão da abertura escalonada
 dos açudes e consequente des-
 pesca - vai bater diretamente
 num outro ponto, a soma im-

portância: o da qualidade do
 produto final.

Essa qualidade que tan-
 to tem preocupado o Altamir
 e que cada vez mais - e com
 razão - é exigida pelo consu-
 midor, não acontece apenas
 no final do processo todo.
 "A qualidade do produto fi-
 nal é um processo que inicia
 a partir da produção dos pró-
 prios alevinos", lembra o Alta-
 mir. Eles têm que apresentar
 características genéticas de
 boa qualidade. Felizmente o
 produtor já está entendendo
 o processo de produção e, a
 cada ano, incorporando novas
 técnicas", observa, assinalan-
 do que até alguns anos atrás,
 falar em peixe de açude era
 falar simplesmente em água
 e nada mais. Hoje o produtor
 já fala em precocidade, conhe-
 ce novas espécies e suas varie-
 dades e busca uma maior pro-
 dutividade.

Mas a questão da quali-
 dade do produto não termi-
 na com o uso de alevinos de

boas características genéticas.
 Também soma no caso um
 conjunto de medidas que vai
 desde a incorporação de no-
 vas técnicas, o conhecimento
 do policultivo - o cultivo de
 várias espécies dentro de um
 mesmo açude, mas usando ali-
 mentação diferenciada -, o
 melhoramento dos açudes, a
 assistência técnica até a des-
 pesca. "O produtor precisa
 criar formas de avaliar o cres-
 cimento dos peixes para po-
 der fazer um manejo adequa-
 do", diz o técnico, colocando
 nas mãos da Cotrijuí a produ-
 ção de alevinos de qualidade,
 a assistência técnica e a co-
 mercialização da produção
 de peixes na região. "A gran-
 de preocupação da Cotrijuí
 tem sido no sentido de for-
 mar uma unidade mínima den-
 tro do processo produtivo",
 reforça. Ao produtor cabe o
 aprendizado e a incorporação
 das novas técnicas.

O crescimento e a evolu-
 ção destas questões vão levar
 o produtor a alcançar melho-
 res resultados. Lembra que
 há 12 anos atrás, era "feito"
 tirar de um açude peixe com
 mais de três anos de idade,
 pesando apenas um quilo.
 Atualmente, com 10 a 12 me-
 ses, o produtor já consegue
 tirar peixes com até três qui-
 los, embora a média de produ-
 tividade da região esteja pró-
 xima aos dois quilos. "A ado-
 ção de mais tecnologia e o
 uso de alevinos de boa quali-
 dade vai influir diretamente
 na produtividade dos açudes
 da região, garante o Altamir
 nada satisfeito com os resulta-
 dos até agora alcançados.

Despesca: todo cuidado é pouco

o falar em qualidade
 o Altamir Antoni-
 a atenção para
 aspecto que nem
 recebe a atenção
 da despesca. As-
 em qualquer outra
 agropecuária, a des-
 a colheita, represen-
 fase importante den-
 processo produtivo "e
 evoluir em pro-
 semelhantes ao cres-
 da produção e ao
 alevinos de boa quali-

peixe d'água e imediatamen-
 te eviscerá-lo, "tomando o cui-
 dado para lavar muito bem,
 com água limpa, a região
 das guerlas". O produtor pre-
 cisa considerar que o consu-
 midor ainda não está se fa-
 zendo muito exigente em ra-
 zão da produção atual ser re-
 lativamente pequena. Mas
 daqui algum tempo, com o
 crescimento da produção, ele
 também vai avançar nas
 suas exigências, passando a
 querer consumir um peixe de
 melhor qualidade, "avisa, cer-
 to de que o consumidor não
 só vai querer saber da quali-
 dade, como também vai pro-
 curar identificar a procedên-
 cia do produto que está ad-
 quirindo. Nas suas recomen-
 dações, o Altamir não aconselha
 o amontoamento do
 peixe retirado d'água e mui-
 to menos o seu stressamen-
 to. "O stress é responsável
 por 80 por cento dos casos
 de deterioração da carne de
 peixe", assinala.

O uso de material orgâ-
 nico na fertilização da água
 deve ser suspenso cerca de
 30 dias antes da abertura do
 açude. "Água limpa melhora
 a qualidade da carne", avisa,
 entendendo que o processo
 de limpeza do peixe despesca-
 do deve fazer parte da ativida-
 de e precisa ser encarado pe-
 lo produtor como um traba-
 lho rotineiro.

Uma coisa é certa, cos-
 sistir o Altamir: o pro-
 precisa saber fazer es-
 colta, "dispensando a
 mesma atenção dada
 lavoura". Apesar dos
 e das recomenda-
 tarefa é simples e de-
 çar por uma avalia-
 volume de água e de
 existente dentro do açu-
 ainda recomenda con-
 o tempo de esvazia-
 do açude e a disponi-
 de água a ser usada
 meta dos peixes evis-

ERAÇÃO - Este é um
 crucial e que precisa
 e muito bem feito
 de um tempo míni-
 que o peixe não en-
 processo de deteriora-
 este resultante da
 de altos teores de
 e vitaminas na car-
 peixe. O ideal é tirar o

A CREDIPEL RENOVOU SUA SEDE PRÓPRIA E JÁ ESTÁ CEVANDO O MATE.

Agora a sede pró-
 pria da sua coope-
 rativa de crédito
 rural está toda re-
 formada e pronta pra esperar você
 com muito mais conforto.
 Já estamos cevando o mate.
 Venha que a casa é sua.

NOVO ENDEREÇO:

Rua da República, 48
 Fone: (055) 334-1148
 Augusto Pestana



CREDIPEL
 Cooperativa de Crédito Rural
 Pestanense Ltda.

PAM

Argemiro Luís Brum
Montpellier - França



Qualquer que seja a duração da guerra, as consequências sociais, políticas e econômicas são inevitáveis. No campo econômico, três são as surpresas apontadas pelo Argemiro Luís Brum

GUERRA NO GOLFO

As surpresas e o futuro

FOTO J. LANGEVIN/RYOMA

A guerra no Golfo Pérsico, iniciada na noite do dia 16 para 17 de janeiro passado, já ultrapassou os 40 dias. Afinal, os primeiros cenários sobre o conflito davam conta de que a duração da mesma poderia se reduzir entre um mínimo de 24 horas e um máximo de 30 dias. Entretanto, tudo indica que somente com a ofensiva terrestre poderemos ter um final para esta guerra. E tal ofensiva corre o risco de ser longa, pois é com o seu exército de terra que o Iraque estaria melhor preparado. Assim, novos cenários começam a ser desenhados quanto a duração do conflito. Fala-se agora insistentemente num período de três meses. De fato, tudo pode acontecer! Até mesmo esta guerra ir muito mais longe do que se espera. Mas a questão fundamental não é esta! O que me parece importante é verificarmos as consequências imediatas e de longo prazo, sobre o mundo, originárias deste conflito. Isto porque qualquer que seja a duração da guerra, as consequências sociais, políticas e econômicas já existem. Elas começaram a existir desde a invasão do Kuwait pelo Iraque no já distante dois de agosto de 1990.

1 - As surpresas econômicas da guerra

Não podendo aqui analisar as consequências sociais e políticas do conflito, em função da limitação do espaço, vamos nos ater a determinados aspectos econômicos.

Assim após 40 dias do início das hostilidades, três surpresas no campo econômico nos parecem evidentes.

1.1 - Petróleo em baixa

A primeira diz respeito aos preços do petróleo. Quando todo o mundo esperava uma alta espetacular (o cenário mais difundido aqui na Europa dava conta de preços internacionais do barril indo de US\$ 80,00 a US\$ 100,00 em caso de guerra), as cotações do chamado "ouro negro" despencaram. Hoje, início da primeira semana de fevereiro, as cotações do petróleo se situam entre US\$ 20,00 e US\$ 21,50/barril no mercado internacional. Isto significa dizer que as mesmas estão mais baixas do que nos dias que antecederam a invasão do Kuwait em agosto passado. Em outras palavras, a invasão do Kuwait pelo Iraque, que provocou uma alta do petróleo além dos US\$ 40,00/barril em determinados dias do segundo semestre de 1990, teve um impacto muito mais importante no mercado do que o início da guerra propriamente dito.

Tal comportamento se explicaria por dois motivos essenciais. O primeiro, mais conjuntural, dá conta de que o mercado há muito tempo havia absorvido a idéia da guerra. A expectativa maior no caso era quanto ao potencial militar iraquiano e sua capacidade de destruição dos poços de petróleo da Arábia Saudita e demais países limítrofes. Afinal, desde o embargo econômico, iniciado em agosto passado, o mundo se habituou a viver sem o petróleo do Kuwait e do Iraque.

Suas produções sendo largamente compensadas pelos outros produtores, em especial a Arábia Saudita que aumentou sua extração em mais de 2 milhões de barris por dia. Assim, a destruição de refinarias ou poços no Kuwait e no Iraque não trazem efeito algum sobre o mercado. Outrossim, face ao relativo sucesso dos primeiros ataques aéreos das chamadas "forças aliadas", e a falta de reação do Iraque, deixou evidente a impotência deste país em responder de forma a destruir a estrutura petroleira da Arábia Saudita e de outros países produtores da região.

O segundo motivo leva em conta a estrutura do mercado petroleiro. Hoje os estoques estão enormes e o período de inverno no hemisfério norte, grande consumidor de derivados de petróleo, se encaminha para o fim. A partir de março teremos uma redução no consumo mundial de combustíveis oriundos do petróleo. Além disso, inúmeros países racionam o seu consumo e voltam a buscar outras alternativas. Enfim, o mercado sabe que, terminada a guerra, fatalmente o Kuwait e o Iraque voltarão a produzir e a vender a qualquer preço, pois necessitam de dinheiro para pagar a reconstrução de seus países. Tal situação poderá coincidir exatamente com o momento em que a demanda estará no seu período mais baixo, isto é, em meados deste ano (verão no hemisfério norte). Temos aí um enorme fator de pressão sobre os preços. Há especialistas falando de que poderemos ver preços em torno de US\$ 12,00/barril nos próximos meses, caso a guerra terminar.

1.2 - Bolsas de valores em alta

A segunda surpresa econômica da guerra foi o comportamento das bolsas de valores mundiais. Frente a situação ruim que se criou, desde o "crak" de outubro de 1987, se esperava que o evento da guerra fosse pesar ainda mais no já difícil dia-a-dia das negociações com ações. Mais uma vez assistimos ao contrário do esperado. Iniciada a guerra, as bolsas de valores registraram altas importantes desde o primeiro dia (caso de Paris, por exemplo, que registrou uma alta superior a 7 por cento no dia em que a guerra começou). Apesar da prudência adotada no restante do mês de janeiro, o comportamento das referidas bolsas está, por enquanto, francamente otimista. O sentimento está muito mais otimista hoje do que nas semanas que antecederam ao início da guerra. Isto se explica pelas mesmas razões expostas acima. Os investidores estavam ansiosos para que ocorresse uma definição da situação. Na verdade, nenhum mercado gosta de impasses. Assim, começada a guerra e constatada a relativa inércia de Saddam Hussein, o mercado se tranquilizou e passou a comprar puxando para cima os índices. O ditado neste meio diz que "se deve comprar ao som do canhão e vender ao som do violino".

Resta saber como será a reação destas bolsas se a guerra durar muito

tempo. Após os primeiros vinte dias, se notou o começo de uma certa inquietude pela demora na definição do conflito. Afinal, os efeitos da guerra começaram a se fazer sentir pesadamente sobre determinados setores. Na França, por exemplo, o mês de janeiro foi péssimo para o setor automobilístico, o mercado imobiliário, as grandes cadeias de lojas, os transportes e o turismo internacional. Sem falar na baixa frequência em todo e qualquer espetáculo, a começar pelos cinemas. Uma baixa violenta de consumidores nestes setores levou muita gente a fechar momentaneamente as portas. Tudo isto em função da guerra e o consequente medo de atentados terroristas.

1.3 - "Valores refúgio" em baixa

A terceira surpresa da guerra foi a queda das cotações dos chamados "valores refúgio" e a falta de reação das bolsas mercadorias, tipo a da soja por exemplo.

Os "valores refúgio", especialmente o dólar norte-americano e o ouro, que normalmente deveriam subir de cotação nos grandes mercados (Europa, EUA e Japão) registraram uma queda espetacular a partir do dia em que a guerra iniciou.

O dólar, que chegou a atingir 5,27 francos franceses nas vésperas do conflito, caiu inapelavelmente a partir do dia 17 de janeiro, chegando neste início de fevereiro em 4,97 francos. O mercado considera que a ameaça iraquiana não existe mais e que, a partir de agora, são os fatores fundamentais da economia que influenciariam novamente seu comportamento. Neste caso, a péssima situação da economia norte-americana, em recessão desde o último trimestre do ano passado, é o fator de maior peso. E quanto mais a guerra durar, pior as coisas ficarão. A economia norte-americana tende a ver seu crescimento reduzir-se ainda mais para este ano de 1991. Isto porque os EUA estariam gastando cerca de US\$ 1,0 bilhão por dia (a partir do momento em que as forças terrestres entrarem na batalha). Apesar de boa parte destes custos estarem sendo cobertos por outros países, especialmente Japão e Alemanha, no chamado "esforço de guerra", o maior custo ainda é absorvido pela economia norte-americana. Soma-se a isto a existência de um déficit orçamentário recorde, o qual deverá ultrapassar os US\$ 300,00 bilhões neste ano.

Tudo isto força já há algum tempo a queda do dólar perante as demais moedas fortes do mundo. O único fator altista a curto prazo, a guer-



A guerra no Golfo Pérsico vai trazer... muitas surpresas econômicas

ra, a princípio já passou. Mesmo a intervenção dos bancos centrais do G-7, grandes países industrializados não conseguiu segurar a queda do chamado "bilhete verde" no início de fevereiro.

Por sua vez, o ouro também caiu após o início do conflito, com uma cotação acima de US\$ 410,00/ôncia (31,1 gramas) antes da guerra, passou abaixo de US\$ 370,00 no início de fevereiro. Tal realidade refletiu igualmente para as demais mercadorias negociadas em bolsa, com exceção de praticamente nenhuma mudança significativa nas suas cotações no início da guerra, sendo que nos demais casos as mesmas caíram. O quadro da segunda quinzena de janeiro também mostra o quadro abaixo.

No caso específico da soja, os acontecimentos na URSS e a queda em determinadas regiões do mundo, em especial no Rio Grande do Sul, que movimentaram o mercado.

De fato, na URSS a invasão da Lituânia provocou uma reação extremamente importante do ocidente, cuja reação se refletiu por um "efeito gelo" nos créditos ocidentais destinados à URSS. Ora, sem estes créditos os soviéticos não podem comprar. Assim a URSS deverá se afastar de compras normais no mercado de soja, com o agravante de uma caixa para bancar os pagamentos, o que é negativo para o interesse dos exportadores mundiais. E a reunião de cúpula entre Gorbachev, prevista para meados de fevereiro, só vem confirmar a situação das relações soviético-ocidentais no curto prazo.

Por outro lado, as chuvas das no final de janeiro nas regiões produtoras do Brasil acalmaram o mercado, o qual já começava a demonstrar sinais de preocupação com a situação. Isto serviu para pressionar as cotações para baixo no momento em que estava ocorrendo uma relativa recuperação das mesmas.

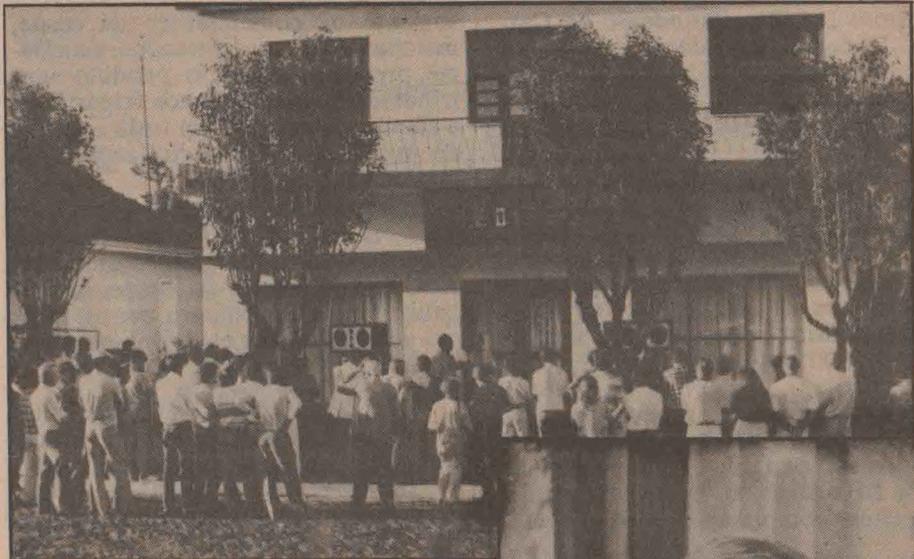
Uma nova fase

A cooperativa de Crédito de Augusto Pestana volta à casa construída em 1962

A Credipel faz a volta por cima. Parodiando o ditado popular, é isto na verdade, o que a Cooperativa Rural de Crédito Pestanense realizou ao voltar para a sua antiga sede na rua da República em Augusto Pestana. O ato de reinauguração da entidade, que até então funcionava na unidade da Cotrijuf do município, aconteceu no dia 15 de fevereiro, servindo para marcar a sua modernização, mas principalmente a sua consolidação como instituição bancária voltada ao meio rural. Aproximadamente oitenta pessoas entre autoridades, associados, funcionários e demais convidados, participaram da cerimônia, que contou com a presença do vice-presidente da Cotrijuf, Celso Sperotto, do gerente da agência do Banco do Brasil, de Ijuí, Dorildo Berguer e do prefeito municipal Darci Sallet.

Fundada em 1925, a Credipel foi uma das instituições pioneiras no Brasil, como lembrou o seu presidente Bruno Van Der Sand, ao homenagear todos os seus fundadores e incentivadores como o padre João Evangelista Rick. "Desde a sua fundação, a Casa sempre cumpriu religiosamente as finalidades para as quais foi criada", disse o presidente completando que ela "atendeu o quadro social em todos os serviços bancários, recebendo depósitos em conta corrente, aceitando aplicações financeiras, abrindo cadernetas de poupança e fornecendo empréstimos com taxas acessíveis".

Os 66 anos de história, no entanto, com edificação de um trabalho tra-



Bruno Van Der Sand, foto ao lado: As cooperativas de crédito ainda serão as únicas financiadoras do agricultor. Na foto acima, o antigo prédio totalmente reformado

duzido pela confiança de seus associados em três municípios, não deixou o presidente esquecer os grandes desafios, passados e atuais, impostos pelos percalços do mundo capitalista, "onde os grandes grupos dominam a economia, seja de produção ou de crédito". Ainda assim, "alcançamos mais vitórias do que derrotas", afirmou, lembrando que nem mesmo as últimas políticas econômicas governamentais impediram a Credipel de crescer.

Além dos associados, o presidente agradeceu o apoio da Cocecrer, da Cotrijuf, entidades creditícias, ex-presidentes e o gerente Darlan Belarmino e o quadro de funcionários. Por fim, conclamou a todos, para que continuem acreditando na instituição, des-



tacando que, "num futuro bem próximo, as cooperativas de crédito rural serão os únicos estabelecimentos bancários que financiarão a produção primária".

Comunicação em trabalho de grupo

Promovido pela Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul e o apoio da Fundação Friedrich Neumann, da Alemanha, foi realizado em fins de dezembro, na cidade de Nova Petrópolis, um curso de Técnicas de Visualização em Trabalho de Grupo. O curso foi coordenado pelo professor Uwe Krappitz, e teve a participação de 18 comunicadores e educadores de cooperativas, e jornalistas especializados na mesma área de comunicação.

A metodologia utilizada foi o sistema "Metaplan", de larga utilização na Europa, em especial, na Alemanha, porém, adaptado à nossa realidade. O sistema é, de certa forma, revolucionário, pela forma que é conduzido. Ele exige a participação de todos, indistintamente, coordenadores e coordenados. Não há, pode-se dizer, distância entre "professor" e "alunos" comunicador e receptores da comunicação.

Conforme a interpretação dada pelo professor Uwe, a comunicação em trabalhos de grupo, pela forma visual em que é apresentada, é a busca de formas de introdução democrática no relacionamento humano. O participante, ao interpretar a mensagem transmitida pelo coordenador, passa a ser agente ativo do processo. É esse objetivo, que é o enfoque fundamental do processo, parece ter sido alcançado no encontro de Nova Petrópolis.

SEMENTES

Pagamento único

Com o objetivo de valorizar a remuneração do produtor de sementes e de melhorar a qualidade do produto recebido, a Cotrijuf implantou um novo sistema de bonificação de sementes, substituindo o modelo anterior feito em dois pagamentos: um realizado antes da comercialização, como adiantamento, e outro no final das vendas do produto. A partir desta safra de verão, as grandes culturas serão remuneradas no dia da entrega na Cooperativa, recebendo um percentual de 10 por cento a mais no preço para o produto ensacado e oito por cento para o produto a granel.

Assim como ocorrem mudanças na forma de remuneração, também o controle de qualidade será mais rígido, acentua o gerente de produção vegetal da Cotrijuf, João Miguel de Souza. "O novo controle de qualidade será feito com amostragem e análise do produto bruto, para então ser feita, posteriormente, a remuneração". O agrônomo ressalta ainda que com

esta sistemática, a Cooperativa assume maiores riscos financeiros pelo pagamento adiantado, mas que são compensados pelo aumento expressivo da qualidade do produto e consequentemente uma maior rentabilidade ao produtor de sementes.

CADASTRAMENTO - O funcionamento do novo modelo de bonificação também inclui uma atualização do cadastramento de produtores. Além de apresentar uma lavoura com todos os requisitos necessários à produção de sementes, o produtor deve contar com uma estrutura mínima a nível de equipamentos na propriedade. Será considerado ainda, segundo João Miguel, o histórico da produção de sementes de cada produtor.

Quanto a remuneração da produção de sementes forrageiras, o procedimento permanece igual ao anterior. A liquidação de sementes é feita à medida que o produto for sendo colocado no mercado.

ICMS da carne: frigoríficos em pânico

Há um clima de pânico entre os dirigentes de frigoríficos no Estado, em face da Lei nº 9.206, que alterou a tributação do ICMS incidente sobre a carne. Conforme o diretor-geral do Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, Roberto Schneider, está sendo encarada a possibilidade até mesmo de uma paralisação total dos abates, se o Estado persistir na aplicação da Lei.

Ele acha que os industriais da carne não podem assumir essa responsabilidade que lhe quer impor o governo. O fisco, disse Roberto Schneider, partiu da idéia de conter a sonegação de impostos, mas atribuindo aos frigoríficos, e assim, centralizando a arrecadação do tributo numa única fonte arrecadadora.

O dirigente do Instituto de Carnes acha que o governo deve rever a medida sob pena dos empresários do setor frigorífico se verem forçados a suspender completamente os abates.

O mesmo ponto-de-vista é encarado pelo presidente da Federação das Cooperativas de Carnes - Fecocarne - Maurício Goldemberg, para quem, a decisão do fisco tende a favorecer somente os comerciantes da carne, marchantes e supermercados. Conforme preceitua a Lei, o produto será tributado diretamente nos frigoríficos e abatedouros e não em toda a cadeia de produção e comercialização, como era feito até aqui.

Isso implicará num custo adicional de 12 por cento ao setor industrial, o que, conforme alegam os empresários, inviabilizará a atividade, principalmente num momento que os preços ao consumidor estão sob congelamento.

A impressão colhida junto às lideranças empresariais da carne, em Porto Alegre, é que o governo reformulará a medida. Do contrário, poderá enfrentar sérios problemas no setor.



COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE AJURICABA LTDA — CREDIAJU

CGC/MF Nº 93.136.471/0001-02

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O presidente da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE AJURICABA LTDA. — CREDIAJU, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22 do Estatuto Social, convoca os senhores associados, que nesta data somam quatrocentos e sete associados, para se reunirem em

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

a ser realizada no dia 18 de março de 1991, às 13,00 (treze) horas, na AFUCOTRI — Associação dos Funcionários da Cotrijuí, localizada na Linha 20 Norte, Ajuricaba, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; em segunda convocação, as 14,00 (quatorze) horas, com a presença da metade dos associados mais um, e, em terceira e última convocação, as 14h30min (quatorze e trinta horas), com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

I — EM REGIME DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:

1 — Prestação das contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1990, compreendendo:

- Relatório da administração;
- Balanco geral;
- Demonstrativo das sobras ou perdas;
- Parecer do Conselho Fiscal.

2 — Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas;

3 — Eleição e posse dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal;

4 — Fixação do valor dos honorários da Diretoria Executiva e das cédulas de presença dos Conselhos de Administração e Fiscal;

5 — Outros assuntos de interesse do quadro associativo.

II — EM REGIME DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Reforma do Estatuto Social, compreendendo dispositivos sobre:

Área de ação, integração da Cooperativa ao SICREDI-RS, capital social (valor mínimo, transferência, restituição e novas integralizações), quorum de instalação de assembleias gerais quando convocadas por 1/5 dos associados, hipóteses de vacância dos cargos de órgãos sociais e preenchimento das vagas, duração do mandato dos diretores, inelegibilidade, competência do Conselho de Administração, atribuições dos Diretores Executivos, destinação de sobras para o Fundo de Reserva e qualificação dos pretendentes a cargos de órgão sociais.

Ajuricaba, 01 de março de 1991

PAULO OTTONELLI

Diretor-Presidente

NOTA: As Assembleias serão realizadas na AFUCOTRI, pelo fato da CREDIAJU ainda não possuir sede social própria.



COTRIEXPORT CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

PARA SEGUROS DE:

INCÊNDIO, VEÍCULOS, VIDA, ACIDENTES PESSOAIS,
RESIDENCIAIS E OUTROS

Em Ijuí: Rua das Chácaras, 1513 - Fone 332-2400, ramal 364

Em Porto Alegre: Av. Júlio de Castilhos, 342, 3º andar - Fone 28-31-55



Coordenação: Médico veterinário Orlando Luiz Maciel Bohrer
Colaboração: Engenheiro agrônomo Jair Mello

PRODUÇÃO DE LEITE DE 1990

A produção de leite recebida pela Cotrijuí, através da sua planta em Ijuí e postos de resfriamento de leite foi de 40.485.166 litros de leite bom e 451.534 litros de leite ácido devolvidos ao produtor, o que representa um percentual médio de 1,1 por cento sobre o todo, totalizando, portanto, 40.936.700 litros. Isto representou um aumento de 3,9 por cento em relação ao volume recebido em 1989, levando em conta ainda a diminuição no número de produtores de leite na ordem de 2,08 por cento, propiciou um aumento significativo na produtividade das produtoras em 11,2 por cento. A média do número de produtores em 1989 foi de 4.828 e em 1990 ficou em 4.828 produtores. O comportamento da produção em 1990 foi prejudicado pela instabilidade climática com um ano chuvoso no inverno e forte estiagem no verão, associando-se a isso a dificuldade de acesso em nossas estradas nos períodos chuvosos. Os preços do leite e do leite de produtor, não somente no Rio Grande do Sul, mas em âmbito nacional ficaram distantes dos custos da produção, devido as mudanças na política econômica e a recessão. Como este problema é cíclico, acreditamos que em 1991 haverá uma recuperação para que a atividade leiteira atinja níveis de produção e produtividade compatíveis com o momento.

PROGRAMA TROCA-TROCA

A exemplo do programa troca-troca de leite por resfriadores e ordenadeiras, para ser pago em 12 parcelas, a Cooperativa está lançando um programa neste gênero: o troca-troca de leite por lona plástica ou em pó substitutivo para terneiras (Terneleite e Biolac). Este programa tem como principal finalidade viabilizar a aquisição destes produtos por parte dos pequenos produtores de leite, diluindo os custos da pequena produção, nos primeiros meses da troca, e dando melhores condições ao produtor de se preparar para o período de formação de cotas. O programa basicamente será dividido em parcelas de quatro meses ou menos para pagamento dependendo do mês de aquisição e ao preço do dia da loja na Cooperativa. Os interessados em participar do troca-troca devem se inscrever nas suas unidades.

FORMAÇÃO DE COTA

A partir de 1º de março começa novamente o período de formação de cota para os produtores de leite.

- O que é a cota mensal de leite? É a produção vendida durante os meses de março, abril, maio, junho e julho, que serão somados e divididos pelos cinco meses. O resultado dessa operação estabelece a quantidade de leite-cota, mensal. A esta cota, sempre em acordo com a CCGL e a Cooperativa, acrescenta-se mais 20 por cento da título de benefício e valorizado aos produtores do período.

- O que é extra-cota? É toda a produção de leite que, nos meses de aplicação, ultrapasse a média mensal de leite-cota formada anteriormente.

- Por que existe formação de cota? Basicamente para ajustar e garantir a estacionalidade da produção de leite no Brasil, ou seja, se produz muito leite no verão e no período do outono-inverno praticamente não se produz o que acarretava em problemas de abastecimento à população e de desestabilização na indústria. A formação do leite-cota também visa diminuir ao máximo a presença do produtor eventual (só de verão) que prejudica fortemente o verdadeiro produtor, que com esforço produz todo o ano. Este método foi instituído pelo Ministério da Agricultura, há muitos anos através da Sunab.

- O que fazer para obter mais cota? Em primeiro lugar é preciso cuidar das vacas e novilhas para darem cria antes ou nos meses de formação da cota. Em segundo lugar, preparar a alimentação adequadamente, ou seja, armazenando silagem ou feno, plantando pastagens anuais ou perenes e fornecendo quantidades adequadas de grãos e todos os alimentos necessários. Por último, usar substitutivos do leite para os terneiros (adequadamente), e não criar terneiros machos em hipótese alguma durante o período de formação de cota.

PRÊMIO ESTÍMULO

A cota prêmio será substituída em 1991 pelo "prêmio-estímulo" qual terá as seguintes normas e premiará os seguintes produtores em suas respectivas faixas:

Tipo produtor	Produção	Prêmio — valor e época
Faixa C	1.300 a 2.399 lts p/mês	2% sobre o valor do leite no período de abril a julho
Faixa A	3000 lts ou mais ao mês	5% sobre o valor do leite do mês, todos os meses do ano

Obs: Em todas as faixas é preciso que o leite entregue tenha todas as condições de qualidade, e o produtor não tenha cometido nenhum tipo de fraude. Entregar 85 por cento do leite entregue na safra para a Faixa C. Para a faixa B acrescentar ao anterior o controle de leite, ter resfriador e teste de redutase bom. Para a Faixa A as exigências dos dois anos mais rebanho insento de tuberculose e brucelose, ficha de controle das vacas e lactação. A produção começará a ser computada para prêmio a partir de 1º de março de 1991.

SOLOS

Coordenação do eng. agr. Rivaldo Dhein/CTC e do Clube Amigos da Terra de Ijuí

O lixo tóxico e o . . .

em toda a parte, no meio rural nas margens de estradas, nas margens dos rios, em todo o tipo de difícil acesso - encontram-se abertos, verdadeiros depósitos tóxicos, de embalagens e produtos químicos de aplicação. Os locais preferidos são as "barrocas" que cortam as terras no sentido do declive e as águas das chuvas diretas para os rios, carregando com os restos de produtos e até mesmo as próprias embalagens. Aí, tudo fica da vista e, como "o que não é lembrado", aparentemente fica resolvido e os infratores dormem tranquilos.

Também se observa que, locais de acesso para as máquinas agrícolas, cursos d'água cruzam ou as estradas, são transformados em abastecedores de pulverizadores para a aplicação de agrotóxicos na lavoura. É sabido que, sempre que abastece um pulverizador numa "fonte" d'água, há o produto agrotóxico a parir que do pulverizador para a contaminação-a.

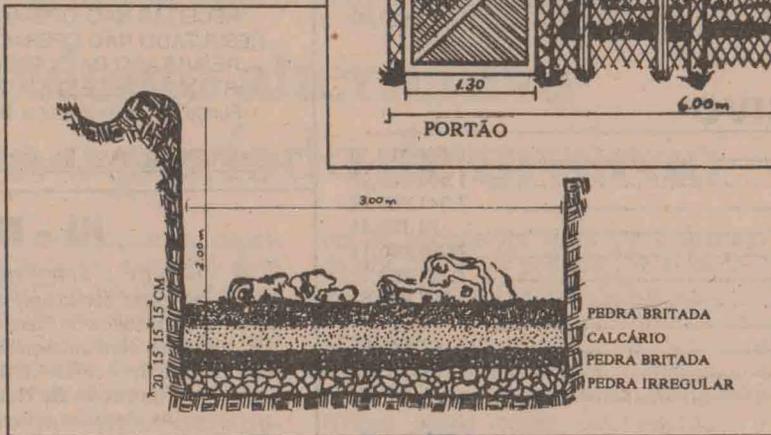
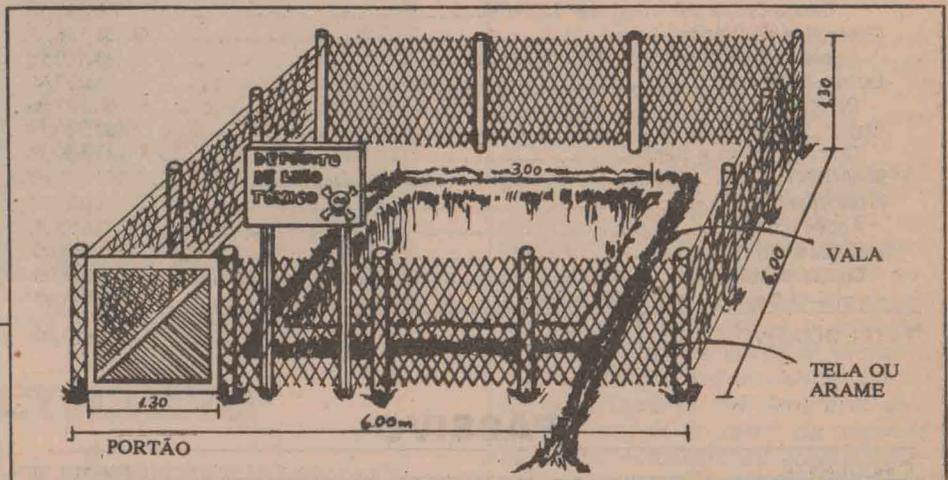
Em duas situações demonstram a falta, a falta de informações e a indiferença de muitos em relação ao meio ambiente. Não se tem em poluir através dos produtos químicos jogados sobre o solo, para - dos quais seguramente não podem prescindir - e piora mais a situação, abastecendo pulverizadores diretamente nas naturais e jogando as embalagens em locais inadequados. Com o avanço e a expansão do plantio direto, tende a crescer ainda

mais o consumo de agrotóxicos. Consequentemente, o volume de embalagens e também o número de abastecedores de pulverizadores. Deve aumentar principalmente o consumo de herbicidas, mas também de inseticidas e fungicidas.

Embora o plantio direto seja importante, principalmente do ponto de vista da conservação do solo - e por isso merece ser expandido - comprovadamente tende a aumentar o problema das invasoras. Mais recentemente, tem sido demonstrado que também contribui para o aumento da incidência de algumas pragas e doenças.

Por esta razão, os adeptos do plantio direto devem ficar atentos a este fato, e, desde já, devem preocupar-se com os problemas do meio ambiente que pode ser agravado com a expansão da prática.

Os agrotóxicos não somente devem ser utilizados de forma consciente, mas com a máxima precaução, inclusive por ocasião do armazenamento e posteriormente, com o destino final das embalagens. A Emater de Ijuí - e também a Cotrijuí - vêm se empenhando desde algum tempo, na



construção e instalação de lixos tóxicos no interior do município. Já existem instalados, um total de 12 unidades e estão projetadas mais oito para os próximos meses.

A construção de um lixo tóxico é muito simples. Consiste na abertura de uma cova - um buraco - de 3 x 3 metros de boca, por exemplo, por dois metros de profundidade. No fundo desta cova, colocar primeiramente, uma camada de 20 centímetros de pedras irregulares e sobre ela, sucessivamente 15 centímetros de bri-

ta, 15 centímetros de calcário - para neutralizar os agrotóxicos - e novamente 15 centímetros de brita. Em volta da cova deve ser aberta uma vala, para evitar que as águas em escoamento sejam despejadas dentro da mesma. Finalmente, por motivos de segurança, recomenda-se ainda que a área seja cercada e receba uma "placa" alertando para os "venenos" nela contidos. Como complemento e maior segurança ainda, é desejável que a cova receba uma cobertura rústica, podendo ser até mesmo de sapé.

A escolha do local para a construção do depósito também é importante. Convém que seja num local alto, pois o lençol freático - água - não deve ser atingido pela cova. O local também deve ficar longe das fontes de água, das casas e dos animais. Maiores informações sobre a construção de um lixo tóxico, podem ser obtidas junto à Emater ou ao Departamento Agrotécnico da Cotrijuí.

. . . abastecedor comunitário

A instalação e construção de abastecedores comunitários, além de serem importantes, podem ser individuais ou coletivas, dependendo da propriedade, e destinam-se ao abastecimento dos pulverizadores sem a contaminação do meio ambiente.

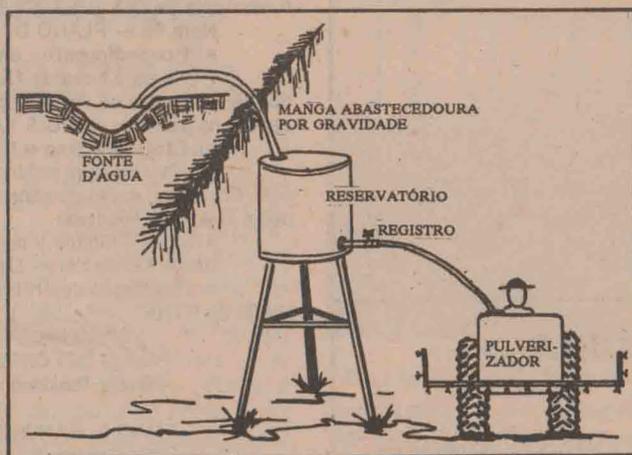
É importante lembrar também que, de modo geral, estes abastecedores ganham água limpa, o que é fundamental sempre pode ser obtida nos açudes ou açudes. Muitos produtos químicos se degradam - e perdem a eficiência - em contato com a terra. Quando o pulverizador estiver suspenso na terra em suspensão, alguns produtos podem perder grande parte de sua eficiência.

Um abastecedor destes, nada mais é do que um reservatório de água, elevado do chão a uma altura suficiente para abastecer o pulverizador por gravidade. Preferencialmente deve ser construído de forma a que possa receber água de alguma vertente ou sanga, ou por gravidade. Desta forma, evita-se que o reservatório seja abastecido - através de uma "mangueira" - acoplada à sua extremidade de entrada do reservatório, o que

evita o seu transbordamento. No fundo do reservatório, existe uma saída d'água com registro, conectada a outra mangueira de tabulação, suficiente e comprida para levar a água até o tanque do pulverizador.

Também para a construção do abastecedor podem ser obtidas maiores informações junto à Emater e ao Departamento Agrotécnico da Cotrijuí.

O "depósito de lixo tóxico", e o "abastecedor de pulverizadores" são duas benfeitorias que, apesar da sua simplicidade e facilidade de construção, apresentam grande eficiência no controle à poluição ambiental. Ambos - o lixo tóxico e o abastecedor podem e devem ser construídos de forma co-



teção do meio ambiente.

Dentro das possibilidades, sempre que o local permitir, é interessante que ambos - lixo tóxico e abastecedor comunitário - sejam construídos próximos um do outro, o que, entre outras coisas simplifica o trabalho do usuário. É importante também que sejam instalados em local de fácil acesso dos agricultores usuários.

Na verdade, a construção destas "benfeitorias" comunitárias não deve ser uma preocupação e responsabilidade apenas do agricultor. Se o uso dos

abastecedores comunitários, entre grupos de vizinhos ou povoados do interior. A sua finalidade será muito mais explorada e despertará, principalmente entre os mais jovens, a preocupação coletiva da pro-

agrotóxicos é indispensável - o que pode muito bem ser questionado - para a produção de alimentos, pelo menos no sistema de produção atualmente vigente, a responsabilidade sobre eles recai sobre todos os que se alimentam. É importante a responsabilidade e o envolvimento do poder público - principalmente municipal - que poderia se encarregar de abertura das "covas" e do transporte dos materiais. As cooperativas e empresas poderiam participar com a assistência e orientação técnica e, eventualmente, com o fornecimento do calcário - pode ser "varredura" - de brita. Os Clubes de Serviços e a comunidade urbana, poderiam colaborar com arame ou tela para cercar a área e com a placa de advertência - que pode até conter patrocínio. O agricultor entraria com os palanques e postes para a cerca e cobertura e ainda com a mão-de-obra, além de responsabilizar-se pela guarda e manutenção das benfeitorias. Neste sentido, após cada temporada de uso do lixo tóxico, por exemplo, é importante que o material seja "socado" - as latas amassadas e os vidros quebrados -, dentro da cova e receba uma fina camada de calcário, para neutralizar o "veneno".



Cooperativa de Crédito Rural de Ajuricaba Ltda

CGC: 93.136.471/0001-02

I - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

CIRCULANTE.....	11.556.667,79
Disponibilidades.....	1.911.537,88
Relações Interfinanceiras.....	20.083,18
Créditos Vinculados.....	20.083,18
Banco Comercial - Dep. Lei 8.024/90.....	20.083,18
Operações de Crédito.....	9.433.158,58
Operações de Crédito - Setor Privado.....	9.433.158,58
Outros Créditos.....	58.357,99
Diversos.....	58.357,99
Outros Valores e Bens.....	133.530,16
Outros Valores e Bens.....	133.530,16
PERMANENTE.....	351.161,81
Investimentos.....	74.650,76
Ações e Cotas.....	74.650,76
Imobilizado de Uso.....	276.511,05
Outras Imobilizações.....	276.511,05
(-) Depreciações Acumuladas.....	17.179,87
TOTAL DO ATIVO.....	11.907.829,60

PASSIVO

CIRCULANTE.....	10.009.101,11
Depósitos à Vista.....	1.960.025,97
Obrigações p/Empréstimos.....	7.341.088,52
Emprést. no País Outras Instituições.....	74.128,41
Obrigações p/Repasse (País).....	7.266.960,11
Instituições Oficiais.....	7.266.960,11
Outras Obrigações.....	707.986,62
Cobr. e Arrec. de Tributos.....	99.901,79
Sociais e Estatutárias.....	43.824,15
Fiscais e Previdenciárias.....	157.292,69
Diversas.....	406.967,99
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	1.898.728,49
Capital.....	619.409,00
De Domiciliados no País.....	619.409,00
Correção Monetária do Capital.....	673.866,90
Reservas de Lucros.....	87.648,31
Sobras ou Perdas Acumuladas.....	517.804,28
TOTAL DO PASSIVO.....	11.907.829,60

SÓCIOS FUNDADORES

Ademar Eickhoff
 Alcides José Bandeira
 Antônio Bandeira
 Amaldo Redlich
 Clementino Angelo Sperotto
 Dair Fischer
 Dari Bandeira
 Edgar Freier
 Edgar Prauchner
 Egon Gerke
 Elvio Luiz Bandeira
 Enir Bandeira
 Floriano Jorge Breitenbach
 Francisco Eugênio Dallabrida
 Germani Wiegert
 Jaime Braz Sperotto
 Juarez Antônio Torquetti
 Leonides Dallabrida
 Luiz Ottonelli
 Miguel Sapiecinske
 Olímpio Bandeira
 Paulo Ottonelli
 Valfrides Alves de Souza
 Vitalino Francisconi

MENSAGEM DA DIRETORIA

Senhor Associado:

A COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE AJURICABA (CREDIAJU) instalada em 19 de janeiro de 1990 completou seu primeiro aniversário de funcionamento. Pode-se dizer que a luta foi árdua; encontramos muitas dificuldades, como: extinção do BNCC, reestruturação do sistema, retirando todos os incentivos financeiros por parte do governo aos setores primários, etc, mas, mesmo assim, nossa Cooperativa desenvolveu-se muito bem.

Fundada por vinte e cinco (25) associados ligados à Cooperativa de Produção (COTRIJU) que nos deu todo o apoio inicial, tanto financeiro como de infra-estrutura, tal como: instalações, telefone, água, luz, etc, contamos em 31 de dezembro com trezentos e oitenta e três (383) associados, que apesar dos poucos recursos colocados pelo governo federal para o setor primário, ainda conseguimos financiar algumas atividades, principalmente através do repasse, empréstimos de curto prazo com juros acessíveis, muito inferiores às outras instituições financeiras. Procuramos financiar atividades prioritárias para a região levando em consideração principalmente as associações de produtores. A colaboração da comunidade foi o ponto chave para o nosso crescimento.

Acreditamos que com o esforço de toda a diretoria, funcionários e associados, nossa cooperativa, que no momento se encontra com boa sanidade financeira, nos próximos anos cresça cada vez mais e possa proporcionar à seus associados todos os benefícios a que têm direito, satisfazendo a todos em suas necessidades no meio que vivem.

II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DISCRIMINAÇÃO	2º SEM/90	Cr\$
RECEITAS OPERACIONAIS - (1)	6.573.199,56	
Rendas de Operações de Crédito	6.310.575,89	
Rendas de Aplic. Interfinanc. de Liquidez	220.406,82	
Rendas de Prestação de Serviço	7.848,00	
Reversão de Provisões	- 0 -	
Outras Receitas Operacionais	34.368,85	
DESPESAS OPERACIONAIS - (2)	(5.448.883,52)	
Desp. de Obrig. p/Emprést. e Repasses País	(3.479.577,90)	
Desp. Pessoal - Prov., Benef., Trein., Enc. Soc.	(1.185.356,57)	
Outras Despesas Administrativas -	(729.191,17)	
Aprovisionamento e Ajustes Patrimoniais	(46.058,62)	
Outras Despesas Operacionais	(8.699,26)	
RESULTADO OPERACIONAL (1-2) (3)	1.124.316,04	
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS - (4)	20.651,44	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL - (5)	20.651,44	
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA - (6)	(268.484,39)	
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NAS SOBRAS - (7)	(43.824,15)	
Fundo de Assistência e Previdência	(43.824,15)	
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS (3+5-6-7).....	832.658,94	

III - NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 a) Estão sendo apresentadas de acordo com a Legislação específica do Sistema Cooperativo e preceitos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional SIF, aplicados com uniformidade em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Nota 02 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Apuração do Resultado:**
 - As Receitas e Despesas são apropriadas mensalmente, pelo regime de competência.

b) **Operações Ativas e Passivas**
 - As operações Ativas e Passivas com encargos pré e pós fixados são registradas pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos incorridos inclusive atualizações monetárias observada a periodicidade da capitalização contratual.

c) **Efeitos Inflacionários**
 - Reconhecidos através da Correção Monetária dos valores que compõem o Resultado Operacional Permanente e Patrimônio Líquido, com base na variação do BTNF e, cujo saldo encontra-se refletido no resultado do semestre.

d) **Investimentos**
 - Estão demonstrados ao custo de aquisição e corrigidos monetariamente, de acordo com o caso, das provisões para perdas.

e) **Imobilizado**
 - Demonstrado pelo custo de aquisição e corrigido monetariamente. As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado.

* Móveis e Equipamentos de Uso..... 10% a.a.

* Sistema e Equipamento de Proc. Dados..... 20% a.a.

Nota 03 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES
 - Os empréstimos e Repasses no País, são compostos por recursos originados no Banco do Brasil S/A, os quais são destinados exclusivamente a associados da Cooperativa.
 Nota 04 - CAPITAL SOCIAL
 - O Capital Social está representado pela participação de 383 associados, atrelado ao montante de Cr\$ 1.293.275,90.

Nota 05 - PLANO DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA
 a) **Procedimentos de Conversão:**
 - Na data base de 15.03.90, após o encerramento do Balanço Patrimonial em Cruzados Novos, todos os valores constantes da escrituração contábil foram convertidos para Cruzeiros, na paridade de NCr\$ 1,00 para Cr\$ 1,00.

b) **Efeitos sobre a Situação Patrimonial**
 - Os recursos próprios em Cruzados Novos, cujos valores não foram convertidos para Cruzeiros, estão demonstrados pelos respectivos saldos da data do Balanço Patrimonial pelas seguintes rubricas:

Ativo - Créditos Vinculados

Banco Comercial - Depósitos Lei 8.024/90..... Cr\$ 20.083,18

A atualização dos referidos valores é efetuada à taxa de 6,0% a.a., acrescida da variação do BTNF.

PAULO OTTONELLI
 Diretor Presidente

VALFRIDES A. DE SOUZA
 Dir. Administrativo

ELVIO L. BANDEIRA
 Dir. Crédito Rural

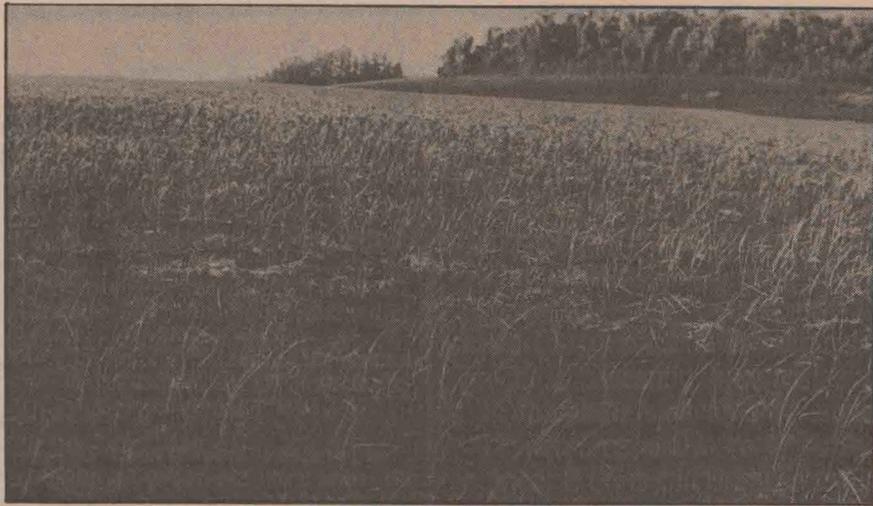
AURI JOSÉ BOFF
 Contador
 CPF 308.146.180/49 - CRC 45.575

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE AJURICABA (CREDIAJU) - CREDIAJU, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo acompanhado os negócios da Cooperativa durante o transcurso de todo o exercício social, conforme atas de reuniões realizadas e examinado criteriosamente o Balanço Geral, o Demonstrativo de Receitas e Perdas, os Livros Contábeis e os demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1990, compreendendo o primeiro e segundo semestre, bem como o relatório da Diretoria, manifesta-se por seus membros abaixo assinados de parecer favorável à aprovação pela Assembléia Geral.

Ajuricaba (RS), 31 de janeiro de 1991
 ALCIDES JOSÉ BANDEIRA
 EDGAR FREIER
 EDGAR PRAUCHNER

ALHO



Lavoura de alho da região
O produto tem espaço garantido no mercado interno

Excelente alternativa para o período de inverno

Apesar das indefinições a respeito das perspectivas de mercado para o alho em função dos acordos de abertura de mercados assinados entre o Brasil e alguns países do Prata - os acordos prevêem, além do livre mercado em qualquer época do ano, a isenção de taxas de importação, entre outras - a Cotrijuí continua apostando na cultura. Com um espaço praticamente assegurado a nível de mercado interno, o alho continua sendo, "uma interessante alternativa para o período de inverno", garante o engenheiro agrônomo João Agostinho Boaro, supervisor da Área de Hortigranjeiros da Cotrijuí. A área plantada na região de ação da Cotrijuí Pioneira no ano passado foi de 177 hectares, alcançando produtividade de 2.800 quilos por hectare.

A questão da produtividade está ainda, segundo Boaro, na dependên-

cia da adoção da tecnologia adequada por parte dos produtores. Essa tecnologia tão apregoada pelos técnicos começa pelo uso de sementes de boa qualidade, pela escolha de cultivares adaptadas às condições climáticas e às exigências do mercado interno. Ele coloca ainda como fundamentais o uso de uma adubação correta e um manejo adequado da planta.

CULTIVARES - A Cotrijuí está colocando à disposição do quadro social um volume considerável de sementes fiscalizadas das cultivares Lavínia, Portela, Portelão, Roxo Pestana e Centenário. Os produtores já tradicionais e aqueles interessados no cultivo do alho poderão obter maiores informações a respeito da cultura e suas exigências junto aos departamentos técnicos de cada uma das Unidades da Cotrijuí na Pioneira.

PLASTICULTURA
Tecnologia consagrada

A plasticultura é uma tecnologia consagrada na produção de hortaliças especialmente nos períodos de entressafra, "proporcionando resultados satisfatórios, principalmente para as culturas do tomate, pepino, feijão de vagem, alface, entre outras", observa o agrônomo João Agostinho Boaro. No Brasil o uso do plástico na agricultura - seja em estufas ou em túneis - ainda é recente, mas já deu para os produtores poderem avaliar as suas vantagens e benefícios. Além de reduzir os riscos de produção - ocasionados por adversidades climáticas - ele contribui para melhorar a qualidade do produto e ainda possibilita a produção de hortaliças na entressafra.

A relação custo benefício, no caso do uso da plasticultura, torna-se favorável para estas culturas desde que o produtor saiba explorar adequadamente os períodos de entressafra, "quando os preços são bem mais compensadores", alerta o Boaro. É muito importante que sejam definidas as épocas de



A tecnologia do plástico
Em uso por alguns produtores da região

semeadura e as culturas adequadas no caso de cultivos em estufas ou túneis, mas para tanto, o produtor terá de providenciar, com antecedência, na construção das mesmas. Segundo o Boaro, a época adequada para a construção de uma estufa ou túnel se estende de março até meados de maio.

Para os produtores interessados em cultivar hortaliças em estufas ou túneis, a Cotrijuí está colocando à disposição, em suas lojas, o material necessário. Maiores informações e inclusive orientações técnicas podem ser obtidas junto aos departamentos técnicos das Unidades.

PROGRAMA/CITROS

Inscrições prorrogadas até março

O Programa de Fomento de Citricultura da Cotrijuí pretende atingir, só neste ano, a distribuição de 70 mil mudas de laranja Valência - ano passado foram distribuídas entre os associados e plantadas na região 84 mil mudas-. Segundo o engenheiro agrônomo João Agostinho Boaro, supervisor da Área de Hortigranjeiros da Cotrijuí, o prazo de inscrição para o programa está sendo ampliado até o dia 15 de março - a princípio ela deveria encerrar em 28 de fevereiro.

A seleção dos produtores inscritos no programa vai acontecer ainda em março, a partir da segunda quinzena, considerando, como critérios a mão-de-obra disponível na propriedade, a localização da área para a instalação do pomar, entre outros. Logo após a seleção, serão elaborados os projetos visando buscar financiamentos junto ao Feaper. Os financiamentos, segundo o Boaro, deverão acontecer nas mesmas condições do ano passado. Para o limite de crédito equivalente ao valor de 300 sacos de milho, o produtor terá cinco anos para pagamento com dois de carência. A correção do financiamento vai acontecer via variação do preço mínimo do milho.

Os produtores interessados no programa deverão buscar maiores informações junto aos departamentos técnicos das Unidades.

MORANGA CABUTIÁ

Produção: 400 toneladas

No ano de 1989 a Cotrijuí deu início a um novo programa na área de hortigranjeiros: o da moranga cabutiá. O programa foi muito bem recebido entre os produtores envolvidos com hortigranjeiros e, num pulo a produção chegou a 180 toneladas entregues e comercializadas pela Cotrijuí em 90.

A previsão de produção da moranga cabutiá para este ano, apesar dos problemas de estiagem ocorridos na região, é de 400 toneladas. O programa, em seu terceiro ano de andamento, já envolve 104 produtores. "Neste ano a produção ficou um pouco comprometida pela falta de chuvas", comenta João Boaro. Mas na região de Tenente Portela, a maior produtora de moranga cabutiá, onde as chuvas foram um pouco mais regulares, muitos produtores estão conseguindo produzir até 12 toneladas por hectare. Nas regiões onde a estiagem castigou com mais força as plantações, a produção de moranga cabutiá está atingindo pouco mais de 4 toneladas, "mal conseguindo cobrir os seus custos de produção", observa o engenheiro agrônomo.

Avanços da citricultura... não discutidos em curso

Intensivo de Citricultura

Permitir os avanços tecnológicos relacionados à citricultura, promover a reciclagem de conhecimentos e práticas, discutir os problemas da citricultura e promover a integração e o intercâmbio de informações e experiências entre participantes. Estes são os objetivos do curso Intensivo de Citricultura da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, que estará promovendo nas 26, 27 e 28 de março pró-

ximo o curso é destinado a empresários de empresas produtoras de citros e de sucos cítricos, técnicos em citricultura - pesquisadores, professores, extensionistas - interessados no assunto.

Os assuntos abordados, por especialistas da Esalq/Universidade de São Paulo, os seguintes assuntos: o curso: perspectivas econômicas da citricultura paulista, brasileira e mundial; variedades de cultivares enxertos; solo e clima para o cultivo; doenças e pragas; colheita, embalagem e industrialização da laranja e ainda planejando um pomar.

Os interessados poderão obter mais informações junto a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, Av. Carlos Botelho, 1025, Pioneira, São Paulo ou ainda através dos telefones (0194) - 226600 e telex 19.7443.

Confinamento de bovinos

A Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz - Fealq - está oferecendo, entre os dias 26 e 28 de março próximo, o 7º Curso de Confinamento de Bovinos de Corte. O objetivo do curso é levar aos produtores conhecimentos práticos e a tecnologia atual de terminação de bovinos de corte em confinamento.

O curso destina-se a produtores e técnicos interessados em informações de ciências agrárias e zootecnia. Na pauta do curso estão os seguintes assuntos a serem abordados: condições básicas de confinamento: bovino para consumo, alimento; volumosos; concentrados e suplementos; aditivos e medicamentos; manejo de alimentação e manejo dos animais em confinamento de rações.

Os interessados em obter mais informações podem contactar a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, Av. Carlos Botelho, nº 1025 - CEP 13418-900 - Piracicaba, São Paulo ou ainda através dos telefones (0194) - 223491 ou telex de nº 19.7443.

O presidente da Fecotrigo reclama que o governo castrou a Lei no que ela representava de mais progressista, e promete reapresentá-la ao Congresso para nova votação

LEI AGRÍCOLA

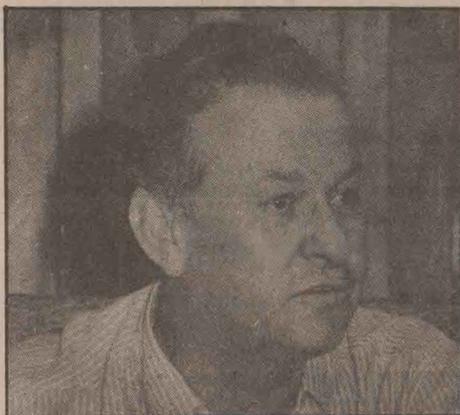
Descaracterizada pelos vetos

A exigência de uma Lei Agrícola com dispositivos realistas para às necessidades brasileiras, já que se trata de um país estrutural e organicamente agropecuário, continua na ordem do dia, apesar de estarmos beirando já o terceiro milênio. E ao que tudo faz crer, prosseguimos ainda por muito tempo sem uma legislação enxuta, clara e objetiva, condizente com a realidade e necessidade do país.

É a conclusão mais lógica que se chega após a descaracterização da Lei aprovada pelo Congresso, que recebeu 84 vetos da presidência da República. O presidente da Fecotrigo, Odacir Klein, que assume dia 15 uma cadeira na Câmara Federal, em declarações feitas ao Cotrijornal, em Porto Alegre, disse que os vetos descaracterizaram a Lei, permitindo que o governo prossiga a agir, através do Ministério da Economia, nas questões agrárias, sem ao menos consultar o Ministério da Agricultura.

CARÁTER DELIBERATIVO - Para o presidente da Fecotrigo, o projeto de lei aprovado pelo Congresso, era bom. Criava o Conselho Nacional de Política Agrícola, com caráter deliberativo, e retirava do Ministério da Economia as principais decisões sobre a agricultura. Com isso, queria impedir que decisões sobre o setor agropecuário continuasse a se realizar sob a ótica de tesouraria. Além disso, a sociedade civil estava representada no Conselho.

Com as alterações feitas pelos vetos, foi totalmente alterada a sua composição, diz Odacir Klein. Tanto, que de seu caráter deliberativo foi transformado em órgão nulo, sem qualquer poder de decisão. O presidente vetou vários dispositivos relacionados com a garantia de direitos dos produ-



Odacir Klein
O produtor na mesma insegurança

tos, transformando a Lei Agrícola numa legislação com a visão de neoliberalismo. Aliás, um neo-liberalismo curioso porque o governo é neoliberal quando se trata de liberar recursos públicos, mas é altamente intervencionista quando se trata de arrecadar recursos na área privada. Haja vista o tarifaço que acompanhou a edição do Plano Collor II.

INTERVENCIONISTA - O governo afirma que recursos públicos não podem ser liberados para atividades privadas, enfatizando que os empresários têm é que se organizar. Mas por outro lado, é vorazmente intervencionista quando se trata de buscar recursos privados para manter sua custosa máquina administrativa. E isso começou via confisco de dinheiro na poupança e continua com os constantes aumentos de tributos e aumentos de tarifas públicas, reclama Odacir Klein.

E a Lei Agrícola, conforme está aprovada, permite ao governo continuar agindo dessa forma. Intervin-

do no que lhe convém, e fazendo discursos em prol do liberalismo também quando lhe for conveniente. O mais flagrante desrespeito à economia de mercado, que ele diz defender, veio embutido em uma Medida Provisória, ao prever que os produtos alimentares básicos não têm qualquer espécie de correção pela Taxa Referencial, enquanto os financiamentos porventura feitos, têm correção.

A MESMA INSEGURANÇA - Então, diz o presidente da Fecotrigo, nós temos a impressão que temos uma Lei Agrícola quando não a temos. Na realidade, o produtor continua com a mesma insegurança. E a prova é que os pequenos avanços que foram mantidos no corpo da Lei, podem ser vetados ou modificados a qualquer momento, através da Medida Provisória. A conclusão que se pode tirar a respeito do malfadado assunto é que a Lei Agrícola foi direcionada como espécie de salvaguarda das finanças públicas, em vez de tentar solucionar os problemas da agricultura.

VOLTA AO CONGRESSO - Odacir Klein entende que o Congresso deve reapresentar a Lei, como Anteprojeto, na forma como ela foi elaborada em sua origem. A Lei aprovada no Congresso com o substitutivo do deputado Paulo Macarini, diz ele, tem tudo a ver com o dispositivo elaborado pela Fecotrigo. Prevê recursos para a pesquisa, assistência técnica, extensão rural; cria um Conselho Nacional de Política Agrícola, a maior participação da sociedade civil e também viabiliza a presença do poder público. Enfim, estabelece um relacionamento político com caráter deliberativo, o que faz com que a economia do setor seja efetivada integralmente, enfatiza Odacir Klein.



Ezídio Pinheiro
A lei é confusa

Transformada num caos

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Grande do Sul, Ezídio Pinheiro, reclama que a Lei Agrícola proposta pelo governo representava um pensamento conjunto dos vários segmentos da agricultura rural brasileira, ficou totalmente descaracterizada com os vetos e vetos apostos pela presidência da República, através das várias medidas provisórias. Ficou irreconhecível transformada numa confusão geral, difícil de saber que venha a poder se orientar através de tantos caminhos jurídicos.

A Lei, originalmente proposta, mas como havia sido aprovada em caráter parlamentar, já precisava de alterações em sua estrutura jurídica para poder ser bem aplicada. Imagine-se, agora, com uma enxurrada de vetos que lhe impôs o caráter de Lei da República. Na verdade, transformada num caos, diz Ezídio Pinheiro. Segundo ele, a Lei não traz nenhum benefício ao produtor rural, sendo duvidoso que algum benefício aos grandes produtores.

GERADORA DE CONFIUSÃO - O presidente da Fetag do Rio Grande do Sul, mantido o Conselho Nacional de Política Agrícola, mas sem qualquer poder de decisão. O órgão tem a função de opinar, sendo que ou não, dependendo do entendimento do governo ou ainda, se resse na causa a ser decidida, so mesmo, ressalta Ezídio Pinheiro, a Lei pode vir a tornar-se, na prática, um elemento gerador de conflitos entre as partes envolvidas.

Veja que o governo criou o Conselho Nacional de Abastecimento para ser preenchido com técnicos do governo. Parece clara a intenção do governo de que a estes técnicos seja dada a palavra final nas decisões da política a ser traçada no setor.

O que parece mais estranho é a existência de vontade das autoridades federais para que se chegue a uma definição bem clara de uma política agrícola para o Brasil. Principalmente levando em conta que se trata de um país com tradição e tradição agropecuária e o nosso.

O secretário-geral da Fetag, Karlinski, também se manifestou desapontado com a Lei. Embora o movimento sindical não se dado total apoio ao projeto, te sua tramitação no Congresso, não hece que tinha muitos pontos positivos que o governo não disse Karlinski. Ele acha que o Congresso não derrubar a Lei, será o caos para a agricultura brasileira.

Esperanças frustradas



Vergílio Perlus

anos aguardavam ansiosamente por uma Lei Agrícola.

Devemos fazer justiça aos deputados que aprovaram, embora por "acordo de sua liderança", o Projeto do Relator, Deputado Paulo Macarini (PMDB-SC).

Este Projeto reflete as grandes aspirações dos agricultores, como:

a) a defesa do mercado interno via incentivos fiscais, creditícios, políticas adequadas de comercialização, preços mínimos, planejamento, assistência técnica, pesquisas;

b) o aumento da renda dos produtores rurais, concentrando em suas mãos o domínio e a propriedade de novas agroindústrias;

c) a democratização da presença do Estado na Economia Agrícola via CNPA - Conselho Nacional da Política Agrícola cuja composição, além de prever a participação dos próprios agricultores, permitia que as decisões sobre a política não sejam tomadas apenas pelos tecnocratas do governo, com preocupação de tesouraria.

Com os vetos, tudo isto se frustra. Em nome da cha-

Os 89 vetos impostos pelo presidente da República à Lei Agrícola, aprovada pelo Congresso Nacional, frustraram as esperanças dos produtores rurais brasileiros, que há

mada modernidade, mercado livre, competitividade ou livre concorrência, o Governo termina com a Lei Agrícola. Temos agora, uma colcha de retalhos, que piora a situação da agropecuária, na medida em que veta, por exemplo:

- a metodologia nacional para fixação dos preços mínimos.

- a regulamentação do crédito fundiário, essencial para os pequenos/novos agricultores.

- tira o poder de decisão do CNPA, transformando-o em mero órgão figurativo.

- libera os mercados, não restringindo importações e exportações,

- não valoriza a pequena e média propriedade rural, mais apta a produzir alimentos,

- não prevê a instituição de mais recursos para a agricultura, não permitindo a Constituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Rural,

- tira os incentivos às cooperativas,

- não defende, como prioridade, o mercado interno, para que se produza mais alimentos,

- tira a equivalência da correção dos empréstimos rurais com o aumento dos preços agrícolas (troca-troca).

O que resta fazer?

Cada produtor rural deve pressionar seu deputado de confiança, e os órgãos de representação classista devem pressionar todo o Congresso, para derrubar os vetos do Presidente Collor, a fim de que se restabeleça a lei aprovada pelo Congresso e que era boa para os colonos.

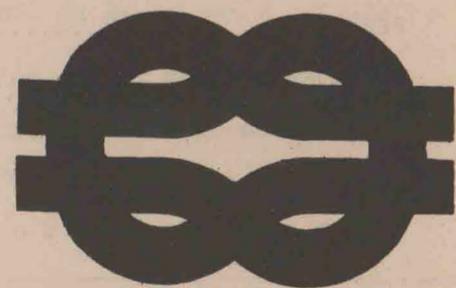
Se assim não for, só nos resta fazer nova lei.

CADERNO

CADERNO
DE
BALANÇO

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EXERCÍCIO
ENCERRADO EM
31.12.90

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EXERCÍCIO
ENCERRADO EM
31.12.90



COTRIJUI

COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.

Balanco Patrimonial

ATIVO

	BALANCO 01 / 11 / 90 Cr\$	BALANCO 31 / 12 / 90 Cr\$	EXERCICIO ANTERIOR 31 / 12 / 89 Cr\$
CIRCULANTE	9,701,195,567.39	7,077,635,577.01	650,626,663.30
DISPONIBILIDADE	174,955,740.35	82,924,135.76	8,968,283.40
BENS NUMERARIOS	14,218,783.85	17,733,193.35	1,521,636.61
DEPOS. BANCARIOS A VISTA	75,591,276.43	33,386,299.44	4,037,671.90
TITULOS VINC. MERC. ABERTO	85,145,680.07	31,804,642.97	3,408,974.89
CLIENTES	627,324,600.17	465,735,945.04	28,564,125.70
DUPLICATAS	703,241,974.85	565,646,582.58	32,659,240.40
(-) TITULOS DESCONTADOS	69,310,495.22	94,953,171.99	3,761,352.76
(-) PROV.P/CRED.LIQ.DUVIDOSA	6,606,879.46	4,957,465.55	333,761.94
ASSOCIADOS	2,369,827,755.77	2,838,008,309.80	205,884,659.60
CONTA MOVIMENTO	1,238,330,036.79	1,326,974,575.68	120,526,090.86
CONTA FINANCIAMENTO REPASSE	993,823,409.07	1,395,329,492.32	75,110,977.65
CONTA NOTAS PROMISSORIAS	84,061,843.12	115,704,241.80	9,739,835.31
NOTAS PROMIS.INSUM.SACARIA	53,612,466.79	0.00	507,755.86
OUTROS CREDITOS	506,819,213.03	350,400,349.70	90,746,692.29
CREDITO P/DESMEMBRAMENTO	256,800,000.00	205,440,000.00	0.00
NOTAS PROMISSORIAS	447,075.40	39,603.40	59,821,363.50
ANTECIPACAO A FORNECEDORES	86,917,419.65	37,886,067.01	13,761,251.79
CHEQUES EM COBRANCA	12,804,115.51	17,381,054.90	784,673.73
ADIANTAMENTO DE VIAGEM	1,809,386.07	582,168.53	54,854.38
CREDITOS DE FUNCIONARIOS	36,941,958.98	37,270,010.61	3,981,446.83
CREDITOS C/COOP./CENTRAIS	1,448,847.05	6,130,928.33	63.44
CREDITOS DE ARMAZENAGEM	2,964,412.30	19,595,059.82	8,988,711.42
CREDITOS FISCAIS	28,903,467.03	312,251.85	693,842.34
OUTROS	77,782,531.04	25,763,205.25	2,660,484.78
ESTOQUES - NOTA 04	5,448,147,356.65	3,250,235,995.01	270,319,220.63
DESPEAS DIFERIDAS	453,810,837.17	90,330,841.70	46,143,681.44
DESPEAS FINANCEIRAS	298,088,980.06	3,930,373.67	30,583,002.47
SAFRA DE LA EM ANDAMENTO	0.00	14,235,342.35	595,217.33
OUTRAS	155,721,857.11	72,165,125.68	14,965,461.64
DEPARTAMENTAL	120,310,064.25	(0.00)	0.00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	263,239,169.82	395,751,303.31	22,170,456.83
ASSOCIADOS	20,640,000.00	39,551,727.00	10,760,586.03
CONTA FINANCIAMENTO	49,500,728.39	52,404,191.12	11,230,976.66
(-) PROV.P/CRED.LIQ.DUVIDOSA	(28,860,728.39)	(12,852,464.12)	(470,390.63)
OUTROS CREDITOS	118,158,169.82	356,199,576.31	11,409,870.80
EMPRESAS CONTR./COLIGADAS	108,320,997.72	143,681,037.77	10,260,964.13
INVESTIMENTOS A REALIZAR	8,316,935.44	11,907,443.81	521,745.89
DEPOSITOS RESTITUIVEIS	1,520,236.66	1,551,148.63	627,160.78
CREDITO P/DESMEMBRAMENTO	124,441,000.00	199,059,946.10	0.00
PERMANENTE	10,248,330,314.09	25,234,649,177.65	1,441,648,502.54
INVESTIMENTOS - NOTA 05	748,534,144.11	1,280,264,444.46	80,151,008.24
IMOBILIZADO - NOTA 06	9,498,219,621.67	23,951,732,912.07	1,361,393,845.46
DIFERIDO	1,576,548.31	2,651,821.12	103,648.84
TOTAL DO ATIVO	20,212,765,051.30	32,708,036,057.97	2,114,445,622.67

PASSIVO

	BALANÇO 01 / 11 / 90 Cr\$	BALANÇO 31 / 12 / 90 Cr\$	EXERCÍCIO ANTERIOR 31 / 12 / 89 Cr\$
CIRCULANTE	9,262,605,732.06	7,902,740,566.15	592,282,386.49
ASSOCIADOS	3,557,781,893.07	2,015,638,610.41	219,761,887.43
SAFRAS A LIQUIDAR	3,350,850,617.13	1,676,762,042.09	109,347,447.59
SAFRAS A PAGAR	2,056,668.74	65,302,247.21	64,483,597.65
CONTA MOVIMENTO	204,874,607.20	273,574,321.11	45,930,842.19
FINANCIAMENTOS - NOTA 07	2,443,305,435.01	3,654,526,354.99	218,170,188.28
OBRIGAÇÕES	260,169,439.28	272,177,952.63	24,086,673.00
TRIBUTARIAS	106,366,212.47	132,340,361.46	12,425,532.11
SOCIAIS	47,586,320.80	98,907,661.64	6,464,047.42
COM PESSOAL	106,216,906.01	40,929,929.53	5,197,093.47
OUTROS DEBITOS	3,001,348,964.70	1,960,397,648.12	130,263,637.78
FORNECEDORES	1,278,759,150.77	952,386,288.73	42,571,595.59
COMPROMISSOS APROPRIADOS	351,934,081.54	212,918,025.96	26,324,385.22
ANTECIPAÇÃO DE CLIENTES	786,991,033.94	223,055,803.35	54,506,639.00
MERCADORIAS A ENTREGAR	505,775,508.70	570,074,794.70	6,804,538.02
COOPERATIVAS CENTRAIS	77,889,189.75	1,962,735.38	56,479.95
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	1,741,366,221.27	590,413,775.10	157,586,046.35
FINANCIAMENTOS - NOTA 07	1,652,951,370.06	453,415,855.60	154,175,315.45
EMPRESAS CONTROL./COLIGADAS.....	77,890,898.70	129,335,153.30	1,829,224.46
OUTROS (ASSOC.INATIVOS)	10,523,952.51	7,662,766.20	1,581,506.44
RECEITAS EXERCÍCIO SEGUINTE	1,565,693.04	6,033,495.91	4,728,445.89
SAFRAS DE LA EM ANDAMENTO	1,565,693.04	6,032,653.37	1,425,253.60
ENCARGOS FINANCEIROS	0.00	842.54	3,303,192.29
PATRIMONIAL LIQUIDO	9,207,227,404.93	24,208,848,220.81	1,359,848,743.94
CAPITAL SOCIAL - NOTA 08	1,658,616,588.49	1,276,209,102.83	223,195,166.02
SUBSCRITO	2,091,532,880.71	1,284,919,957.03	279,528,264.40
A REALIZAR	(432,916,292.22)	(8,710,854.20)	(56,449,963.64)
REALIZ. P/FINANCIAMENTO.....	0.00	0.00	116,865.26
RESERVAS DE CAPITAL	6,818,492,588.00	22,595,364,228.61	1,078,315,038.46
CORREÇÃO MONETARIA CAPITAL ...	98,553,695.00	43,736,095.24	13,779,777.10
RESERVAS DE EQUALIZAÇÃO	4,948,223,968.89	4,823,990,379.00	750,515,505.80
RESERVAS DE SOBRAS INFLAC. ...	1,771,714,924.11	2,255,593,341.67	311,998,314.99
RESERV. DE INVES. A REALIZAR .	0.00	19,105,121.78	2,021,440.57
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	0.00	15,452,939,290.92	0.00
RESERVA DE SOBRAS	951,834,444.24	634,598,302.38	55,390,039.37
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO	80,736,570.41	105,005,089.01	11,771,928.94
FATES	214,727,982.87	318,765,148.02	31,575,874.94
FUNDO DE RESERVA	201,306,545.54	176,487,732.70	12,042,235.49
PROVISAO P/CONTINGENCIA	16,797,499.45	34,340,332.65	0.00
AJUSTE RESERVA P/DESMEMB.	438,265,845.97	0.00	0.00
SOBRAS ACUMULADAS	(221,716,215.80)	(297,323,413.01)	2,948,500.09
SOBRAS LIQUIDAS DO EXERCÍCIO .	(221,716,215.80)	(297,323,413.01)	2,948,500.09
TOTAL DO PASSIVO ...	20,212,765,051.30	32,708,036,057.97	2,114,445,622.67

IJUI, RS, 31 de Dezembro de 1990.

OSWALDO OLMIRO MEOTTI
PRESIDENTE
C P F . 028.504.780-91

CELSO BOLIVAR SPEROTTO
VICE-PRESIDENTE REG. PIONEIRA
C P F . 012.998.670-49

OSCAR VICENTE SILVA
VICE-PRESIDENTE REG. D. PEDRITO
C P F . 008.548.670-15

WALTER FRANTZ
SUPERINTENDENTE REG. PIONEIRA
C P F . 078.976.040-20

CARLOS GILBERTO KRAUSE
TECNICO CONTABIL
C P F . 093.483.010-04
C R C - R S . 31357

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS — GERAL

	JAN a OUT 1990 CR\$	NOV e DEZ 1990 CR\$	ANO 1990 CR\$	EXERCÍCIO 1989 CR\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	12,229,766,299.94	3,817,399,523.37	16,047,165,823.31	969,516,111.92
(-) IMPOSTO FATURADO	1,019,970,950.80	250,330,718.87	1,270,301,669.67	47,966,253.31
(-) DEVOLUCOES	0.00	73,116,698.23	73,116,698.23	21,342,862.98
RECEITA LIQUIDA	11,209,735,349.14	3,493,952,106.27	14,703,687,455.41	900,207,795.63
(-) CUSTO DE VENDAS	9,728,318,019.09	3,169,051,025.43	12,897,369,044.52	711,785,141.02
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	1,481,417,330.05	324,901,080.84	1,806,318,410.89	188,422,654.61
(-) DESPESAS COM VENDAS	298,148,779.99	71,054,739.96	369,203,519.95	12,583,941.00
(-) DESPESAS COM PESSOAL	618,671,771.90	227,738,373.92	846,410,145.82	44,427,014.59
(-) DESPESAS GERAIS	723,062,725.30	263,008,076.72	986,070,802.02	50,711,791.04
(+) RESULTADO EQUIVALENCIA PATRIHONIAL	78,170,882.76	37,782,259.38	115,953,142.14	24,937,532.72
(-) PROVISAO PARA CONTINGENCIA	(77,889,189.75)	0.00	(77,889,189.75)	0.00
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDOS E EFEITOS INFLACIONARIOS	(158,984,254.13)	(199,117,850.38)	(358,102,104.51)	185,637,460.70
(-) ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDOS	(71,984,653.52)	632,931,094.90	560,946,441.38	51,109,096.68
(-) JUROS E VARIACOES MONETARIAS PASSIVAS	2,153,093,329.33	1,901,779,948.01	4,056,873,277.34	319,538,695.51
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	2,227,077,982.85	1,268,848,853.11	3,495,926,835.96	237,980,330.76
(+) SALDO CREDOR CORRECAO MONETARIA	515,048,826.81	(29,074,515.95)	485,174,310.86	30,469,268.07
(+) SOBRA INFLACIONARIA REALIZADA	0.00	166,819,986.06	166,819,986.06	0.00
(+) RESULTADO DESNEBRAMENTO	0.00	438,265,845.97	438,265,845.97	0.00
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUICAO SOCIAL	428,049,226.20	(256,837,628.40)	171,211,597.80	54,528,364.02
PROVISAO CONTRIBUICAO SOCIAL	0.00	191,245.33	191,245.33	26,435.47
PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA	0.00	573,736.04	573,736.04	79,306.38
RESULTADO DO EXERCÍCIO	428,049,226.20	(257,602,609.77)	170,446,616.43	54,422,622.17
DESTINACAO DO RESULTADO				
RESERVAS DE SOBRAS INFLACIONARIAS	0.00	0.00	0.00	23,358,919.65
FATES - OPERACOES COM TERCEIROS	0.00	1,938,543.86	1,938,543.86	229,149.62
FATES - EQUIVALENCIA PATRIHONIAL	0.00	37,782,259.38	37,782,259.38	24,937,532.72
RESERVAS DE SOBRAS				
FUNDO DE RESERVA (ART. 66 -A- 20 %)	0.00	0.00	0.00	1,179,400.03
FATES (ART. 66 -A- 30 %)	0.00	0.00	0.00	1,769,100.06
SOBRAS A DISPOSICAO DA A G O	428,049,226.20	(297,323,413.01)	130,725,813.19	2,948,500.09

IJUI, RS, 31 DE DEZEMBRO DE 1990

OSWALDO OLHIRO HEOTTI
PRESIDENTE
CPF. 028504780-91CELSON BOLIVAR SPEROTO
VICE-PRES. REG. PIONEIRA
CPF. 012998670-49OSCAR VICENTE SILVA
VICE-PRESIDENTE REG. D. PEDRITO
CPF. 006548670-15WALTER FRANZ
SUPERINT. REG. PIONEIRA
CPF. 078976040-20CARLOS GILBERTO KRAUSE
TECNICO CONTABIL
CPF. 093483010-04
CRC RS 31357

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS — EXERCÍCIO 1990

01 — REGIÃO PIONEIRA

	JAN a OUT / 90 Cr\$	NOV a DEZ / 90 Cr\$	EXERCÍCIO - 1990 Cr\$
01.01 - TRIGO INDUSTRIA			
RECEITAS	64,222,564.24	433,840,585.01	498,063,149.25
- Vendas	29,221,249.02	409,495,758.84	438,717,007.86
- Armazenagem	35,001,315.22	24,344,826.17	59,346,141.39
CUSTOS E DESPESAS	59,622,349.27	463,651,711.73	523,274,061.00
- Custo de Vendas	8,892,809.39	409,253,109.59	418,145,918.98
- Despesas Gerais	28,121,557.24	49,870,836.45	77,992,393.69
- Encargos Financeiros Liquidos	22,607,982.64	4,527,765.69	27,135,748.33
R E D I T O	4,600,214.97	(29,811,126.72)	(25,210,911.75)
01.02 - TRIGO SEMENTE			
RECEITAS	102,234,919.98	64,455.65	102,299,375.63
- Vendas	72,615,603.02	64,455.65	72,680,058.67
- Transferencia	29,619,316.96	0.00	29,619,316.96
CUSTOS E DESPESAS	83,596,248.68	68,562.04	83,664,810.72
- Custo de Vendas	65,162,049.29	0.00	65,162,049.29
- Custo de Transferencias	25,937,139.10	0.00	25,937,139.10
- Despesas Gerais	10,148,135.35	66,016.73	10,214,152.08
- Encargos Financeiros Liquidos	(17,651,075.06)	2,545.31	(17,648,529.75)
R E D I T O	18,638,671.30	(4,106.39)	18,634,564.91
01.03 - SOJA INDUSTRIA			
RECEITAS	4,822,522,828.10	827,992,076.35	5,650,514,904.45
- Vendas	3,240,033,920.85	428,883,113.19	3,668,917,034.04
- Transferencia	1,582,488,907.25	399,108,963.16	1,981,597,870.41
CUSTOS E DESPESAS	5,169,476,637.41	1,121,190,523.20	6,290,667,160.61
- Custo de Vendas	3,105,960,892.12	601,622,007.19	3,707,582,899.31
- Custo de Transferencias	1,455,708,899.84	457,455,984.40	1,913,164,884.24
- Despesas Gerais	639,878,318.66	55,872,158.95	695,750,477.61
- Encargos Financeiros Liquidos	(32,071,473.21)	6,240,372.66	(25,831,100.55)
R E D I T O	(346,953,809.31)	(293,198,446.85)	(640,152,256.16)

BALANÇO EXERCÍCIO 1990

01.04 - SOJA SEMENTE			
RECEITAS	151,660,899.39	298,900,878.41	450,561,777.80
- Vendas	85,659,659.52	131,221,390.44	216,881,049.96
- Transferencia	66,001,239.87	167,679,487.97	233,680,727.84
CUSTOS E DESPESAS	152,664,095.25	295,428,737.99	448,092,833.24
- Custo de Vendas	67,170,363.21	130,897,587.30	198,067,950.51
- Custo de Transferencias	49,660,448.26	148,176,321.68	197,836,769.94
- Despesas Gerais	14,706,302.18	14,253,447.02	28,959,749.20
- Encargos Financeiros Liquidos	21,126,981.60	2,101,381.99	23,228,363.59
R E D I T O	(1,003,195.86)	3,472,140.42	2,468,944.56
01.05 - MILHO			
RECEITAS	159,377,056.24	43,172,432.35	202,549,488.59
- Vendas	45,703,781.79	11,752,785.51	57,456,567.30
- Transferencia	113,673,274.45	31,419,646.84	145,092,921.29
CUSTOS E DESPESAS	157,243,659.07	44,374,167.30	201,617,826.37
- Custo de Vendas	33,590,284.52	16,443,331.96	50,033,616.48
- Custo de Transferencias	101,408,870.11	26,009,388.63	127,418,258.74
- Despesas Gerais	13,561,693.44	1,753,343.64	15,315,037.08
- Encargos Financeiros Liquidos	8,682,811.00	168,103.07	8,850,914.07
R E D I T O	2,133,397.17	(1,201,734.95)	931,662.22
01.06 - AVEIA			
RECEITAS	14,011,578.98	2,007,479.00	16,019,057.98
- Vendas	13,073,238.98	1,715,729.00	14,788,967.98
- Transferencia	938,340.00	291,750.00	1,230,090.00
CUSTOS E DESPESAS	9,079,104.13	2,230,822.69	11,309,926.82
- Custo de Vendas	4,942,667.44	1,203,541.36	6,146,208.80
- Custo de Transferencias	618,638.32	243,972.79	862,611.11
- Despesas Gerais	3,730,083.58	756,283.29	4,486,366.87
- Encargos Financeiros Liquidos	(212,285,21)	27,025,25	(185,259,96)
R E D I T O	4,932,474.85	(223,343,69)	4,709,131,16
01.07 - FORRAGEIRAS			
RECEITAS	48,598,127,04	9,347,425,77	57,945,552,81
- Vendas	27,369,732,81	5,433,289,22	32,803,022,03
- Transferencia	21,228,394,23	3,914,136,55	25,142,530,78
CUSTOS E DESPESAS	45,106,429,83	6,743,150,65	51,849,580,48
- Custo de Vendas	22,515,060,70	2,752,654,49	25,267,715,19
- Custo de Transferencias	20,970,740,10	2,907,384,15	23,878,124,25
- Despesas Gerais	3,965,520,86	995,897,55	4,961,418,41
- Encargos Financeiros Liquidos	(2,344,891,83)	87,214,46	(2,257,677,37)
R E D I T O	3,491,697,21	2,604,275,12	6,095,972,33
01.08 - OUTROS GRãos			
RECEITAS	92,138,836,69	32,627,354,83	124,766,191,52
- Vendas	25,611,239,32	16,202,756,02	41,813,995,34
- Transferencia	66,527,597,37	16,424,598,81	82,952,196,18
CUSTOS E DESPESAS	91,603,494,33	32,377,377,85	123,980,872,18
- Custo de Vendas	19,747,200,10	14,614,340,55	34,361,540,65
- Custo de Transferencias	57,848,002,52	15,110,038,45	72,958,040,97
- Despesas Gerais	5,893,266,36	1,501,215,74	7,394,482,10
- Encargos Financeiros Liquidos	8,115,025,35	1,151,783,11	9,266,808,46
R E D I T O	535,342,36	249,976,98	785,319,34
01.09 - LEITE			
RECEITAS	522,233,689,71	212,112,367,59	734,346,057,30
- Vendas	469,875,107,65	204,402,951,69	674,278,059,34
- Prestacao de Servicos	52,358,582,06	7,709,415,90	60,067,997,96
CUSTOS E DESPESAS	522,016,976,01	214,468,150,04	736,485,126,05
- Custo de Vendas	480,039,022,92	199,453,449,70	679,492,472,62
- Despesas Gerais	28,161,228,68	12,958,235,67	41,119,464,35
- Encargos Financeiros Liquidos	13,816,724,41	2,056,464,67	15,873,189,08
R E D I T O	216,713,70	(2,355,782,45)	(2,139,068,75)
01.10 - LAS/OVINOS E FRUTOS DO PAIS			
RECEITAS	24,940,505,04	11,762,142,14	36,702,647,18
- Vendas	24,514,032,39	11,240,693,73	35,754,726,12
- Transferencia	426,472,65	521,448,41	947,921,06
CUSTOS E DESPESAS	23,578,713,73	10,276,030,95	33,854,744,68
- Custo de Vendas	20,324,381,63	7,413,214,78	27,737,596,41
- Custo de Transferencias	390,004,96	521,448,41	911,453,37
- Despesas Gerais	3,288,982,30	2,236,523,25	5,525,505,55
- Encargos Financeiros Liquidos	(424,655,16)	104,844,51	(319,810,65)
R E D I T O	1,361,791,31	1,486,111,19	2,847,902,50
01.11 - SUINOS/BOVINOS			
RECEITAS	249,175,323,77	84,970,807,07	334,146,130,84
- Vendas	5,358,022,96	6,312,311,66	11,670,334,62
- Transferencia	243,817,300,81	78,658,495,41	322,475,796,22
CUSTOS E DESPESAS	249,611,214,54	85,012,440,42	334,623,654,96
- Custo de Vendas	5,603,937,44	1,490,875,36	7,094,812,80
- Custo de Transferencias	239,480,806,35	80,441,808,86	319,922,615,21
- Despesas Gerais	6,003,151,26	3,033,042,19	9,036,193,45
- Encargos Financeiros Liquidos	(1,476,680,51)	46,714,01	(1,429,966,50)
R E D I T O	(435,890,77)	(41,633,35)	(477,524,12)

01.12 - FRIGORIFICO			
RECEITAS	770.945.676,56	247.935.580,89	1.018.881.257,45
- Vendas	541.364.306,87	167.464.166,84	708.820.473,71
- Transferencia	229.581.369,69	80.471.414,05	310.052.783,74
CUSTOS E DESPESAS	808.134.167,52	276.548.890,17	1.084.683.087,69
- Custo de Vendas	447.442.448,30	149.674.826,66	597.117.274,96
- Custo de Transferencias	186.541.131,18	74.794.019,96	261.335.151,14
- Despesas Gerais	149.984.968,45	49.788.436,71	199.773.405,16
- Encargos Financeiros Liquidos	24.165.619,59	2.291.606,84	26.457.226,43
R E D I T O	(37.188.490,96)	(28.613.309,28)	(65.801.888,83)
01.13 - FABRICA DE OLEO			
RECEITAS	298.275.217,66	203.451.471,45	501.726.689,11
- Vendas	206.331.575,76	159.706.246,45	366.037.822,21
- Transferencia	91.943.641,90	43.745.225,00	135.688.046,96
CUSTOS E DESPESAS	321.807.341,13	206.657.304,08	528.464.645,21
- Custo de Vendas	194.322.174,64	144.773.533,47	339.095.708,11
- Custo de Transferencias	89.430.992,59	38.160.925,54	127.591.918,13
- Despesas Gerais	34.872.841,56	22.745.513,40	57.618.354,96
- Encargos Financeiros Liquidos	3.181.332,34	777.331,67	3.958.664,03
R E D I T O	(23.532.123,47)	(3.205.832,63)	(26.737.956,18)
01.14 - FABRICA DE RACAO			
RECEITAS	195.202.292,78	73.591.301,20	268.793.593,98
- Vendas	126.830.681,14	44.111.402,40	170.942.083,54
- Transferencia	68.371.611,64	29.479.898,80	97.851.510,44
CUSTOS E DESPESAS	194.168.833,78	70.667.075,19	264.835.908,97
- Custo de Vendas	107.747.550,17	39.865.410,01	147.612.960,18
- Custo de Transferencias	65.120.100,95	26.258.611,64	91.378.712,59
- Despesas Gerais	17.966.685,05	4.031.782,14	21.998.467,19
- Encargos Financeiros Liquidos	3.334.497,61	511.271,40	3.845.769,03
R E D I T O	1.033.459,00	2.924.226,01	3.957.685,01
01.15 - ERVA MATE			
RECEITAS	10.877.044,00	4.933.505,00	15.810.549,00
- Vendas	582.507,00	0,00	582.507,00
- Transferencia	8.058.679,00	3.903.465,00	11.962.144,00
- Prestacao de Servicos	2.235.858,00	1.030.040,00	3.265.898,00
CUSTOS E DESPESAS	10.349.619,32	4.543.928,40	14.893.547,72
- Custo de Transferencias	7.576.033,36	2.096.158,69	9.672.192,05
- Despesas Gerais	2.855.700,41	2.443.689,72	5.299.390,13
- Encargos Financeiros Liquidos	(82.114,45)	4.079,99	(78.034,46)
R E D I T O	527.424,68	389.576,60	917.001,28
01.16 - MOINHO			
RECEITAS	2.356.291,49	4.863.918,47	7.220.209,96
- Prestacao de servicos	349.651,49	47.870,07	397.521,56
- Transferencias	2.006.640,00	4.816.048,40	6.822.688,40
CUSTOS E DESPESAS	2.743.057,85	4.087.769,76	6.830.827,61
- Custo de Transferencia	546.751,10	2.935.169,90	3.481.921,00
- Despesas Gerais	2.054.346,56	1.141.033,65	3.195.380,21
- Encargos Financeiros Liquidos	141.960,19	11.566,21	153.526,40
R E D I T O	(386.766,36)	776.148,71	389.382,35
01.17 - CEREALISTA			
RECEITAS	140.785.276,29	74.062.210,39	214.847.486,68
- Vendas	118.487.546,24	64.416.726,35	182.904.272,59
- Transferencia	22.297.730,05	9.645.484,04	31.943.214,09
CUSTOS E DESPESAS	140.521.702,87	67.469.771,51	207.991.474,38
- Custo de Vendas	71.145.735,38	38.019.625,42	109.165.360,80
- Custo de Transferencias	22.288.098,24	7.330.567,87	29.618.666,11
- Despesas Gerais	41.283.798,44	21.476.287,32	62.760.085,76
- Encargos Financeiros Liquidos	5.804.070,81	643.290,90	6.447.361,71
R E D I T O	263.573,42	6.592.438,88	6.856.012,30
01.18 - LOJAS E MERCADOS			
RECEITAS	1.809.193.817,62	960.163.697,94	2.769.357.515,56
- Vendas	1.055.847.506,43	482.055.704,54	1.537.903.210,97
- Transferencia	753.346.311,19	478.107.993,40	1.231.454.304,59
CUSTOS E DESPESAS	1.822.636.437,18	923.212.846,65	2.745.849.283,83
- Custo de Vendas	539.470.948,26	293.131.451,02	832.602.399,28
- Custo de Transferencias	733.895.332,67	473.339.364,18	1.207.234.696,85
- Despesas Gerais	371.992.048,36	152.231.396,67	524.223.445,03
- Encargos Financeiros Liquidos	177.278.107,89	4.510.634,78	181.788.742,67
R E D I T O	(13.442.619,56)	36.950.851,29	23.508.231,73
01.19 - INSUMOS			
RECEITAS	1.065.972.133,74	696.199.721,76	1.762.171.855,50
- Vendas	601.410.592,81	495.190.149,47	1.096.600.742,28
- Transferencia	464.561.540,93	201.009.572,29	665.571.113,22
CUSTOS E DESPESAS	1.064.381.098,21	678.474.536,89	1.742.855.635,10
- Custo de Vendas	561.739.259,41	394.211.912,44	955.951.171,85
- Custo de Transferencias	253.051.159,82	201.009.572,29	454.060.732,11
- Despesas Gerais	132.608.373,11	74.953.678,80	207.562.051,91
- Encargos Financeiros Liquidos	116.982.305,87	8.299.373,36	125.281.679,23
R E D I T O	1.591.035,53	17.725.184,87	19.316.220,40

BALANÇO EXERCÍCIO 1990

01.20 - OUTRAS ATIVIDADES			
RECEITAS	51.309.891,73	19.908.438,80	71.218.330,53
- Vendas	14.792.291,81	2.167.207,09	16.959.498,90
- Transferencia	35.896.092,94	15.900.472,67	51.796.565,61
- Eventuais	621.506,98	1.840.759,04	2.462.266,02
CUSTOS E DESPESAS	51.440.487,55	18.019.446,87	69.459.934,42
- Custo de Vendas	6.622.904,45	2.757.916,83	9.380.821,28
- Custo de Transferencias	34.620.240,04	13.447.223,77	48.067.463,81
- Despesas Gerais	9.482.044,50	1.773.019,77	11.255.064,27
- Encargos Financeiros Liquidados	715.298,56	41.286,50	756.585,06
R E D I T O	(130.595,82)	1.888.991,93	1.758.396,11
01.21 - D.A.M.S			
RECEITAS	61.596.926,31	26.224.246,74	87.821.173,05
- Prestacao de Servicos	61.596.926,31	26.224.246,74	87.821.173,05
CUSTOS E DESPESAS	61.922.557,83	26.349.392,02	88.271.949,85
- Despesas Gerais	60.757.674,08	25.496.275,77	86.253.949,85
- Encargos Financeiros Liquidados	1.164.883,75	853.116,25	2.018.000,00
R E D I T O	(325.631,52)	(125.145,28)	(450.776,80)
RESULTADO OPERACIONAL DA REGIAO	(384.073.328,13)	(283.720.539,59)	(667.793.867,72)
01.22 - PROVISAO P/CREDITO LIQUIDACAO DUVIDOSA ..	(9.160.286,23)	(6.566.576,63)	(15.726.862,86)
Reversao	0,00	8.231.588,88	8.231.588,88
(-) Formacao	(9.160.286,23)	(14.798.165,51)	(23.958.451,74)
01.23 - PROVISAO CONTRIBUICAO SOCIAL			
Operacoes c/Terceiros Lojas e Mercados	0,00	133.049,38	133.049,38
01.24 - PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA			
Operacoes c/Terceiros Lojas e Mercados	0,00	399.148,16	399.148,16
01.25 - FATES			
Result Oper c/Terceiros Lojas e Mercados	0,00	918.862,38	918.862,38
RESULTADO DA REGIONAL	(393.233.614,36)	(291.738.176,14)	(684.971.790,50)

02 — REGIÃO RIO GRANDE

02.01 - TERMINAL			
RECEITAS	340.765.347,96	76.347.082,79	417.112.430,75
- Prestacao de Servicos	338.972.017,58	75.313.782,05	414.285.799,63
- Eventuais	1.793.330,38	1.033.300,74	2.826.631,12
CUSTOS E DESPESAS	339.475.274,11	75.764.590,98	415.239.865,09
- Despesas Gerais	291.976.562,90	103.379.734,04	395.356.296,94
- Encargos Financeiros Liquidados	47.498.711,21	(27.615.143,06)	19.883.568,15
R E D I T O	1.290.073,85	582.491,81	1.872.565,66
02.02 - CANTINA			
RECEITAS	6.337.750,47	2.454.564,97	8.792.315,44
- Vendas	4.692.308,57	1.708.705,62	6.401.014,19
- Transferencias	1.645.441,90	745.859,35	2.391.301,25
CUSTOS E DESPESAS	6.181.372,87	2.406.552,56	8.587.925,43
- Custo de Vendas	3.510.774,76	1.537.835,06	5.048.609,82
- Custo de Transferencias	1.645.441,90	332.932,77	1.978.374,67
- Despesas Gerais	1.025.156,21	535.784,73	1.560.940,94
R E D I T O	156.377,60	48.012,41	204.390,01
02.03 - COLONIA DE FERIAS			
RECEITAS	1.285.199,96	2.178.338,11	3.463.538,07
- Vendas / Hospedagem	1.285.199,96	2.178.338,11	3.463.538,07
CUSTOS E DESPESAS	1.281.792,43	1.579.837,28	2.861.629,71
- Custo de Vendas	938.612,23	83.592,21	1.022.204,44
- Despesas Gerais	343.180,20	1.496.245,07	1.839.425,27
R E D I T O	3.407,53	598.500,83	601.908,36
RESULTADO OPERACIONAL DA REGIAO	1.449.858,98	1.229.005,05	2.678.864,03
02.04 - PROVISAO P/CREDITO LIQUIDACAO DUVIDOSA ..	(395.859,58)	(26.760,76)	(422.620,34)
Reversao	3.196,08	399.055,66	402.251,74
(-) Formacao	(399.055,66)	(425.816,42)	(824.872,08)
02.05 - PROVISAO CONTRIBUICAO SOCIAL			
Operacoes c/Terceiros Terminal	0,00	53.586,94	53.586,94
02.06 - PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA			
Operacoes c/Terceiros Terminal	0,00	160.760,84	160.760,84
02.07 - FATES			
Resultado Operacoes Regional Rio Grande	0,00	987.896,51	987.896,51
RESULTADO DA REGIONAL	1.053.999,40	(0,00)	1.053.999,40

03 — REGIÃO DOM PEDRITO**03.01 - TRIGO INDUSTRIA**

RECEITAS	4.144.478,51	1.012.451,73	5.156.930,24
- Vendas	3.674.769,98	188.800,85	3.863.570,83
- Armazenagem	469.708,53	823.650,88	1.293.359,41
CUSTOS E DESPESAS	5.184.041,43	1.040.224,12	6.224.265,55
- Custo de Vendas	3.636.464,30	185.024,00	3.821.488,30
- Despesas Gerais	1.384.302,33	667.828,52	2.052.130,85
- Encargos Financeiros Líquidos	163.274,80	187.371,60	350.646,40
R E D I T O	(1.039.562,92)	(27.772,39)	(1.067.335,31)

03.02 - TRIGO SEMENTE

RECEITAS	5.488.203,17	0,00	5.488.203,17
- Vendas	5.350.076,22	0,00	5.350.076,22
- Armazenagem	138.126,95	0,00	138.126,95
CUSTOS E DESPESAS	6.324.941,51	0,00	6.324.941,51
- Custo de Vendas	4.531.524,45	0,00	4.531.524,45
- Custo de Transferências	12.216,95	0,00	12.216,95
- Despesas Gerais	629.792,94	0,00	629.792,94
- Encargos Financeiros Líquidos	1.151.407,17	0,00	1.151.407,17
R E D I T O	(836.738,34)	0,00	(836.738,34)

03.03 - SOJA INDUSTRIA

RECEITAS	222.594.973,22	31.041.840,35	253.636.813,57
- Vendas	145.691.230,31	16.755.840,35	162.447.070,66
- Armazenagem	76.903.742,91	14.286.000,00	91.189.742,91
CUSTOS E DESPESAS	221.747.458,75	30.078.780,74	251.826.239,49
- Custo de Vendas	127.960.607,58	11.520.181,84	139.480.789,42
- Custo de Transferências	67.880.373,00	14.286.000,00	82.166.373,00
- Despesas Gerais	57.375.658,20	8.653.637,06	66.029.295,26
- Encargos Financeiros Líquidos	(31.469.180,03)	(4.381.038,16)	(35.850.218,19)
R E D I T O	847.514,47	963.059,61	1.810.574,08

03.04 - SOJA SEMENTE

RECEITAS	4.814.033,86	32.248.236,49	37.062.270,35
- Vendas	537.971,99	15.233.310,74	15.771.282,73
- Armazenagem	4.276.061,87	17.014.925,75	21.290.987,62
CUSTOS E DESPESAS	4.780.180,88	31.939.825,99	36.720.006,87
- Custo de Vendas	192.470,75	11.931.432,99	12.123.903,74
- Custo de Transferências	4.167.014,79	17.014.925,75	21.181.940,54
- Despesas Gerais	160.553,99	36.748,22	197.302,21
- Encargos Financeiros Líquidos	260.141,35	2.956.719,03	3.216.860,38
R E D I T O	33.852,98	308.410,50	342.263,48

03.05 - MILHO

RECEITAS	3.671.621,84	3.309.347,14	6.980.968,98
- Vendas	2.695.267,77	3.087.701,31	5.782.969,08
- Armazenagem	976.354,07	221.645,83	1.197.999,90
CUSTOS E DESPESAS	3.255.563,78	3.412.150,64	6.667.714,42
- Custo de Vendas	1.380.104,38	2.374.747,71	3.754.852,09
- Custo de Transferências	526.439,15	221.645,83	748.084,98
- Despesas Gerais	1.854.921,40	279.810,77	2.134.732,17
- Encargos Financeiros Líquidos	(505.901,15)	535.946,33	30.045,10
R E D I T O	416.058,06	(102.803,50)	313.254,56

03.06 - FORRAGEIRAS

RECEITAS	10.043.027,87	336.482,60	10.379.510,47
- Vendas	8.384.234,27	249.162,60	8.633.396,87
- Armazenagem	1.658.793,60	87.320,00	1.746.113,60
CUSTOS E DESPESAS	8.558.995,79	735.290,82	9.294.286,61
- Custo de Vendas	5.076.653,85	205.559,15	5.282.213,00
- Custo de Transferências	1.003.973,76	87.320,00	1.091.293,76
- Despesas Gerais	4.385.930,78	155.575,95	4.541.506,73
- Encargos Financeiros Líquidos	(1.907.562,60)	286.835,72	(1.620.726,88)
R E D I T O	1.484.032,08	(398.808,22)	1.085.223,86

03.07 - OUTROS GRAOS

RECEITAS	13.706.485,73	4.423.310,23	18.129.795,96
- Vendas	4.870.001,34	2.300.921,90	7.170.923,24
- Armazenagem	8.836.484,39	2.122.388,33	10.958.872,72
CUSTOS E DESPESAS	13.017.185,67	4.051.403,32	17.068.588,99
- Custo de Vendas	3.649.189,80	1.734.244,21	5.383.434,01
- Custo de Transferências	6.870.309,63	2.122.388,33	8.992.697,96
- Despesas Gerais	5.804.119,94	1.293.380,34	7.097.500,28
- Encargos Financeiros Líquidos	(3.306.433,70)	(1.098.609,56)	(4.405.043,26)
R E D I T O	689.300,06	371.906,91	1.061.206,97

03.08 - SUINOS

RECEITAS	7.689.461,34	3.006.346,53	10.695.807,87
- Vendas	881.868,30	59.940,00	941.808,30
- Armazenagem	6.807.593,04	2.946.406,53	9.753.999,57
CUSTOS E DESPESAS	6.962.284,80	3.712.181,90	10.674.466,70
- Custo de Vendas	658.843,81	53.946,00	712.789,81
- Custo de Transferências	5.085.905,71	2.985.411,58	8.071.317,29
- Despesas Gerais	1.493.401,79	540.960,39	2.034.362,18
- Encargos Financeiros Líquidos	(275.866,51)	131.863,93	(144.002,58)
R E D I T O	727.176,54	(705.835,37)	21.341,17

BALANÇO EXERCÍCIO 1990

03.10 - CAS/OVINOS E FRUTOS DO PAIS			
RECEITAS	46.197.992,71	3.287.067,10	49.485.059,81
- Vendas	45.517.181,52	3.125.511,70	48.642.693,22
- Armazenagem	680.811,19	161.555,40	842.366,59
CUSTOS E DESPESAS	44.850.905,50	3.449.431,79	48.300.337,29
- Custo de Vendas	53.813.518,08	2.249.094,09	56.062.612,17
- Custo de Transferencias	396.099,32	161.555,40	557.654,72
- Despesas Gerais	9.040.005,23	1.038.782,30	10.078.787,53
- Encargos Financeiros Liquidos	(18.398.717,13)	0,00	(18.398.717,13)
R E D I T O	1.347.087,21	(162.364,69)	1.184.722,52
03.11 - ENGENHO/ARROZ			
RECEITAS	536.265.391,15	410.619.195,50	946.884.586,65
- Vendas	361.091.916,52	348.385.641,78	709.477.558,30
- Armazenagem	175.173.474,63	62.233.553,72	237.407.028,35
CUSTOS E DESPESAS	534.784.990,65	388.350.201,81	923.135.192,46
- Custo de Vendas	251.322.430,90	196.430.391,59	447.752.822,49
- Custo de Transferencias	207.410.392,71	52.879.770,72	260.290.163,43
- Despesas Gerais	59.166.593,02	92.640.619,66	151.807.212,68
- Encargos Financeiros Liquidos	16.885.574,02	46.399.419,84	63.284.993,86
R E D I T O	1.480.400,50	22.268.993,69	23.749.394,19
03.12 - FRIGORIFICO			
RECEITAS	534.484.531,06	152.365.714,70	686.850.245,76
- Vendas	342.411.896,63	108.072.343,44	450.484.240,07
- Armazenagem	192.072.634,43	44.293.371,26	236.366.005,69
CUSTOS E DESPESAS	548.955.661,60	179.287.566,04	728.243.227,64
- Custo de Vendas	274.656.446,38	194.560.806,52	369.217.252,90
- Custo de Transferencias	147.808.399,37	38.685.156,92	186.493.556,29
- Despesas Gerais	82.667.342,61	30.816.040,43	113.483.383,04
- Encargos Financeiros Liquidos	43.823.473,24	15.225.562,17	59.049.035,41
R E D I T O	(14.471.130,54)	(26.921.851,34)	(41.392.981,88)
03.13 - FABRICA DE RACAQ			
RECEITAS	9.169.294,81	3.398.525,00	12.567.819,81
- Vendas	8.554.199,99	3.062.300,00	11.616.499,99
- Armazenagem	615.094,82	336.225,00	951.319,82
CUSTOS E DESPESAS	9.456.635,03	3.037.901,42	12.494.536,45
- Custo de Vendas	3.484.125,66	1.157.492,65	4.641.618,31
- Custo de Transferencias	250.886,59	319.413,75	570.300,34
- Despesas Gerais	2.710.996,99	1.146.691,43	3.857.688,42
- Encargos Financeiros Liquidos	3.010.625,79	414.303,59	3.424.929,38
R E D I T O	(287.340,22)	360.623,58	73.283,36
03.14 - LOJAS E MERCADOS			
RECEITAS	165.941.493,49	76.819.514,01	242.761.007,50
- Vendas	128.061.475,28	71.337.391,49	199.398.866,77
- Armazenagem	37.880.018,21	5.482.122,52	43.362.140,73
CUSTOS E DESPESAS	166.243.911,46	75.540.649,31	241.784.560,77
- Custo de Vendas	76.658.147,69	47.407.878,68	124.066.026,37
- Custo de Transferencias	37.880.018,21	5.367.116,52	43.247.134,73
- Despesas Gerais	47.600.780,91	22.377.708,33	69.978.489,24
- Encargos Financeiros Liquidos	4.104.964,65	387.945,78	4.492.910,43
R E D I T O	(302.417,97)	1.278.864,70	976.446,73
03.15 - INSUMOS			
RECEITAS	390.708.202,43	229.072.749,33	619.780.951,76
- Vendas	390.708.202,43	229.072.749,33	619.780.951,76
CUSTOS E DESPESAS	382.342.735,91	232.258.300,91	614.601.036,82
- Custo de Vendas	237.811.976,92	202.220.169,85	440.032.146,77
- Despesas Gerais	110.942.611,93	41.111.847,69	152.054.459,62
- Encargos Financeiros Liquidos	33.588.147,06	(11.073.716,63)	22.514.430,43
R E D I T O	8.365.466,52	(3.185.551,58)	5.179.914,94
03.16 - OUTRAS ATIVIDADES			
RECEITAS	16.890.867,18	10.060.466,41	26.951.333,59
- Vendas	3.712.699,44	6.701.947,81	10.414.647,25
- Armazenagem	13.178.167,74	3.358.518,60	16.536.686,34
CUSTOS E DESPESAS	17.699.093,56	9.742.534,32	27.441.627,88
- Custo de Vendas	4.028.643,54	3.695.432,27	7.724.075,81
- Custo de Transferencias	11.971.161,01	3.770.524,78	15.741.685,79
- Despesas Gerais	3.456.523,26	1.372.032,46	4.828.555,72
- Encargos Financeiros Liquidos	(1.757.234,25)	904.544,81	(852.689,44)
R E D I T O	(808.226,38)	317.932,09	(490.294,29)
03.17 - D.A.M.S			
RECEITAS	146.412,44	13.455,49	159.867,93
- Prestacao de Servicos	146.412,44	13.455,49	159.867,93
CUSTOS E DESPESAS	114.619,85	28.598,47	143.218,32
- Despesas Gerais	114.619,85	28.598,47	143.218,32
R E D I T O	31.792,59	(15.142,98)	16.649,61
RESULTADO OPERACIONAL DA REGIAO	(2.322.735,36)	(5.650.338,99)	(7.973.074,35)
03.17 - PROVISAO P/CREDITO LIQUIDACAO DUVIDOSA ..			
Reversao	41.288,00	2.494.859,26	2.536.147,26
(-) Formacao	(2.666.794,86)	(2.265.983,31)	(4.932.778,17)

BALANÇO EXERCÍCIO 1990

03.18 - <u>PROVISÃO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</u>			
Operações c/Terceiros Lojas e Mercados	0,00	4.609,01	4.609,01
03.19 - <u>PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA</u>			
Operações c/Terceiros Lojas e Mercados	0,00	13.827,04	13.827,04
03.20 - <u>FATES</u>			
Resultado Oper c/Terceiros Lojas e Mercado	0,00	31.784,97	31.784,97
RESULTADO DA REGIONAL	(4.948.242,22)	(5.471.684,06)	(10.419.926,28)
04 - <u>RESULTADO REGIÃO MATO GROSSO</u>	301.431.946,01	0,00	301.431.946,01
RESULTADO DAS REGIONAIS ...	(95.695.911,17)	(297.209.860,20)	(392.905.771,37)
05 - <u>ADMINISTRAÇÃO GERAL</u>			
05.01 - <u>ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDOS</u>	<u>(69.282.809,19)</u>	<u>(575.211.316,88)</u>	<u>(644.494.126,07)</u>
Juros e Variações Monetárias Passivo ...	(173.117.037,32)	(783.086.822,78)	(956.203.060,10)
Receita Financeira	103.834.228,13	207.875.505,90	311.709.734,80
05.02 - <u>RESULTADO DESMEMBRAMENTO REG. M. G. DO SUL</u>	0,00	438.265.845,97	438.265.845,97
05.03 - <u>PROVISÃO P/CREDITOS LIQUIDAÇÕES DUVIDOSAS</u>	<u>(191.763,01)</u>	<u>(113.552,81)</u>	<u>(305.315,82)</u>
Reversão	14.648,61	206.411,62	221.060,23
(-) Formação	(206.411,62)	(319.964,43)	(526.376,89)
05.04 - <u>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL ...</u>	78.170.882,76	37.782.259,38	115.953.142,14
05.05 - <u>SALDO CREDOR CORREÇÃO MONETÁRIA</u>	515.048.826,81	(29.874.515,95)	485.174.310,86
05.06 - <u>SOBRA INFLACIONÁRIA REALIZADA</u>	0,00	166.819.986,86	166.819.986,86
RESULTADO ANTES DA DESTINAÇÃO	428.049.226,20	(259.541.153,63)	168.508.072,57
05.07 - <u>DESTINAÇÃO DO RESULTADO</u>			
FATES: Res. de Equivalência Patrimonial	0,00	37.782.259,38	37.782.259,38
RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	428.049.226,20	(297.323.413,01)	130.725.813,17

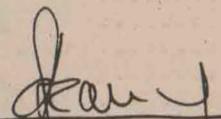
Ijuí-RS, 31 de Dezembro de 1990.

OSWALDO OLMIRO MEOTTI
Presidente
CPF. 028.504.780-91

CELSO BOLIVAR SPEROTTO
Vice Pres. Reg Pioneira
CPF. 012.998.670-49

OSCAR VICENTE SILVA
Vice Pres. R D PEDRITO
CPF. 008.548.670-15

WALTER FRANTZ
Superint R Pioneira
CPF. 078.976.040-20


CARLOS GILBERTO KRAUSE
Técnico Contábil
CPF. 093.483.010-04
CRC RS 31357

NOTAS EXPLICATIVAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por objetivo congregar agricultores e pecuaristas, promovendo a compra em comum de artigos necessários a sua produção e subsistência, classificando, padronizando, armazenando, beneficiando, industrializando e comercializando a sua produção.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade de uso comum no país, adequado ao estabelecido para sociedades cooperativas e legislação complementar expedida pelos órgãos competentes.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas na preparação das Demonstrações Contábeis foram as seguintes:

3.1 - A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída sobre as contas de Duplicatas a Receber e Créditos de Associa-

dos, em valores considerados suficientes para cobrir possíveis perdas;

3.2 - Os estoques encontram-se avaliados com base nos seguintes critérios:

. Produtos Agrícolas: ao preço de liquidação à nível de produtor;

. Produtos Beneficiados: com base nos percentuais regressivos do preço de venda;

. Produtos Industrializados: ao custo de produção;

. Mercadorias, Insumos, Sacaria e Almojarifados: ao preço da última compra.

Os estoques tributáveis encontram-se líquidos do ICMS.

Todos os valores são inferiores aos preços de mercado na data do balanço.

3.3 - Os investimentos em Sociedades Controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no Patrimônio Líquido das mesmas em 31.12.90.

Os investimentos em outras empresas estão valorizados a custo de aquisição acrescidos de correção monetária, com base na variação das BTN's.

3.4 - As obrigações junto a Instituições Financeiras, encontram-se com seus encargos apropriados até a data do encerramento do exercício social, de acordo com os termos contratuais.



0704 - ESTOQUES

A composição dos Estoques em 31.12.90 era a seguinte:

EXISTÊNCIAS	VALOR
PRODUTOS AGRÍCOLAS	1.801.723.078,84
PRODUTOS PECUÁRIOS	66.833.737,32
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	180.174.697,20
PRODUTOS BENEFICIADOS	44.548.871,52
MERCADORIAS INSUMOS	478.327.193,70
MERCADORIAS - LOJAS E MERCADOS	590.661.037,83
COMÉRCIO EM GERAL	42.420.908,78
OUTROS ESTOQUES	45.546.469,82
T O T A L	3.250.235.995,01

0705 - INVESTIMENTOS

A) As participações em Empresa Controladas e Filiais apresenta a seguinte posição:

B) Os demais investimentos permanentes correspondem a:

Participação em Cooperativas Centrais 349.053.555,35
 Outras Participações 75.384.419,70
 Conta Corrente (*) devem ser considerados os seguintes saldos
 Bom Pastor SA 513.883,75
 Transport Seguros Ltda (11.849.127,66)
 Ind. Com. de Plásticos Ltda 1.739.352,23
 Grayman (109.562.904,43)

EVENTOS / EMPRESAS	COTRIEXPORT CIA COM. INTERNACIONAL	INST. RIOGRANDENSE DE FEBRE AFTOSA	COTRIDATA PROCES. DADOS	TRANSCOOPER SERV. TRANSP. LTDA
CAPITAL SOCIAL	19.949.836,00	1.500.000,00	20.840.000,00	3.500.000,00
PATRIMONIO LIQUIDO	367.045.461,63	367.586.047,47	65.902.694,30	59.505.570,77
PARTICIPACAO ACIONARIA	366.896.844,92	366.419.696,94	65.243.667,36	57.256.260,19
PARTICIPACAO %	99,9595	99,6827	99,0000	96,2200
RESULTADO LIQUIDO	25.055.894,11	20.751.183,80	4.433.257,34	2.821.731,25
SALDO EM CONTA CORRENTE	38.762.069,03	92.035.935,48	(7.923.121,21)	10.629.797,28

0706 - IMOBILIZADO

É a seguinte a posição dos valores em 31.12.90:

No presente exercício foi efetuado a reavaliação dos bens do Ativo Permanente, gerando um aumento do imobilizado de Cr\$ 15.253.910.724,84 e a constituição de Reserva de Reavaliação neste mesmo valor.

A correção monetária líquida do exercício foi de Cr\$ 190.867,61 e as depreciações montaram a Cr\$ 2.092.277,85.

C O N T A S	PIONEIRA	DOM PEDRITO	RIO GRANDE	T O T A L
MARCAS E PATENTES	6.286.698,32	408.851,66	70.754,82	6.766.304,80
TERRENS	608.867.994,12	173.162.136,23	40.587.714,70	822.617.845,05
PREDIOS	12.687.609.724,69	2.543.797.867,55	8.984.225.518,15	24.215.633.110,39
MOVEIS E UTENS.	464.388.386,02	82.225.271,80	61.411.963,84	608.025.621,66
MAQUINAS E EQUIP.	2.421.731.256,97	736.208.384,00	2.424.358.324,10	5.582.297.965,07
INSTALACOES	240.937.783,40	103.300.024,19	275.154.387,32	619.392.194,91
VEICULOS	544.041.290,29	146.389.285,24	48.866.600,12	739.297.175,65
SEMOVENTES	709.943,88	408.723,07	0,00	1.118.666,95
CONSTRUCOES EM ANDAMTO	23.573.492,82	96.210.518,32	2.856.570,41	122.640.581,55
EQUIP. EM CONSTRUCAO	0,00	5.729.449,54	0,00	5.729.449,54
BENFEIT. EM BENS 3os	20.689.158,53	3.237.928,44	24.804,10	23.951.891,07
REFLORESTAMENTO	3.838.351,45	0,00	0,00	3.838.351,45
DIREITOS USO TELEFONE	84.408,49	0,00	0,00	84.408,49
SOMA (1)	17.022.758.488,98	3.891.078.440,04	11.837.556.637,56	32.751.393.566,58
(-)DEPRECIACAO ACUMULADA	3.783.922.790,74	1.034.757.307,42	3.980.980.556,35	8.799.660.654,51
SOMA (2)	3.783.922.790,74	1.034.757.307,42	3.980.980.556,35	8.799.660.654,51
TOTAL (1-2)	13.238.835.698,24	2.856.321.132,62	7.856.576.081,21	23.951.732.912,07

0707 - FINANCIAMENTOS

Os financiamentos apresentam a seguinte composição:

Os empréstimos foram contratados a empréstimos financeiros que variam de IPC+7% a.a. a IPC+24% a.a.

Os financiamentos a longo prazo apresentam vencimento a partir de janeiro de 1992 até dezembro de 1995.

As garantias oferecidas compreendem hipoteca, NP, penhor e aval dos diretores.

FINALIDADE	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
CAPITAL DE GIRO	732.968.158,51	384.994.982,61	1.117.963.141,12
SAFRAS	2.859.955.726,94	23.016.269,53	2.882.971.996,47
IMOBILIZADO	61.602.469,54	45.404.603,46	107.007.073,00
T O T A L	3.654.526.354,99	453.415.855,60	4.107.942.210,59

*** C O T R I J U I ***

CAPITAL SOCIAL

0708 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Integralizado apresenta a seguinte composição:

REGIOES	FORMAS DE CAPITALIZACAO	CAPITALIZACAO EM 1990	ATE 31.12.90	PERCENTUAL DE INCREMENTO	PERCENTUAL S/ REGIAO	PERCENTUAL SOBRE O TOTAL
REGIAO PIONEIRA	INTEGRALIZACOES	102.283.156,16	107.980.877,92	94,72	9,91	88,26
	CORRECAO	887.592.283,44	981.655.198,75	90,42	90,09	95,08
	SOMA	989.875.439,60	1.089.636.076,67	90,84	100,00	85,38
REGIAO DOM PEDRITO	INTEGRALIZACOES	13.806.486,49	14.364.260,61	96,12	7,70	11,74
	CORRECAO	155.472.105,90	172.208.765,55	90,28	92,30	14,92
	SOMA	169.278.592,39	186.573.026,16	90,70	100,00	14,62
T O T A L	INTEGRALIZACOES	116.089.642,65	122.345.138,53	94,89	9,59	100,00
	CORRECAO	1.043.064.389,34	1.153.863.964,30	90,40	90,41	100,00
	SOMA	1.159.154.031,99	1.276.209.102,83	90,82	100,00	200,00

BALANÇO EXERCÍCIO 1990

NOTA 09 - CONTINGÊNCIAS FISCAIS

Permanece pendente de julgamento o crédito do ICM-RS referente a exportação de farelo de soja, ocorrido em 1984, no valor principal de Cr\$ 10.002,63, cuja decisão da 4ª Vara da Fazenda Pública em 15.12.87, foi favorável a esta Cooperativa, tendo o estado recorrido de tal decisão em instância superior.

NOTA 10 - RESULTADO INFLACIONÁRIO

Os efeitos inflacionários no exercício foram os seguintes:

O saldo devedor de correção monetária do balanço foi reconhecido integralmente no resultado do exercício	Cr\$ (20.878,11)
Para cobertura dos encargos financeiros de administração geral e dos efeitos inflacionários foi realizada parte da Reserva de Sobras Inflacionárias	Cr\$ 106.819,00
TOTAL	CR\$ 136.940,89

PARECER DOS AUDITORES

05 de fevereiro de 1991

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração e Fiscal da COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. - COTRIJUI
Ijuí - RS

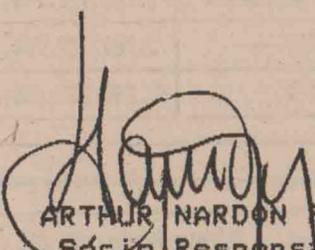
1 - Examinamos os balanços patrimoniais da COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. - COTRIJUI, levantados em 31 de dezembro de 1990 e 1989 e ao período de 01 de janeiro a 01 de novembro de 1990, as respectivas demonstrações de sobras e perdas correspondentes aos períodos findos naquelas datas. Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e conseqüentemente, incluíram as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

2 - No presente exercício o quadro associativo em Assembléia Extraordinária realizada em 20 e 22 de novembro de 1990, deliberou o desmembramento da Regional de Mato Grosso do Sul, resultando numa redução no Patrimônio Líquido da COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. em Cr\$ 2.049.139.923,14, deste desmembramento resultou a nova cooperativa denominada COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL LTDA. - COOAGRI. O balanço de resultado até 01.11.90 representa o montante global das operações, sendo que as operações de novembro e dezembro já refletem a posição do desmembramento.

3 - Em 31 de dezembro de 1990, a cooperativa procedeu reavaliações de seu ativo permanente, que resultou no aumento do mesmo e a formação da reserva de reavaliação no montante de Cr\$ 15.253.910.724,84.

4 - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, lidas em conjunto com as Notas Explicativas, representam, adequadamente, a posição patrimonial da COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. - COTRIJUI em 31 de dezembro de 1990 e 1989 e ao período de 01 de janeiro a 01 de novembro de 1990, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos períodos findos naquelas datas, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, aplicados de maneira uniforme em relação ao exercício anterior, exceto quanto ao referido nos parágrafos 2 e 3, com o que concordamos.

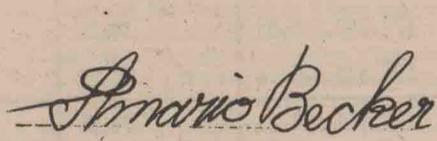
NARDON, NASI & CIA. - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RS Nº 542 - OCB Nº 15

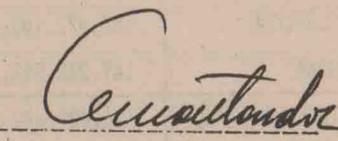

ARTHUR NARDON FILHO
Sócio Responsável
Contador CRC-RS Nº 13.866

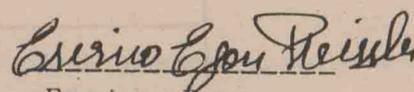
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao determinado no Art. 63, letra "g", do Estatuto Social, reuniu-se nos dias 06 e 07 de fevereiro, o Conselho Fiscal da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda., procedendo ao exame do Balanço Patrimonial, Demonstrações de Sobras e Perdas e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1990. Com base no exame feito e no parecer de Nardon, Nasi & Cia. - Auditores Independentes, encontramos tudo em ordem e de acordo com as normas legais que regem o tema, emitindo assim, o nosso parecer favorável, recomendando à Assembléia Geral a sua aprovação.

Ijuí(RS), 07 de fevereiro de 1991.


Amario Becker


Otalíz de Vargas
Montardo


Ervino Egon
Preissler